

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA ECONÔMICA

DAVI LUIZ PAULINO

**A relação campo-cidade no pensamento econômico da Confederação Nacional do Trabalho durante a Revolução Espanhola (1936-1939)**

[Versão Corrigida]

São Paulo

2023

DAVI LUIZ PAULINO

**A relação campo-cidade no pensamento econômico da Confederação Nacional do Trabalho durante a Revolução Espanhola (1936-1939)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História Econômica do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Universidade de São Paulo, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em História Econômica.

Orientador: Prof. Dr. Everaldo de Oliveira Andrade

[Versão Corrigida]

São Paulo

2023

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catalogação na Publicação  
Serviço de Biblioteca e Documentação  
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

P328r Paulino, Davi Luiz  
A relação campo-cidade no pensamento econômico da Confederação Nacional do Trabalho durante a Revolução Espanhola (1936-1939) / Davi Luiz Paulino; orientador Everaldo de Oliveira Andrade - São Paulo, 2023.  
140 f.

Dissertação (Mestrado)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de História. Área de concentração: História Econômica.

1. Anarquismo. 2. Revoluções. 3. História da Espanha. I. Andrade, Everaldo de Oliveira, orient. II. Título.

**ENTREGA DO EXEMPLAR CORRIGIDO DA DISSERTAÇÃO/TESE**

**Termo de Anuência do (a) orientador (a)**

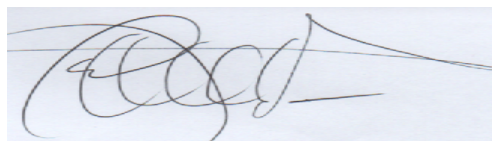
**Nome do (a) aluno (a): Davi Luiz Paulino\_\_\_\_\_**

**Data da defesa: \_\_20\_\_/\_03\_\_/\_2023\_\_**

**Nome do Prof. (a) orientador (a): Everaldo de Oliveira Andrade\_\_\_\_\_**

Nos termos da legislação vigente, declaro **ESTAR CIENTE** do conteúdo deste **EXEMPLAR CORRIGIDO** elaborado em atenção às sugestões dos membros da comissão Julgadora na sessão de defesa do trabalho, manifestando-me **plenamente favorável** ao seu encaminhamento ao Sistema Janus e publicação no **Portal Digital de Teses da USP**.

São Paulo, \_26\_\_/\_04\_\_/\_2023\_\_



---

*(Assinatura do (a) orientador (a))*

PAULINO, Davi Luiz. A relação campo-cidade no pensamento econômico da Confederação Nacional do Trabalho durante a Revolução Espanhola (1936-1939). Dissertação (Mestrado) apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre e História Econômica.

Aprovado em:

Banca examinadora

Prof. Dr. Everaldo de Oliveira Andrade (presidente)      Instituição: PPGHE-USP

Julgamento: Aprovado      Assinatura:

Prof. Dr. Robert Sean Purdy      Instituição: USP

Julgamento: Aprovado      Assinatura:

Prof. Dr. Antonio Rago Filho      Instituição: PUC-SP

Julgamento: Aprovado      Assinatura:

Prof. Dr. Igor Pasquini Pomini      Instituição: Externo

Julgamento: Aprovado      Assinatura:

Prof. Dr. Lincoln Ferreira Secco      (suplente)      Instituição: PPGHE-USP

Julgamento:      Assinatura:

Prof. Dr. Fernando Sarti Ferreira      (suplente)      Instituição: Externo

Julgamento:      Assinatura:

Prof. Dr. Rodrigo Rosa da Silva      (suplente)      Instituição: UEL

Julgamento:      Assinatura:

## **Agradecimentos**

Um trabalho nunca é realizado apenas pelo autor, mas sim pelas conexões e trocas construídas ao longo da pesquisa e que tenho o enorme prazer de reconhecê-las.

Agradeço ao Everaldo de Oliveira Andrade, meu orientador, pela confiança depositada em mim para a realização desse trabalho e pelo modo libertário que sempre me tratou. Sua leitura atenta e seus conselhos foram os responsáveis pelos acertos desse trabalho, do qual sou grato.

Aos professores Lincoln Secco e Antonio Rago Filho pelas enormes contribuições em meu exame de qualificação que me auxiliaram a superar os impasses da pesquisa.

Ao professor Glauco Bruce Rodrigues pela autorização do uso de seus mapas nesse trabalho.

Aos companheiros e companheiras da Biblioteca Terra Livre que, sem dúvida, foram importantes incentivadores a continuar e sempre estavam dispostos a me auxiliar ao longo dessa jornada.

À Guilherme Shirazawa, maior presente que eu poderia receber em minha passagem pela PUC-SP, sua amizade e incentivo foram essenciais ao longo desse trabalho.

Aos amigos Caio Nunes Cruz, Karina Goto, Mayumi Horibe, Adriano Skoda, Eduardo Augusto Cunha, Rodrigo Rosa, Fernando Ferreira “Ramone, Dimas Nuvolari, Adriana Marinho, Artur Martins, Manu Alves, Vitor Ahagon, Clayton Peron e João Rodrigo. Vocês tornaram essa jornada muito mais prazerosa.

À minha família que sempre se dispôs a me ajudar para que eu pudesse ter tempo de concluir essa pesquisa.

À Arminda, minha mãe, maior incentivadora de minha carreira acadêmica. Se cheguei até aqui foi pelos seus sacrifícios que permitiram aprofundar-me em meus estudos.

À Vitor, meu pai, que viu o início dessa jornada, mas infelizmente partiu antes que eu pudesse lhe mostrar onde cheguei. Sua lembrança me incentivando e olhando orgulhoso para minha “carteirinha” da USP me acompanharão para sempre.

À Igor Pomini que sempre acreditou em minha pesquisa. Agradeço todo auxílio durante a realização desse trabalho, sempre compartilhando livros e documentos sem os quais eu provavelmente não conseguiria realizar essa pesquisa.

E, por último, um agradecimento especial para Jessica da Silva, minha ouvinte e leitora sobre a Revolução Espanhola. Seu amor e carinho foram as bases que me permitiram continuar apesar de todas as dificuldades.

## **Resumo**

**PAULINO, Davi Luiz. A relação campo-cidade no pensamento econômico da Confederação Nacional do Trabalho durante a Revolução Espanhola (1936-1939).** 2023. 140 f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023.

O presente trabalho se concentra no estudo econômico da revolução espanhola, focando na análise das propostas que buscaram compreender a relação campo-cidade. Propomos um balanço sobre o debate teórico do movimento anarquista em relação à economia antes de adentrarmos propriamente no estudo da revolução em si. Nosso foco principal se deu em dois momentos, o primeiro deles na análise das deliberações do IV Congresso da CNT realizado em maio de 1936 e o segundo, já no decurso da revolução, no estudo do Pleno Econômico de janeiro de 1938. A partir da análise desses dois momentos defendemos que havia a preocupação por parte dos anarquistas em contribuir com o campo teórico da economia, discutindo principalmente a relação campo-cidade no contexto revolucionário e a problematização da ideia de planificação econômica a partir de uma perspectiva autogestionária.

**Palavras-chave:** Revolução Espanhola; Economia; Anarquismo; Campo e Cidade.



## **Abstract**

PAULINO, David Luiz. **The countryside-city relationship in the economic thought of the National Confederation of Labor during the Spanish Revolution (1936-1939)**. 2023. 140 f. Dissertation (Master's degree) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023.

The present work focuses on the economic study of the Spanish Revolution, focusing on the analysis of proposals that sought to understand the countryside-city relationship. We propose a balance on the theoretical debate of the anarchist movement in relation to the economy before entering into the study of the revolution itself. Our main focus took place in two moments, the first one in the analysis of the deliberations of the IV Congress of the CNT held in May 1936 and the second, already in the course of the revolution, in the study of the Economic Plenum of January 1938. Based on the analysis of these two moments, we argue that there was a concern on the part of anarchists to contribute to the theoretical field of economics, mainly discussing the countryside-city relationship in the revolutionary context and the questioning of the idea of economic planning from a self-managed perspective.

**Keywords:** Spanish Revolution; Economy; Anarchism; Countryside and City.

## **Lista de Mapas**

Mapa 1 – distribuição de terras na Espanha p. 40

Mapa 2 – lugares com a maior concentração de militância anarquista em 1936 p. 73

## **Lista de gráficos e tabelas**

|   |       |
|---|-------|
| Tabela 1 – Gastos de uma família trabalhadora em Barcelona (4 pessoas) – valores em pesetas | p. 35 |
| Tabela 2 – Número de greves   | p. 47 |
| Tabela 3 – Salários máximos e mínimos (médias nacionais) por jornadas de 8 horas em pesetas | p. 48 |
| Gráfico 1 – Sobre a distribuição de terras  | p. 71 |

## **Lista de abreviações**

BSI – Banco Sindical Ibérico

BOC – Bloco Operário e Camponês

CEDA – Confederação Espanhola de Direitas Autônomas

CGT-SR – Confederação Geral do Trabalho-Sindicalista Revolucionária

CLUEA – Comitê Unificado Levantino para a Exportação de Cítricos

CLUEF – Comitês Locais Unificados de Exportação de Frutas

CNT – Confederação Nacional do Trabalho

FAI – Federação Anarquista Ibérica

FNA – Federação Nacional de Agricultores

IC – Esquerda Comunista

PCE – Partido Comunista Espanhol

POUM – Partido Operário de Unificação Marxista

PSOE – Partido Socialista Operário Espanhol

PSUC – Partido Socialista Unificado da Catalunha

UGT – União Geral dos Trabalhadores

UHP – União de Irmãos Proletários

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

## SUMÁRIO

|  |            |
|--|------------|
| <b>INTRODUÇÃO.....</b>   | <b>14</b>  |
| <b>CAPÍTULO 1 – ECONOMIA E CLASSE TRABALHADORA ESPANHOLA NA DÉCADA DE 1930.....</b>                  | <b>26</b>  |
| Balanço de uma economia europeia atrasada.....   | 26         |
| Economia e trabalho no campo.....  | 36         |
| Economia e trabalho nas cidades.....   | 46         |
| <b>CAPÍTULO 2 – O CAMPO E CIDADE: DO CONGRESSO DE 1936 À REVOLUÇÃO. 58</b>                           |            |
| A discussão sobre a organização da produção agrícola e industrial no sindicalismo cenetista<br>..... | 58         |
| O debate no Congresso de 1936.....   | 69         |
| As propostas para a relação campo-cidade na Revolução Espanhola.....                                 | 77         |
| <b>CAPÍTULO 3 – DA REVOLUÇÃO DE JULHO AO PLENO ECONÔMICO DE 1938....</b>                             | <b>92</b>  |
| A retração das conquistas revolucionárias.....   | 92         |
| Um balanço econômico do anarquismo: O Pleno Econômico de 1938.....                                   | 109        |
| <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>   | <b>126</b> |
| <b>FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>  | <b>130</b> |
| Fontes.....  | 130        |
| a) <i>Arquivos consultados:</i> .....  | 130        |
| b) Documentos utilizados.....  | 130        |
| Bibliografia utilizada.....  | 133        |

## INTRODUÇÃO

A historiografia sobre a Guerra Civil e a Revolução Espanhola é bem ampla. Ela aborda diversas perspectivas, correntes ideológicas e recortes analíticos que, por sua vez, torna esse acontecimento ainda atrativo para pesquisadores aprofundarem questões que, até então, haviam sido analisadas apenas tangencialmente.

No contexto do aspecto revolucionário, logo após o fim do conflito em 1939, as primeiras análises foram as memórias escritas pelos participantes da revolução, sendo nossa atenção, direcionada aos militantes anarquistas. Uma obra importante nesse sentido foram as memórias do anarquista Diego Abad de Santillán – pseudônimo de Sinesio Baudilio García Fernández – publicadas com o título *Por qué perdimos la guerra*<sup>1</sup> na década de 1940. Nessa obra, o autor realizou um aguçado balanço tanto da revolução quanto da guerra civil. Em seus apontamentos temos elementos que nos ajudam a compreender as escolhas feitas pelos anarcossindicalistas, os debates internos do movimento anarquista, as conquistas e limites da experiência e a atuação do anarquismo frente aos componentes do aparato estatal espanhol.

Outra obra memorialista é a de Gaston Leval – pseudônimo de Pierre Robert Piller – intitulada *Collectives in the Spanish Revolution*<sup>2</sup> publicada primeiramente em francês em 1971 e depois em inglês em 1975. Nesse trabalho, o autor documentou suas visitas às diversas coletividades, agrícolas e industriais, pela qual passou em diferentes regiões da Espanha republicana<sup>3</sup>. É uma obra importante para os estudos sobre a revolução espanhola por reunir uma série de documentos sobre o processo revolucionário.

Na trilha das obras que contribuem com acervo documental, não podemos deixar de destacar a importância do trabalho do anarquista José Peirats<sup>4</sup>. Ele reuniu, em três volumes<sup>5</sup>, uma rica documentação que abarca os quase três anos do conflito. A partir dos documentos reunidos por ele, podemos ter a dimensão dos dilemas no interior do movimento anarquista, que abordaremos no decorrer dos capítulos e, sua relação com os

---

1 SANTILLÁN, Diego Abad de. *Por qué perdimos la guerra*. Barcelona: Plaza e Janes Editores, 1977.

2 LEVAL, Gaston. *Collectives in the Spanish Revolution*. Oakland: PM Press, 2018.

3 Chamamos de Espanha republicana a área que não estava sob o controle dos militares.

4 Sobre a vida e a importância de José Peirats para o movimento anarquista espanhol indicamos o trabalho de Chris Ealham. EALHAM, Chris. *Living anarchism: José Peirats and the spanish anarcho-syndicalist movement*. Oakland: AK Press, 2015.

5 PEIRATS, José. *La CNT y la Revolución Española, 3 vols*. Cali: La Cuchilla, 1988.

demais setores do movimento social na Espanha, seja nos debates com os partidos de diversos matizes ideológicos ou no interior da estrutura do próprio Estado.

No decorrer de nosso trabalho poderemos ver a importância dos trabalhos citados para nossa análise sobre a Revolução Espanhola e a problemática da relação campo-cidade. Essa problemática vem acompanhada de uma reflexão sobre o pensamento econômico anarquista. Buscamos demonstrar como a questão econômica era um elemento importante para a transformação social, segundo os militantes anarquistas ao longo da trajetória do movimento.

A crítica econômica no anarquismo remete às obras do pensador socialista francês Pierre-Joseph Proudhon no século XIX. Autor de vasta produção bibliográfica na qual o cerne de sua crítica se encontra nas formas de propriedade. Dentre sua obra monumental, destacamos a importância do livro *Sistemas das contradições econômicas ou filosofia da miséria*<sup>6</sup> para a crítica da economia política e, também, uma obra que tece um exame sobre o desenvolvimento do sistema econômico do capitalismo. Esse livro foi uma das obras que influenciaram o pensamento de autores importantes do movimento anarquista espanhol, como Diego Abad de Santillán, prefaciador da edição em espanhol do livro.

Assim como Proudhon, o anarquista russo Mikhail Bakunin também teorizou os impactos do desenvolvimento capitalista na classe trabalhadora. Dentre as principais questões abordadas, Bakunin se preocupou em compreender o processo de concentração de riqueza, a proletarização do campesinato, a exploração de modo geral da classe trabalhadora e a crítica à venda da força de trabalho como uma transação *comercial livre*<sup>7</sup>.

Outro autor que também foi importante para a crítica da economia política no interior do pensamento anarquista foi, o também russo, Piotr Kropotkin. Ele publicou, na última década do século XIX, duas obras que tem como foco o estudo da constituição do capitalismo enquanto um sistema socioeconômico e de propor alternativas a ele por meio da reorganização da sociedade. Refiro-me à *Conquista do pão e Campo, fábricas e oficinas*, tais livros encontraram grande recepção na Espanha, sendo traduzidos para o espanhol quase que simultaneamente a sua publicação no final do século XIX.

---

6 PROUDHON, Pierre-Joseph. *Sistema de las contradicciones económicas o la filosofía de la miseria*, 2 vols. Madri: Ediciones Júcar, 1975.

7 MAXIMOFF, G. P (Org.). *The political philosophy of Bakunin*. Nova York: The Free Press, 1964.

Esses autores produziram reflexões que tiveram grande impacto sobre o anarquismo espanhol. Algumas dessas ideias circulavam na seção espanhola da Associação Internacional dos Trabalhadores, seção que foi adepta dos postulados bakuninistas, principalmente sobre o coletivismo<sup>8</sup>. Com a experiência na Internacional, os militantes espanhóis, influenciados pelas perspectivas libertárias do socialismo, começaram a construir organizações em solo espanhol baseando-se nos princípios anarquistas.

Juan Gómez Casas em sua *História del anarcosindicalismo español* mostrou detalhadamente o desenvolvimento das organizações operárias e camponesas levadas adiante pelo movimento anarquista. Ele explorou o surgimento das associações de trabalhadores no âmbito urbano e rural, mostrando a importância da associação *Solidaridad Obrera* de Barcelona que posteriormente seria uma das organizações de base da fundação da CNT<sup>9</sup>. É uma obra importante para estudar o crescimento e desenvolvimento do anarquismo na Espanha.

Essa trajetória organizativa do anarquismo espanhol foi muito bem apontada por outros autores também. Gaston Leval destaca que,

[...] desde 1870, data de seu nascimento, o movimento sindical, obra dos anarquistas, decidia constituir-se organicamente em seções de ofícios, em federações nacionais de seções de ofícios, em federações locais interprofissionais, em federações regionais, o todo articulado com vistas à transformação da sociedade<sup>10</sup>.

E continua dizendo que,

É particularmente em sua atividade sindical que o movimento anarquista, que foi sempre anarquista, e nunca sindicalista no sentido em que se entende comumente, aprendeu a coordenar os esforços e as forças, a praticar a solidariedade, a pôr, acima dos regionalismos políticos, a solidariedade operária. É uma das razões pelas quais a organização geral denominou-se, e denomina-se ainda, Confederação Nacional do Trabalho (sigla: C.N.T.), o que implicava um sentimento e uma prática da unidade de ação absolutamente contrários às divisões mais ou menos históricas, geográficas ou étnicas exploradas pelos partidos<sup>11</sup>.

---

8 Sobre o significado do coletivismo e recepção das ideias de Mikhail Bakunin entre os militantes espanhóis, indicamos o trabalho de José Álvarez Junco. JUNCO, José, Álvarez. *La ideología política del anarquismo español (1868-1910)*. Madri: Siglo XXI, 1991.

9 CASAS, Gómez Juan. *Historia del anarcosindicalismo español: epílogo hasta nuestros días*. Madri: La Malatesta Editorial, 2006, p. 85-113.

10 LEVAL, Gaston. "Concepções Construtivas do Socialismo Libertário" In LEVAL, Gaston. *Autogestão e anarquismo*. São Paulo: Editora Imaginário, 2002, p. 40.

11 Idem, p. 41.



Os apontamentos feitos por Gaston Leval evidenciaram a perspectiva organizativa na base do anarquismo espanhol. Um dos pontos que gostaríamos de destacar é referente a ideia de coordenação e unidade acima das disputas políticas e geográficas, que para nós é importante, pois era uma das bases das formulações econômicas que foram postas em prática nas revoluções da década de 1930. Também é importante frisar que não foi apenas uma transposição de ideias até chegar nos anos 1930, mas foram intensos debates que reformularam a teoria econômica anarquista para acompanhar os rumos da economia capitalista que, naquele momento, encontrava-se em crise. Foram essas questões nos levaram ao interesse de estudar a economia anarquista.

A motivação em abordar os problemas econômicos na teoria anarquista era resultado da leitura que fizemos dos autores que chegaram a estudar o movimento operário espanhol, legando alguns capítulos sobre o anarquismo. Parte dessa historiografia que estudou a classe trabalhadora apresentava uma visão caricata do anarquismo, Tuñon de Lara afirmava que as análises anarquistas sobre a conjuntura dos anos 1930 era carregada de juízo de valores e baseada em moralismo<sup>12</sup>. E como veremos ao longo desse trabalho a concepção de Lara não se sustenta quando apresentamos os debates no interior do movimento anarquista.

Essa perspectiva caricata do anarquismo não se resumiu apenas na tese defendida por Tuñon de Lara. Antonio Elorza, quando comentou sobre Isaac Puente – importante teórico que elaborou teses sobre economia anarquista durante os anos 1930 – defendeu que o pensamento do teórico anarquista se baseava em apreço ao espontaneísmo e a defesa do aspecto rural da economia<sup>13</sup>. E posteriormente veremos como essa ideia de Elorza não condiz com o pensamento de Puente<sup>14</sup>.

A historiografia sobre a Guerra Civil, quando aborda o anarquismo, apresenta esses tipos de problemas em demasia. Michel Suárez realizou um balanço minucioso da historiografia<sup>15</sup> que trata o anarquismo de modo pejorativo e nos serviu de base para esse trabalho. Obras conhecidas e que se tornaram referência no estudo desse episódio da História espanhola e da História contemporânea de modo geral, como *The Spanish*

---

12 LARA, Manuel Tuñon de. *El movimiento obrero en la historia de España II*. Madri: Sarpe, 1985, p. 323.

13 ELORZA, Antonio. *La utopia anarquista bajo la Segunda República española: precedido de otros trabajos*. Madri: Editorial Ayuso, 1973, p. 383-385.

14 Ver capítulo 2.

15 SUÁREZ, Michel. *Considerações críticas sobre a Revolução Espanhola (1936-1937)*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2012.

*Labyrinth* de Gerald Brenan e *Historia de las agitaciones campesinas andaluzas* de J. Díaz del Moral, de acordo com Suárez, enfatizaram que o anarquismo não passava,

[...] de uma doutrina político-ideológica de raiz teológica, sendo em todo caso um reflexo de milenarismo medieval que somente pode brotar em terrenos repletos por uma implacável miséria. Não se entende muito bem, porém, que traços “feudalizantes” podemos encontrar na coletivização dos transportes em Barcelona, na reconversão industrial levada a cabo pelos operários barceloneses, ou na criação de uma indústria química na Catalunha, por exemplo<sup>16</sup>.

E, de fato, quando analisamos as propostas econômicas e formas de gestão durante a revolução, fica difícil a sustentação dessa perspectiva historiográfica. Isso pode ser visto ao longo das reflexões desenvolvidas por nós ao longo desse trabalho. Além dessa caracterização do anarquismo por essa historiografia, o aspecto “milenar” e “feudal” é defendido com base em um suposto apreço do anarquismo espanhol pela vida rural, essa tese foi defendida por Eric Hobsbawm.

Essa perspectiva defendida Hobsbawm é problemática, principalmente por sua tendência a olhar a situação do conflito social espanhol a partir de uma abordagem mecanicista, na qual, ele conectava que a impossibilidade do sucesso da revolução no país estava vinculada a sua estrutura socioeconômica subdesenvolvida. De acordo com o autor, o “capitalismo fracassou persistentemente neste país e assim também a revolução social...”<sup>17</sup>.

Tratando propriamente do anarquismo espanhol, Hobsbawm apontou que ele era arcaico por fomentar as ideias de um campesinato com tradições milenares. Seu veredicto apontou que o anarquismo “foi um desastre porque não fez qualquer tentativa para mudar o estilo da revolta espanhola primitiva e, deliberadamente, reforçou-o” e continuou afirmando que o “anarquismo espanhol é um espetáculo comovente para o estudioso da religiosidade popular – era, na verdade, uma forma de milenarismo secular – mas não o é, infelizmente, para o estudioso da política”<sup>18</sup>.

Em outro momento, Hobsbawm se concentrou em analisar, o anarquismo na região da Andaluzia como um estudo de caso de *milenarismo*<sup>19</sup>. Ele estava influenciado pelo trabalho de Díaz del Moral e tece uma série de conclusões disformes à própria

---

16 SUÁREZ, Michel. Op. cit., p. 52.

17 HOBSBAWM, Eric. “O contexto espanhol” In HOBSBAWM, Eric. *Revolucionários: ensaios contemporâneos*. São Paulo: Paz e Terra, 2015, p. 99.

18 Idem, p. 104-105.

19 HOBSBAWM, Eric. *Rebeldes primitivos: estudo sobre as formas arcaicas dos movimentos sociais nos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1970.

história do anarquismo. Ele compreendia anarquismo e anarcossindicalismo como coisas distintas, sendo que este último é, na verdade, uma estratégia do primeiro.

Outra ênfase que ele deu a esse trabalho era o apreço pela espontaneidade em oposição às formas organizativas em relação ao campesinato andaluz. No entanto, veremos, em nossa pesquisa, como os anarquistas, através da CNT, buscaram construir teorias organizativas para resolver a questão camponesa, sendo ela uma das principais preocupações dos anarquistas em suas teorizações e nos congressos. É importante destacarmos que nossa ideia de abordar a relação campo-cidade no aspecto econômico era justamente para compreendermos como o anarquismo buscou tratar desse problema para propor uma forma de desenvolvimento socioeconômico a partir de uma perspectiva autogestionária.

Essa concepção de Hobsbawm pode ser contraposta a partir de trabalhos mais atuais, mesmo no campo do marxismo. Fernando Claudín escreveu um belo livro sobre a trajetória do movimento comunista internacional, com um capítulo bem interessante sobre a Revolução Espanhola que se contrapôs à visão de Hobsbawm em relação ao anarquismo<sup>20</sup>. Além de Claudín, há o trabalho de Rafael Silva sobre a concepção que Hobsbawm tinha sobre o anarquismo, fazendo um balanço das ideias do historiador inglês e comparando-a com a trajetória do movimento anarquista, não apenas na Espanha, mas em perspectiva internacional<sup>21</sup>.

Demais autores também contribuíram para a realização dessa pesquisa, ampliando os temas em relação ao Anarquismo e a Revolução Espanhola. Mike Finn em seu didático livro *Debating Anarchism: a history of actions, ideas and movements* faz um balanço da história do movimento anarquista desde suas origens até o século XXI<sup>22</sup>. Em sua análise sobre a Revolução Espanhola ele evidenciou a trajetória do anarquismo em solo espanhol, mostrando as diversas formas organizativas e estratégicas que o movimento teve e seu contato com a questão internacional. É importante destacar que Finn aborda com grande didática as propostas de autogestão e programas desenvolvidos pelos militantes anarquistas a partir de diversas perspectivas estratégicas no interior do movimento de sua principal organização, a CNT.

20 CLAUDÍN, Fernando. *A crise do movimento comunista*. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

21 SILVA, Rafael Viana da. “Os revolucionários ineficazes de Hobsbawm: reflexões críticas de sua abordagem do anarquismo” In Felipe Corrêa et al. *Teoria e História do Anarquismo*. Curitiba: Prisma, 2015.

22 FINN, Mike. *Debating Anarchism: a history of actions, ideas and movements*. Londres: Bloomsbury, 2021.

Outro ponto que cabe apontar é o cenário internacional na qual eclode a Guerra Civil/Revolução Espanhola. Em resposta ao golpe dos militares em julho de 1936, o conjunto da classe trabalhadora tomou os meios de produção por meio de uma revolução. Tal revolução levou as potências europeias a ficarem temerárias com os rumos dos acontecimentos e como isso poderia impactá-las.

Sobre o aspecto internacional, alguns autores realizaram excelentes trabalhos destacando o quão conturbado foi esse aspecto<sup>23</sup>. A partir de suas análises podemos compreender a passividade das democracias europeias enquanto que a Itália fascista e a Alemanha nazista vendiam, sem empecilhos, sua ajuda para os militares espanhóis, oferecendo-lhes os equipamentos mais modernos da indústria bélica de ambos os países.

Enquanto os militares insurgidos recebiam esse suporte, a República não conseguia muitos recursos por causa da pressão da política de *não intervenção* encabeçada pela França e Inglaterra. Embora com essa pressão desses países, a Espanha republicana conseguiu receber o suporte do México sob o governo de Lázaro Cárdenas e, principalmente, da URSS. Por ser a URSS, a principal fornecedora de armas ao governo republicano, ela foi construindo sua hegemonia e, posteriormente, controlou os assuntos sobre a guerra que, posteriormente, tornou-a gestora dos rumos políticos da Espanha republicana<sup>24</sup>. Isso porque ajuda soviética custou as reservas de ouro do *Banco de España*, deixando a república a mercê dos mandos dos assessores soviéticos. Lembramos que no decorrer desse trabalho veremos o papel contrarrevolucionário desempenhado pelos soviéticos e sua constante repressão aos anarquistas e militantes de correntes políticas contrárias aos rumos políticos da URSS.

Foi nesse contexto que também se desenvolvia uma profunda revolução social, defendida, principalmente, pelos anarquistas inseridos nas organizações da classe trabalhadora como a CNT. O estudo da revolução deixa claro um aspecto importante da história espanhola que era a constante pauperização dos trabalhadores. Dentre as maiores vítimas das mazelas da sociedade espanhola temos a mulher trabalhadora que vivia subjugada, mesmo no interior das organizações anarquistas, como bem mostrou o

---

23 WHEALEY, Robert H. “La intervención extranjera en la guerra civil española” In CARR, Raymond. *Estudios sobre la Republica y la Guerra Civil Española*. Barcelona: Editorial Ariel, 1974, p. 266-297; VIÑAS, Angel. “Las condiciones internacionales” In LARA, Manuel Tuñon de (Org). *La Guerra Civil Española: 50 años después*. Barcelona: Editorial Labor, 1989, p. 123-197.

24 Sobre o controle político e militar da URSS indicamos o trabalho de Antony Beevor. BEEVOR, Antony. *A batalha pela Espanha: a guerra civil espanhola*. Rio de Janeiro: Record, 2007.

belo trabalho de Martha Ackelsberg<sup>25</sup>. Esse quadro era duramente criticado pelas militantes anarquistas inseridas nos sindicatos e na agrupação *Mujeres Libres* e propunham novas formas de sociabilidade em diversos ambientes e destacavam o importante papel da mulher na transformação social<sup>26</sup> que vinha ocorrendo no país, principalmente no aspecto socioeconômico.

Agustín Guillamón mostrou, em seu trabalho<sup>27</sup>, a importante participação das mulheres na luta armada. Elas eram elementos participativos em diversas milícias revolucionárias que lutavam em frentes importantes para autogestão como Aragão e Barcelona. A partir do estudo de Guillamón também podemos ver como esse aspecto da luta era parte da própria ideia de autogestão que era empreendida nos campos e fábricas, isso pelo fato de que, as colunas de milicianos eram geridas igualmente pelo princípio autogestionário.

Cabe comentar também que é preciso compreender que a autogestão defendida pelos anarquistas era um tema complexo. O próprio movimento durante revolução viveu constantes momentos de crise interna, principalmente, entre a base da CNT e a cúpula que era adepta de uma estratégia política de colaboração com outros setores republicanos na estrutura do Estado espanhol. Esses embates da militância anarquista foram discutidos por nós nesse trabalho. E também apontamos trabalhos que analisaram especificamente os debates no interior do movimento, como o livro de Danny Evans<sup>28</sup>.

De um modo geral, buscamos apresentar autores que são importantes para a historiografia tanto da revolução quanto da guerra civil. No entanto, é importante frisar que alguns temas abordados aqui não puderam ser desenvolvidos por essa pesquisa por causa do recorte que optamos, mas eles são elementos que precisam ser ao menos apontados por nós para que o leitor possa ter uma visão mais ampla do que foi esse episódio da História espanhola. A seguir apontaremos, especificamente, os caminhos que nos levaram a estudar a relação campo-cidade durante a revolução.

---

25 ACKELSBERG, Martha. *Mulheres Livres: a luta pela emancipação feminina e a Guerra Civil Espanhola*. São Paulo: Elefante, 2019.

26 RAGO, Margareth; BIAJOLI, Maria Clara Pivato. *Mujeres Libres da Espanha: documentos da Revolução Espanhola*. São Paulo: Biblioteca Terra Livre, 2017.

27 GUILLAMÓN, Agustín. *Los comités de defensa de la CNT em Barcelona (1933-1938): de los cuadros de defensa a los comités revolucionarios de barriada, las patrullas de control y las milicias populares*. Barcelona: Aldarull Edicions, 2011.

28 EVANS, Danny. *Revolution and the state: anarchism in the Spanish Revolution, 1936-1939*. Califórnia: AK Press, 2020.

A Revolução Espanhola na última década ganhou atenção de pesquisadores brasileiros, principalmente sobre o tema da autogestão<sup>29</sup>. Nas pesquisas realizadas o foco foi a espacialização do processo revolucionário, a constituição das coletivizações agrícolas e industriais, os limites e impasses das organizações operárias, nesse caso, das organizações anarquistas.

Com a análise desses trabalhos nosso interesse se voltou em compreender como os anarquistas teorizaram a possibilidade de eclosão da revolução na Espanha e como poderiam preparar os sindicatos para gerir a economia do país a partir de uma perspectiva autogestionária. Mas não apenas isso, uma questão que surgiu foi entender como poderia ser construída a relação entre o campo e a cidade pautada nas organizações sindicais.

Buscar a compreensão dessa relação no contexto espanhol partiu de leituras realizadas sobre o processo revolucionário na Rússia. Os bolcheviques enfrentaram dificuldades em pautar uma política econômica que atendesse simultaneamente os interesses de camponeses e operários. A questão agrária na Revolução Russa, segundo András Hegedüs,

Apesar de se apresentar praticamente como o problema de substituir o confisco do excedente pelo imposto *in natura*, encobria a questão fundamental da sobrevivência do novo poder: a relação com as massas camponesas, que constituíam a esmagadora maioria da população, num país em que a agricultura apresentava relações próprias da era feudal, de várias formações pré-capitalistas e do capitalismo em lento desenvolvimento<sup>30</sup>.

O quadro exposto por Hegedüs se assemelhava à própria estrutura da Espanha na década de 1930, dessa forma, acreditávamos que durante o processo revolucionário espanhol essa dificuldade que ocorreu na Rússia também poderia ser enfrentada pelos anarquistas espanhóis. Esse foi um dos questionamentos que nos fizemos e nos propomos a analisar, buscando compreender em um primeiro momento como essa questão era discutida no interior do movimento anarquista, principalmente nos debates econômicos e, no contexto da revolução, analisar como eles tentaram usar a teoria para responder aos problemas concretos que estavam ocorrendo.

---

29 POMINI, Igor Pasquini. *Revolução Espanhola: uma análise dos processos autogestionários*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2013; RODRIGUES, Glauco Bruce. *Comunas e federações, territórios libertários: a espacialidade anarquista durante a Guerra Civil Espanhola (1936-1939)*. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

30 HEGEDÜS, András. "A construção do socialismo na Rússia: o papel dos sindicatos, a questão camponesa, a Nova Política Econômica" In HOBSBAWM, Eric (org). *História do Marxismo, volume 7*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986, p. 16.

Olhando para as dificuldades surgidas no contexto da revolução na Rússia, nossa pesquisa se direcionou para os debates acerca da planificação econômica e sua implicação a teoria anarquista. Contudo cabe destacar que nos preocupamos em pensar como nosso trabalho poderia contribuir com esse debate não apenas no interior do campo anarquista, mas pensando o debate sobre a planificação<sup>31</sup> como um todo, não apenas no caso russo, mas também nas experiências *a posteriori*.

É importante destacar que ao longo dessa pesquisa também trabalhamos com autores que pautaram uma rica análise documental sobre o anarquismo espanhol da década de 1930<sup>32</sup>. Eles contribuíram com uma base de documentos que nos permitiu compreender as discussões anarquistas e como foi possível, para o movimento libertário, construir uma base teórica que abordasse a relação campo-cidade que, de algum modo, impactou no desenvolvimento da revolução iniciada em julho de 1936.

Partindo dessa base documental precisávamos de um aporte metodológico que pudesse nos auxiliar a compreender, de um lado, o que era a Espanha dos anos 1930 e, por outro lado, como os anarquistas estavam teorizando sua concepção econômica, buscando prepará-la para ser posta em prática pelas organizações da classe trabalhadora no momento revolucionário.

Como apontamos acima, no alvorecer da Revolução Espanhola os revolucionários enfrentaram problemas semelhantes aos ocorridos na URSS no início de sua revolução. Na Espanha eles precisavam responder aos dilemas de uma conjuntura que ainda mantinha, dialeticamente, laços com uma estrutura de longa duração que permitia que em regiões do país ainda fosse possível encontrar dinâmicas medievais na questão do trabalho agrícola. Era uma estrutura que se movia vagarosamente<sup>33</sup>, portanto, ainda apresentava formas de outras épocas que impactava a formação socioeconômica

---

31 Everaldo de Oliveira Andrade organizou um belo trabalho sobre a economia na perspectiva socialista, na qual abordou diversas experiências de planificação da economia. Ver ANDRADE, Everaldo de Oliveira (org). *Economia Socialista: experiências históricas de planificação econômica e debates sobre a transição hoje*. São Paulo: Maria Antonia Edições, 2022.

32 BERNECKER, Walther. *Colectividades y revolución social: el anarquismo en la guerra civil española, 1936-1939*. Barcelona: Editorial Crítica, 1982; PEIRATS, José. *La CNT y la Revolución Española, 3 vols*. Cali: La Cuchilla, 1988.

33 Nesse ponto nos baseamos na seguinte reflexão desenvolvida por Fernand Braudel, na qual ele aponta que por “Por estrutura, os observadores do social entendem uma organização, uma coerência, relações bastante fixas entre realidades e massas sociais. Para nós, historiadores, uma estrutura é sem dúvida, articulação, arquitetura, porém mais ainda, uma realidade que o tempo utiliza mal e veicula mui longamente”. BRAUDEL, Fernand. “História e Ciências Sociais: a longa duração” In BRAUDEL, Fernand. *Escritos sobre a História*. São Paulo: Perspectiva, 2014, p. 49.

espanhola dos anos 1930. Essa estrutura precisava ser superada pela classe trabalhadora para que pudesse efetivar a transição para uma organização social autogestionária.

Contudo, não nos propusemos a realizar uma análise estritamente estrutural da realidade espanhola. Por ser uma pesquisa que se preocupou em analisar um processo revolucionário que buscou responder ao dilema de pensar a relação campo-cidade como parte do processo de transição para uma perspectiva socioeconômica pautada na autogestão, seria preciso compreender a dinâmica social que a classe trabalhadora estava inserida. O contexto social era marcado pelas flutuações econômicas<sup>34</sup> do período entreguerras e seu impacto nos conflitos sociais poderia ser visto em “uma ampla variedade de países, cada um numa fase diferente de desenvolvimento econômico” e que “entravam agora na órbita da economia capitalista”<sup>35</sup>. Era a integralização de diferentes estágios econômicos numa economia mundializada.

Esse aspecto nos levou a pensar metodologicamente a partir do resgate do “sujeito da classe trabalhadora e suas linhas de ação e organização, as suas tensões, contradições, limitações e alcance” obtendo assim “uma visão de longo prazo das transformações, lutas e processos de organização da classe operária”<sup>36</sup>. Concluímos destacando que nossa perspectiva para a ideia de classe trabalhadora é nos atentar para suas transformações e teorizações no espaço produtivo, ou seja, no mundo do trabalho.

Depois de refletir sobre o aporte metodológico, nos propomos a pensar o acervo documental. Além de mencionar autores que reproduziram integralmente documentos em suas obras, também realizamos pesquisas em acervos digitais como o CEDAL (Centre de Documentació Antiautoritari i Llibertari) e da hemeroteca digital da BNE – Biblioteca Nacional de España. Tais pesquisas nesses acervos nos permitiu reunir uma rica base documental de periódicos e de documentos produzidos pela CNT no decorrer da década de 1930.

---

34 Outro autor importante para entender os impactos das flutuações econômicas nos rumos dos conflitos sociais é Nikolai Kondratiev. Para aprofundamento do tema indicamos KONDRATIEV, Nikolai. *As ondas longas da conjuntura*. São Paulo: Com-Arte, 2018.

35 HOBBSAWM, Eric. “Flutuações econômicas e alguns movimentos sociais desde 1800” In HOBBSAWM, Eric. *Os trabalhadores: estudos sobre a história do operariado*. São Paulo: Paz e Terra, 2015, p. 180.

36 BASUALDO, Victoria. “Prefácio” In FERREIRA, Fernando Sarti. *A contrarrevolução produtiva: refluxo e estabilização do conflito social em Buenos Aires, 1924-1930*. São Paulo: Maria Antonia Edições, 2022, p. 14-15.



Toda essa exposição resultou na pesquisa que por hora apresentamos em três capítulos no decorrer do trabalho.

No primeiro capítulo realizamos um balanço sobre a economia espanhola no contexto da década de 1930, dialogando com as tentativas de reformas promovidas pelo Estado durante esse período. Concluímos o capítulo discutindo a situação da classe trabalhadora espanhola tanto no espaço rural quanto no urbano nesse contexto.

O segundo capítulo fazemos uma exposição dos debates econômicos sobre o desenvolvimento das estruturas agrícolas e industriais feitos pelos anarquistas anterior à realização do IV Congresso da CNT, posteriormente nos concentramos em compreender como nas deliberações do referido congresso as organizações da classe trabalhadora pensaram a relação campo-cidade com o intuito de atenuar os atritos entre camponeses e operários, além de romper com a sobreposição da cidade sobre o campo, pautando a ideia de desenvolvimento das estruturas produtivas. Findando o segundo capítulo, analisamos as propostas desenvolvidas no decorrer da revolução, buscando compreender como as organizações dos trabalhadores pensaram estratégias de integração da esfera produtiva tanto no campo quanto na cidade e as relações de intercâmbio.

O terceiro capítulo começa com uma exposição sobre as dificuldades enfrentadas pela CNT no contexto revolucionário, abordando as causas da retração da revolução. E nesse contexto de retratação analisamos a proposta da CNT em convocar um *pleno* de caráter estritamente econômico, realizado em 1938, para discutir os rumos da própria organização, além de teorizar novas questões para a teoria econômica anarquista, é nesse pleno que as federações de coletividades e sindicatos discutem a ideia de planificação econômica a partir de uma perspectiva autogestionária.

## **CAPÍTULO 1 – ECONOMIA E CLASSE TRABALHADORA ESPANHOLA NA DÉCADA DE 1930**

Abordar a economia da Espanha nesse período, a princípio, pode parecer uma tarefa não muito complexa. No entanto, quando nos deparamos com as questões que a Segunda República<sup>37</sup> teria por resolver, compreendemos que os problemas conjunturais do período por nós analisado têm suas raízes em uma profunda estrutura de longa duração<sup>38</sup> que, por sua vez, impedia o desenvolvimento socioeconômico do país, em comparação com outros países da Europa. Contudo, é importante frisar que o atraso espanhol tem suas particularidades, desse modo, não podemos tomá-lo como um processo europeu de desenvolvimento. Veremos alguns pontos da constituição do Estado espanhol que contribuíram para formação da estrutura arcaica do país da década de 1930.

### **Balanco de uma economia europeia atrasada**

A década de 1930 inicia-se com a perspectiva de que o capitalismo, enquanto sistema econômico estava desmoronando por meio dos efeitos causados pela crise de finais dos anos 1920. Segundo Osvaldo Coggiola, a crise de 1929 encontrou caminhos através de políticas adotadas pelas potências capitalistas em meados dos anos 1920, tais como, o aumento no ritmo produtivo sem acompanhamento do crescimento do mercado consumidor e na agricultura com a concentração da produção sem circulação<sup>39</sup>. Essa postura resultou no aumento das taxas de desemprego que contribuíram para reduzir ainda mais o mercado consumidor e aumentar o estoque produtivo. Eric Hobsbawm aponta que no quadriênio (1929-1932) o mercado mundial caiu em torno de 60%<sup>40</sup>.

As estratégias adotadas na tentativa de recuperação econômica, além das demissões, foram as reduções salariais que minaram, ainda mais, o poder de compra da classe trabalhadora. Isso levou trabalhadores, nesse caso nos basearemos nos anarquistas espanhóis, a buscarem compreender o que realmente era a crise mundial que parecia que traria o fim do capitalismo. Diego Abad de Santillán, em um texto de

---

37 A Segunda República foi proclamada em 14 de abril de 1931, sucedendo o período ditatorial de Primo de Rivera da década de 1920.

38 Para o historiador Fernand Braudel a noção de estrutura “é sem dúvida, articulação, arquitetura, porém mais ainda, uma realidade que o tempo utiliza mal e veicula mui longamente”. BRAUDEL, Fernand. “História e Ciências Sociais: A longa duração”. In BRAUDEL, Fernand. *Escritos sobre a história*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2014, p. 49.

39 COGGIOLA, Osvaldo. *As grandes depressões (1873-1896 e 1929-1939): fundamentos econômicos, consequências geopolíticas e lições para o presente*. São Paulo: Alameda, 2009, p. 148-149.

40 HOBBSAWM, Eric. *A era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016, p. 98.

1933<sup>41</sup>, apontava que a crise de 1929 era diferente das demais crises da história do capitalismo. Para ele, além dela ter o caráter tendencial a se internacionalizar, essa crise era definitiva do sistema capitalista, portanto, Santillán enxergava nela o fim do capitalismo enquanto um sistema econômico.

Santillán não era o único a estudar a crise. Nas páginas do jornal *Tierra y Libertad*, Carlos Frassoni<sup>42</sup> defendia a ideia de que a crise não era mais conjuntural, mas sim de sistema, portanto, ela era estrutural ao capital. O autor ainda apontava que o desenvolvimento tecnológico, principalmente a mecanização da produção, era um dos responsáveis pelo desemprego e reduções de salários. Essa análise está em acordo com os estudos posteriores de autores especializados no tema. Coggiola tem a mesma opinião que Frassoni, para o historiador como “consequência progressiva da mecanização da indústria e da agricultura, o desemprego foi crescendo consideravelmente”<sup>43</sup>.

O mundo encontrava-se em uma conjuntura crítica com uma economia que desmoronava pouco a pouco. Frédéric Mauro analisou esse contexto com base na teoria dos ciclos econômicos de Nikolai Kondratiev<sup>44</sup>. Para Mauro, o período de crise insere-se na fase b divididos em três estágios, “[...] o primeiro vai de 1914 a 1922, com seu ponto máximo em 1920; o segundo de 1922 a 1932, com seu ponto máximo em 1929; o terceiro de 1932 a 1938, com seu ponto máximo em 1937.”<sup>45</sup>

Pautando metodologicamente sua análise a partir de Kondratiev, Mauro nos mostrou como essa conjuntura foi problemática no período entreguerras. Nesse contexto temos o surgimento das experiências fascistas, uma economia colapsando e uma classe trabalhadora que empobrecia diariamente. Contudo, mesmo esses apontamentos são insuficientes para que possamos compreender como isso impactou a Espanha. Para compreendermos a flutuação da economia espanhola nos anos de 1930, é necessário abordar a estrutura social do país e qual a razão de seu atraso.

---

41 SANTILLÁN, Diego Abad de. “La bancarrota del sistema económico y político del capitalismo”. In SANTILLÁN, Diego Abad. *El anarquismo y la revolución en España: escritos (1930-1938)*. Madrid: Editorial Ayuso, 1976.

42 TIERRA Y LIBERTAD. *La crisis actual del régimen burgués*. Barcelona, 29 de abril de 1932, p. 1.

43 COGGIOLA, Osvaldo. *Op. cit.*, p. 153.

44 KONDRATIEV, Nikolai. *As ondas longas da conjuntura*. São Paulo: ComArte, 2018.

45 MAURO, Frédéric. *História econômica mundial (1790-1970)*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973, p. 338.

Falar em atraso, pensando a realidade espanhola, nos traz algumas questões importantes para pensar a formação socioeconômica do país. Compreendemos a partir das contribuições de Alexander Gerschenkron<sup>46</sup>, a necessidade de abordar a realidade particular da Espanha, pois na busca em se desenvolver, a trajetória adotada por determinado país atrasado, não é necessariamente a mesma de um país desenvolvido. E em nosso caso essa noção se insere de modo bem particular.

Se no início da era moderna, principalmente no período dos descobrimentos, a Espanha era considerada uma das maiores potências naquele contexto, por que ela não conseguiu acompanhar os demais países europeus no desenvolvimento subsequente? A partir de uma revisão da historiografia podemos chegar em algumas conclusões sobre a questão.

Para Jordi Nadal<sup>47</sup>, o Estado espanhol obteve importantes recursos de capitais a partir da exploração colonial. Desse modo formou-se um mercado de capitais voltado para a especulação financeira, enriquecendo os mercadores e setores da nobreza espanhola. No entanto, o retorno econômico não era aplicado na modernização das forças produtivas ou mesmo no desenvolvimento das instituições estatais. Assim, quando ocorre o processo das independências, o Estado perde a sua maior fonte de renda, e como as receitas coloniais não eram remetidas para o desenvolvimento econômico, ele começa a ser ultrapassado pelas economias europeias emergentes de finais do século XIX<sup>48</sup>. A historiadora Martha Ackelsberg destaca essa dinâmica econômica espanhola,

No fim do século XVIII, a maior parte da Espanha rural estava dominada por grandes propriedades concentradas em poucas mãos, civis ou eclesiásticas, o que resultava numa população dividida nitidamente em duas classes, “uma oligarquia de grandes proprietários e uma grande massa de camponeses empobrecidos”. Na Andaluzia, estavam tragicamente representadas a concentração de riqueza agrária e a devastação causada pela pobreza rural. As propriedades da nobreza representavam 72% da riqueza do “reino de Sevilha”. Seis antigas famílias senhoriais eram donas das terras que representavam aproximadamente 90% de todas as propriedades rurais da província. Em toda a Andaluzia, duas casas senhoriais possuíam propriedades equivalentes a 48,85% do total de latifúndios da região. As relações de posse de terra eram tão feudais que não havia nenhum tipo de incentivo para os

---

46 GERSCHENKRON, Alexander. *O atraso econômico em perspectiva histórica e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2015.

47 NADAL, Jordi. *El fracaso de la revolución industrial en España (1814-1913)*. Barcelona: Ariel, 1975, p. 25-28.

48 A emergência desses países foi financiada por meio das explorações neocoloniais ocorridas com maior intensidade na segunda metade do século XIX.

proprietários [...] a fim de aumentar a quantidade de terra cultivada ou desenvolver técnicas produtivas.<sup>49</sup>

Esse processo constrói uma mentalidade arcaica entre a elite espanhola, tanto econômica quanto politicamente. Um setor importante dessa elite era o clero<sup>50</sup>, porta-voz ideológico do Estado espanhol. Era a partir da Igreja que circulava nos ambientes políticos a crítica e a recusa à modernização liberal pela qual outras potências da Europa haviam passado, como a separação da Igreja e do Estado, o desenvolvimento econômico e o confisco dos bens do clero. A Igreja na Espanha era inimiga declarada do liberalismo econômico, pois caso ele fosse adotado como política de governo, ela perderia 52 milhões de pesetas<sup>51</sup> anuais que eram pagos pelo Estado além de suas terras, visto que a Igreja era uma das maiores “latifundiárias” do país. Sob sua posse a Igreja detinha 11.000 fazendas. Como exemplo de seu poderio econômico, podemos citar o Cardeal Segura, arcebispo de Toledo, que tinha, anualmente, rendimentos de 600.000 pesetas, enquanto que um camponês andaluz recebia somente 161 pesetas, isso já nos anos 1930<sup>52</sup>.

A questão da concentração latifundiária, que abordaremos de modo aprofundado mais a frente, era um entrave ao desenvolvimento econômico do campo espanhol. Não somente pela atuação da Igreja, mas também da nobreza agrária que detinha uma parcela significativa das terras, como o duque de Medinaceli que possuía 79.000 hectares e o duque de Peñarada com 51.000 hectares<sup>53</sup>. Boa parte desses territórios não eram explorados economicamente, muitos eram apenas títulos de pompa usados como demonstração de poder nos círculos da elite espanhola<sup>54</sup>. Com isso, essas terras se tornavam pobres para cultivo que, por sua vez, reduzia ainda mais a capacidade agrícola do país. Essa mentalidade da elite latifundiária era uma herança de épocas distantes, na qual, a Espanha ainda poderia ser vista como uma potência colonial.

---

49 ACKELSBERG, Martha. *Mulheres Livres: a luta pela emancipação feminina e a Guerra Civil Espanhola*. São Paulo: Elefante, 2019, p. 118.

50 A Igreja espanhola sempre era um elemento importante para o Estado, em alguns momentos da história ocorreram tentativas de separá-la como durante a experiência da efêmera Primeira República (1873-1874), mas ela sempre voltava como base ideológica importante da governabilidade.

51 Para mais detalhes sobre a distribuição de encargos para a Igreja, Cf. LARA, Manuel Tuñon de. *La España del siglo XX*. Barcelona: Editorial Laia, 1978, p. 301.

52 BROUÉ, Pierre. *La revolución española (1931-1939)*. Barcelona: Ediciones Península, 1977, p. 30-32.

53 Idem.

54 Immanuel Wallerstein levanta uma questão importante na conformação do desenvolvimento do que ele chamou de “capitalismo histórico”, ele aponta que a mentalidade da aristocracia rural, atrelada a uma perspectiva medieval de ligação a terra, cria um desdém para as inovações tecnológicas de exploração do solo que resultam no atraso econômico de determinada região. Cf., WALLERSTEIN, Immanuel. *Capitalismo histórico e civilização capitalista*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001, p. 123.

Essa postura arcaica, de tempos passados, de setores da classe dominante espanhola, levou o país de potência nos séculos 16, 17 e 18 para uma economia praticamente colonial nos anos 1920-1930, como podemos ver a partir de Pierre Broué,

No marco do mercado mundial, a Espanha não era mais que uma semicolônia, que não oferecia mais que produtos – uma pequena parte – de sua agricultura ou de suas minas em troca de produtos industriais estrangeiros, era amplamente aberta aos capitais estrangeiros que haviam colonizado durante alguns decênios todos os setores rentáveis, as minas, a indústria têxtil, a construção naval, energia hidroelétrica, as ferrovias, os transportes urbanos e as telecomunicações.<sup>55</sup>

O caráter dependente da economia espanhola no contexto dos anos 1920 e 1930 poderia ser ainda mais profundo, se não fosse o período de neutralidade durante a Primeira Guerra que trouxe benefícios econômicos, momentâneos, para o mercado espanhol. Mesmo assim, o quadro de desenvolvimento econômico espanhol não seguiu o caminho das grandes economias europeias que buscaram construir um planejamento nacional da economia, pelo contrário, a principal característica da economia espanhola era o seu excessivo regionalismo<sup>56</sup>. Jaume Vicens Vives apontou alguns fatores do desenvolvimento espanhol:

- O, já citado, regionalismo no planejamento industrial, como a concentração das indústrias na Catalunha;
- Dependência econômica dos repasses de capitais estrangeiros nos empreendimentos industriais;
- A possibilidade de reduzir a entrada estrangeira a partir das tarifas aduaneiras;
- A, ainda dependente, necessidade de comprar matérias-primas, principalmente para a região da Catalunha e a busca de adquirir inovações tecnológicas no mercado internacional;
- E por último, algo bem particular da realidade espanhola, a flutuação industrial que está submetida à atividade agrícola.<sup>57</sup>

Dentre os apontamentos levantados por Vives, o último nos chama a atenção por ser um dos mais conflitantes entre as classes dominantes na Espanha. Se, por ventura, a indústria tinha dependência em relação à atividade do campo, o mesmo não poderia ser dito por parte dos latifundiários. A característica da mentalidade dos proprietários de terras, em um país atrasado como o do nosso estudo, é de receio de que “o

---

55 BROUÉ, Pierre. *Op. cit.*, p. 33. Tradução nossa.

56 O Geógrafo Ruy Moreira, analisando o Brasil, trabalhou com um conceito que também serviria para compreender o regionalismo econômico na Espanha, pois diferente das potências vizinhas, o capitalismo espanhol não se centralizou. Para Moreira o conceito de desenvolvimento desigual e combinado interpretaria a desigual regionalização no processo de industrialização. Cf. MOREIRA, Ruy. *O movimento operário e a questão cidade-campo no Brasil: estudo sobre sociedade e espaço*. Petrópolis: Editora Vozes, 1985, p. 60.

57 VIVES, Jaume Vicens. *Coyuntura económica y reformismo burgués*. Barcelona: Ariel, 1969, p. 145. Tradução nossa.

desenvolvimento industrial os privasse de sua posição de preeminência na comunidade”<sup>58</sup>. A partir dessa reflexão de Gerschenkron podemos compreender que o medo da elite agrária em relação ao desenvolvimento das estruturas produtivas era que ele poderia privá-la de seu papel de destaque na esfera política do país, pois os grandes proprietários tinham grande força política no Estado espanhol e essa força poderia ser comprometida com o crescimento industrial na Espanha.

Pensando, a partir da dialética dos tempos históricos, o período que vai de 1914 a 1930 compreende uma conjuntura que dialoga com o arcaico e o moderno e que busca romper com os entraves que contribuía para o impedimento do crescimento econômico. Nesse contexto a,

Espanha que assiste, como país neutro, o começo da guerra mundial é, pois, um país de economia atrasada, de predominância agrária (produção extensiva, de baixos rendimentos e escassa mecanização), de indústrias que crescem com dupla deformação monopolista-protetionista e controle bancário, em contradição, uma mini-indústria pré-capitalista que persiste para os bens de consumo.<sup>59</sup>

A noção dialética entre o arcaico e o moderno é uma característica presente, constantemente, na Espanha<sup>60</sup>. O país possui concentrações industriais como na Catalunha que tem empresas modernas em comparação com a França por exemplo, enquanto que no aspecto agrícola há técnicas rudimentares na exploração do solo como a utilização do arado romano em regiões da Andaluzia. No plano agrícola a formação do caciquismo<sup>61</sup> e da oligarquia são resultados de um lento processo de desenvolvimento das estruturas econômicas, bem como de uma consciência política atrasada. Destarte, tais questões contribuíram para que a passagem do feudalismo ao capitalismo não modificasse completamente a estrutura agrária, dado que, a posse da terra ainda estava atrelada ao prestígio social e não como uma possibilidade de investimento<sup>62</sup>.

---

58 GERSCHENKRON, Alexander. *Op. cit.*, p. 107.

59 LARA, Manuel Tuñón de. *El movimiento obrero en la historia de España II*. Madri: Sarpe, 1985, p. 10. Tradução nossa.

60 O historiador Hugh Thomas identifica as regiões da Andaluzia e da Extremadura com excessiva concentração latifundiária, em alguns pontos as condições de manejo da terra se aproximavam ao período da Reconquista e, em casos mais particulares, até a época romana. Cf., THOMAS, Hugh. *A guerra civil espanhola, Vol. I*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964, p. 67.

61 Os *caciques* eram latifundiários que ameaçavam os trabalhadores com o desemprego para poder garantir o resultado esperado em eleições, em municipalidades em que o *caciquismo* tinha força era comum que os tribunais fossem organizados a partir das prerrogativas dos latifundiários. Cf. BRENAN, Gerald. *The Spanish Labyrinth: an account of the social and political background of the Spanish Civil War*. Nova Iorque: Cambridge University Press, 1962, p. 8-9.

62 SALVADÓ, Francisco J. Romero. *A guerra civil espanhola*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2008, p. 27-28.

Notamos a questão do prestígio social, também, na tentativa de uma reforma agrária em 1835, na qual eram disponibilizadas terras para compradores que poderiam representar um caminho para o aumento na produtividade do país. No entanto, quem conseguiu comprar essas terras eram os “novos nobres” – comerciantes enriquecidos que conseguiram títulos de nobreza – aprofundando, assim, ainda mais a desigualdade no campo<sup>63</sup>. Para Ackelsberg,

[...] as reformas transformaram senhores em capitalistas, aumentaram a concentração da propriedade rural e levaram à expulsão de camponeses das terras que tradicionalmente cultivavam, assim como à consequente proletarização da população deslocada. Ainda que a estrutura de posse de terras tenha se transformado formalmente, os padrões reais de propriedade mudaram pouco ou nada<sup>64</sup>.

Concordamos que a transformação no acesso à terra mudou a dinâmica no campo de modo negativo. Contudo, discordamos da afirmação de ocorreu uma transformação dos antigos senhores em capitalistas, dado que a dinâmica produtiva no campo não se modernizava com fins de conquistar mercados para a produção agrícola, mas a concentração latifundiária continuava, em sua maioria, como forma de prestígio social, deixando muitas propriedades inaptas para o cultivo.

Demonstrando como a dialética opera na sociedade espanhola, se o campo tinha essas características, o meio urbano contrastava como um aspecto mais moderno em algumas regiões do país. A modernização urbana foi possível pela implementação de uma economia capitalista moderna quando comparamos com as economias de países vizinhos. Os pontos mais importantes, nesse sentido, era a indústria têxtil da Catalunha, as fábricas de aço e ferro do País Basco e as minas asturianas<sup>65</sup>.

O processo de modernização do espaço urbano espanhol encontrou suas raízes no contexto da Primeira Guerra, principalmente pela neutralidade do país no conflito. No entanto, a estrutura espanhola, com suas particularidades, não permitiu que esse processo fosse radical, na medida, em que contribuisse para desempenhar uma mudança estrutural, pois se as indústrias do norte cresceram, muitas vezes foi mediante a inserção do capital estrangeiro nas empresas<sup>66</sup>. Como exemplos, dessas companhias, podemos

---

63 ACKELSBERG, Martha. *Op. cit.*, p. 119.

64 Idem, p. 119.

65 SALVADÓ, Francisco J. Romero. *Op. cit.*, p. 30.

66 Essa configuração de inserção do capital estrangeiro aconteceu de modo semelhante no desenvolvimento do capitalismo na Rússia, segundo Leon Trotsky, as principais indústrias do país encontravam-se dependentes do capital financeiro internacional. TROTSKY, Leon. *History of the Russian Revolution*. Chicago: Haymarket Books, 2008, p. 8.



citar Siemens Eléctrica; Barcelona Traction, Light and Power (*La Canadiense*); Andalucía Water Company; Hispano-Belga de Tranvías e a Osram<sup>67</sup>.

José Luis García Delgado e Juan Carlos Jiménez apontam que os países não beligerantes passaram por três momentos durante o ciclo econômico do período bélico. O primeiro é caracterizado por um período de desorganização, o segundo já é marcado pela adaptação à conjuntura e o último, representa o período de crise advindo do armistício dos países envolvidos na guerra<sup>68</sup>.

Durante o período do conflito a balança comercial da Espanha obteve saldos favoráveis. Devido, principalmente, ao aumento dos itens<sup>69</sup> exportados, muitos deles, que antes eram vendidos no mercado interno passaram a ser negociados com os países beligerantes. Aproveitando o contexto, as empresas tabelaram o preço dos artigos em valores mais altos do que obtinham negociando internamente<sup>70</sup>.

O crescimento econômico proveniente dessa conjuntura foi um fenômeno que se encontrava “baseado em circunstâncias exógenas tão excepcionais como transitória, sem inovações técnicas significativas”<sup>71</sup>. Com o fim do conflito, o país começa a perder espaço no mercado exterior, por um lado, pelos empreendimentos de recuperação política e econômica dos países beligerantes, e de outro, pelos produtos destinados à exportação serem itens básicos que poderiam ser produzidos pelos países em revitalização, principalmente os vencedores do conflito. Com base nisso, podemos notar que os produtos espanhóis não eram competitivos internacionalmente, pois poderiam ser facilmente substituídos.

Com a progressiva perda de espaço no mercado internacional, há uma acumulação da produção. O resultado disso não poderia ser outro, a não ser a recessão econômica que, por sua vez, criava um ambiente propício para a radicalização das classes populares.

---

67 LARA, Manuel Tuñon de. *El movimiento obrero... Op. cit.*, p. 7.

68 DELGADO, José Luis García; JÍMENEZ, Juan Carlos. “La economía”. In JULIÁ, Santos *et. al.* *La España del Siglo XX*. Madri: Marcial Pons, 2003, p. 368.

69 Os principais produtos negociados no mercado internacional eram têxteis de lã, algodão, metais e derivados, maquinaria, produtos alimentícios, couros e calçados, papéis e derivados. Algo interessante nos itens exportados é que boa parte deles eram provenientes das indústrias que detinham capital estrangeiro, principalmente dos bancos.

70 DELGADO, José Luis García; JÍMENEZ, Juan Carlos. *Op. cit.*, p. 370.

71 Idem, p. 374. Tradução nossa.

Como resposta para o enfrentamento dessa crise que se inicia no pós-guerra, o Estado espanhol opta pelo recrudescimento político do regime, com a tutela dos militares, por meio da ditadura de Primo de Rivera durante a década de 1920. Os militares na estrutura do poder espanhol se apresentavam como elemento de unidade nacional. Amparados no apoio incondicional do clero e da nobreza, era a tríade arcaica da política espanhola. É importante destacar que a dinâmica política iniciada nos anos de 1920, tinha por objetivo, tirar o país da crise em que se encontrava, mas como isso seria possível se os responsáveis por desenvolver a economia espanhola eram os mesmos que contribuía para o atraso.

De acordo com Romero Salvadó, Primo de Rivera buscou investir na área de infraestrutura, principalmente nas estradas e ferrovias<sup>72</sup>. Não obstante, as perspectivas econômicas não eram positivas, pois cabe destacar que as indústrias importantes para a economia espanhola passaram o período da ditadura riverista estagnadas. Nesse quadro, temos a indústria de bens de consumo e a, importante, indústria têxtil, como complemento ao problema, há o agravamento das condições de vida da classe trabalhadora<sup>73</sup>.

Pensando acerca da distribuição geográfica da classe trabalhadora é perceptível a diminuição dos trabalhadores agrícolas em detrimento dos industriais. Segundo as estimativas de Salvadó<sup>74</sup>, o campesinato teve uma redução de sua população economicamente ativa de 57,3% para 45,5%, enquanto os trabalhadores industriais e de serviços cresceram de 21,9% para 25,6% e de 20,8% para 27,9% respectivamente. Olhando para esses dados podemos concluir que o êxodo rural reconfigurou o mapa da classe trabalhadora espanhola, continuando assim nos anos 1930.

Como citamos acima, as condições de vida dos trabalhadores se deterioraram continuamente. Os aumentos salariais não acompanham o aumento do custo de vida, sendo possível constatar na seguinte tabela:

---

72 SALVADÓ, Francisco J. Romero. *Op. cit.*, p. 48.

73 DELGADO, José Luis García; JÍMENEZ, Juan Carlos. *Op. cit.*, 387.

74 SALVADÓ, Francisco J. Romero. *Op. cit.*, p. 50.

**Gastos de uma família trabalhadora em Barcelona (4 pessoas) – valores em pesetas**

|                    | 1914     | 1917     | 1919     |
|--------------------|----------|----------|----------|
| <b>Alimentação</b> | 1.441,75 | 2.100,00 | 2.559,60 |
| <b>Vestuário</b>   | 119,50   | 205,00   | 226,60   |
| <b>Mobília</b>     | 36,00    | 50,90    | 57,20    |
| <b>Moradia</b>     | 200,50   | 240,00   | 240,00   |
| <b>Combustível</b> | 73,00    | 80,00    | 80,00    |
| <b>Iluminação</b>  | 66,50    | 70,00    | 72,00    |
| <b>Outros</b>      | 133,25   | 165,00   | 168,00   |

Dados extraídos em LARA, Manuel Tunõn de. *El movimiento obrero... Op. cit.*, p. 86.

Esses dados correspondem as estatísticas produzidas pelo *Instituto de Estadística y Política Social del Ayuntamiento de Barcelona*, portanto são os dados oficiais do governo. Como um exemplo sobre a qualidade de vida dos trabalhadores, pegaremos os gastos de 1919, mas a partir de uma perspectiva diária, o que nos garante um valor de 9,42 pesetas, já o soldo diário de um operário é de aproximadamente 5,60 pesetas. Baseando nessa estatística podemos concluir que a questão do custo de vida ainda era algo por se resolver e como veremos mais adiante, esse será um dos principais problemas que a Segunda República enfrentará.

Em nossa trajetória sobre as questões estruturais do atraso econômico na Espanha e sua relação dialética entre o arcaico e o moderno<sup>75</sup> nos leva agora a comentar o movimento da classe trabalhadora. Se, como vimos, a estrutura agrícola era atrasada por uma série de questões de longa duração e a tendência da indústria foi em direção aos regionalismos, a classe trabalhadora, camponesa e urbana, era o elemento moderno nessa dialética. De um modo geral, as organizações e reivindicações dos trabalhadores eram semelhantes ou mesmo mais radicais, quando comparamos com os movimentos

<sup>75</sup> A partir da perspectiva do *desenvolvimento desigual e combinado* as estruturas arcaicas e modernas de uma determinada sociedade se fundem em um processo de desenvolvimento econômico tornando, dessa forma, uma característica particular na qual a classe trabalhadora terá de superar para alcançar a transformação social pela via revolucionária. TROTSKY, Leon. *Op. cit.*, p. 5.

operários dos vizinhos europeus<sup>76</sup>, claro que ressaltando que todos eles continham sua particularidade.

Na Espanha, o movimento operário, possuía duas grandes organizações sindicais, a UGT (socialista) e a CNT (anarcossindicalista), com nosso foco dirigido a esta última. A CNT buscou, desde sua fundação, em 1910, se tornar um organismo nacional de luta da classe trabalhadora e com base nesse objetivo ela se envolveu em lutas em diversas localidades do país. Destarte, a atuação da CNT nas lutas dos trabalhadores fez com que ela fosse perseguida pelos governos praticamente desde sua formação. Atuou como organização clandestina durante toda a ditadura riverista, regime este que contou com a participação de membros do PSOE e UGT, como Largo Caballero<sup>77</sup>.

As lutas econômicas dos anos 1920, principalmente suas greves, abordavam questões relacionadas à carestia de vida e as condições de trabalho, tanto no ambiente agrário quanto no industrial. Elas se intensificaram após a grande depressão de 1929, com mais ênfase no campo, isso porque a principal afetada pela crise foram as exportações de cítricos e vinhos<sup>78</sup>, mas, também, é conveniente apontar que a crise de 1929 é apenas um elemento a mais na crise particular espanhola que permeia tanto a estrutura agrária quanto a industrial. Quando chega a República em 1931, as questões de longa duração ainda não tinham sido resolvidas e agora veremos como ela se posicionou sobre tais problemas durante os anos de 1930, no campo e na cidade.

### **Economia e trabalho no campo**

Durante o período da Segunda República, a questão agrária foi, sem dúvida, a mais difícil que os republicanos tiveram que enfrentar. Como apontou Manuel Tuñon de Lara, compreender a questão agrária era uma chave para analisar a própria política social da República<sup>79</sup>. O campo espanhol era a estrutura mais atrasada do país pelos motivos pelos quais já expomos. Não obstante, o campesinato, principalmente na Andaluzia e em Córdoba, tinha uma percepção clara da realidade e o que era necessário para transformar a realidade agrária espanhola. Desde finais dos anos de 1910, por meio

---

76 Para compreender o movimento operário europeu no contexto dos anos 1920 e 1930, Cf. ABENDROTH, Wolfgang. *A história social do movimento trabalhista europeu*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

77 Sobre a participação de socialistas na ditadura de Primo de Rivera. Cf. BEEVOR, Antony. *A batalha pela Espanha: a Guerra Civil Espanhola (1936-1939)*. Rio de Janeiro: Record, 2007.

78 LARA, Manuel Tuñon de. *Tres claves de la Segunda República*. Madri: Alianza Editorial, 1985, p. 37.

79 Ibidem.

da Federação Nacional de Agricultores (FNA), lutavam pela inclusão do camponês na lei de acidentes de trabalho e pela redução da jornada de trabalho para 8 horas, tais reivindicações eram veiculadas no jornal *La Voz del Campesino*, porta-voz da federação<sup>80</sup>.

O poder de compra dos trabalhadores, com o impacto das crises internas e externas, de um modo geral, foi comprometido e a morosidade dos aparatos estatais em apresentar soluções práticas contribuiu para que trabalhadores agrícolas e industriais se organizassem, cada vez mais, em prol de coordenar suas reivindicações.

A situação dos trabalhadores espanhóis era muito precária, mas o campesinato se encontrava em um quadro mais agudo em relação à miséria<sup>81</sup>. O trabalhador agrícola não possuía seguridade social em caso de acidentes de trabalho, não tinha proteção contra o desemprego e a própria jornada de trabalho não era regulada, sendo que as jornadas eram determinadas pela burguesia agrária<sup>82</sup>. De acordo com Tuñon de Lara, a burguesia agrária era composta por antigos membros da nobreza em um total de 13 mil pessoas. Essa transição que constituiu a burguesia no campo era um dos obstáculos na melhora na condição socioeconômica dos camponeses. A condição camponesa reflete um desenvolvimento economicamente desigual, já que, de um lado, tínhamos um campesinato inserido em uma superexploração semifeudal, legitimada pela Igreja, de outro lado, as cidades que se saíam, um pouco, melhor na reestruturação econômica<sup>83</sup>.

Uma das opções que poderiam melhorar a condição de vida dos camponeses era o desenvolvimento da qualidade do solo espanhol. As terras do país eram áridas em muitas localidades. Essas áreas careciam de um sistema de irrigação que fosse adequado, isso porque mesmo a região do Ebro, que tinha um sistema de irrigação, enfrentava problemas de falta de água em determinadas estações do ano, como no verão, fora que as técnicas também não eram modernas<sup>84</sup>. Para uma dimensão do problema de irrigação, em 1904 a Espanha possuía 1.23 milhão de hectares irrigados e

---

80 CASAS, Juan Gomez. *Historia del anarcosindicalismo español: epílogo hasta nuestros días*. Madrid: La Malatesta Editorial, 2006, p. 138.

81 NUÑEZ, Alfonso Nieves. *El problema del campo*. Tierra y Libertad, Barcelona, 13 de maio de 1932, p. 4.

82 LARA, Manuel Tuñon de. *Tres claves...* *Op. cit.*, p. 29.

83 SALVADÓ, Francisco J. Romero. *Op. cit.*, p. 29-30.

84 SIMPSON, James. *Spanish agriculture: the long Siesta (1765-1965)*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002, p. 103-126.

em 1932 essa área era de 1.5 milhão de hectares, portanto, um aumento insignificante de 0,7%<sup>85</sup>.

Segundo James Simpson<sup>86</sup>, o que compensou o atraso técnico dos sistemas de irrigação, foi a utilização de fertilizantes orgânicos e químicos, este último ainda tinha o benefício de se adaptar ao solo. Assim, era possível também contribuir com o desenvolvimento não só do campo, mas também da indústria, dado que a produção dos fertilizantes era proveniente da indústria química.

Com essa perspectiva de manutenção da dinâmica produtiva do solo, poderiam ser exploradas terras, até então, consideradas impróprias para o cultivo. Essa postura, também era defendida por representantes do anarquismo espanhol como uma forma de diminuir o desemprego, pois melhorando qualidade da terra, novas áreas de cultivos seriam empreendidas, necessitando assim de mais trabalhadores, diminuindo o êxodo rural<sup>87</sup>.

A adoção dos fertilizantes como elementos principais no preparo do solo, seria menos problemática em um curto período. Em contrapartida a implementação de sistemas de irrigação “foi morosa em surgir na Espanha, por causa dos altos custos de infraestrutura e dificuldade de prover informação técnica aos fazendeiros para mudar o sistema de cultivo”<sup>88</sup>, mediante essa situação, durante a experiência republicana, apenas 29%<sup>89</sup> das terras reservadas ao cultivo eram irrigadas.

No entanto, o desenvolvimento agrícola não foi adotado com entusiasmo pela burguesia agrária. A partir daqui mostraremos os problemas enfrentados pela República em pôr em prática seu projeto de modernização do campo espanhol.

A Segunda República foi proclamada em 14 de abril de 1931. A composição orgânica do primeiro governo republicano tinha a preocupação de realizar uma reforma econômica e social no país. Com membros socialistas<sup>90</sup> ocupando cargos de ministros

---

85 Dados extraídos de SIMPSON, James. *Op. cit.*, p. 132.

86 SIMPSON, James. *Op. cit.*

87 NUÑEZ, Alfonso Nieves. *El problema del campo*. Tierra y Libertad, Barcelona, 13 de maio de 1932, p. 4.

88 SIMPSON, James. *Op. cit.*, p. 147.

89 Ibidem, p. 132.

90 Dirigentes do Partido Socialista Operário Espanhol (PSOE).

do trabalho, finanças e justiça, a prerrogativa deles, em consonância com o partido, era pela construção de uma legislação social<sup>91</sup>.

Arelado à perspectiva da legislação social, uma das medidas adotadas pelo governo foi tentar diminuir o desemprego no campo através da Lei de Fronteiras Municipais. Essa lei proibia a contratação de trabalhadores de outras regiões até que a população trabalhadora do município estivesse empregada. Com essa lei, também, se projetava a diminuição das greves. Outra medida conjunta a essa lei, foi à relacionada aos cultivos, que obrigava os latifundiários a produzir em suas terras e caso não cumprissem essa prerrogativa, a propriedade poderia ser confiscada pelo Estado.

Ainda nesse tema, em 1932, temos a Lei de Reforma Agrária, que propunha não uma expropriação definitiva de terras, mas era, de acordo com Tuñón de Lara, uma ocupação por prazo indefinido, deixando reservado aos camponeses a escolha do modo exploração. Nas palavras do autor, a reforma não era “antioligárquica, senão uma tentativa de criar uma classe média agrária e revitalizar o mercado interno.”<sup>92</sup> A condição de revitalização do mercado mediante uma reforma no campo poderia também desenvolver o mercado consumidor como um todo. Isso porque a condição social dos trabalhadores do campo poderia melhorar, o que permitiria consumir relativamente mais produtos, inclusive os oriundos das indústrias, desde que seus rendimentos acompanhasse a evolução dos preços. Tal proposição poderia alavancar, também, a industrialização do país<sup>93</sup>.

Com a Lei da Reforma Agrária, as terras que poderiam ser confiscadas poderiam ser classificadas do seguinte modo:

- Passadas aos proprietários por direito de herança ou doação;
- Terras pobres em recursos naturais (qualidade do solo) que por sua vez eram incultas ou também as que eram, propositadamente, deixadas sem cultivo;
- As que careciam de um sistema de irrigação ou que tinha seus sistemas custeados, em parte ou totalmente, pelo Estado;

---

91 SALVADÓ, Francisco J. Romero. *Op. cit.*, p. 58.

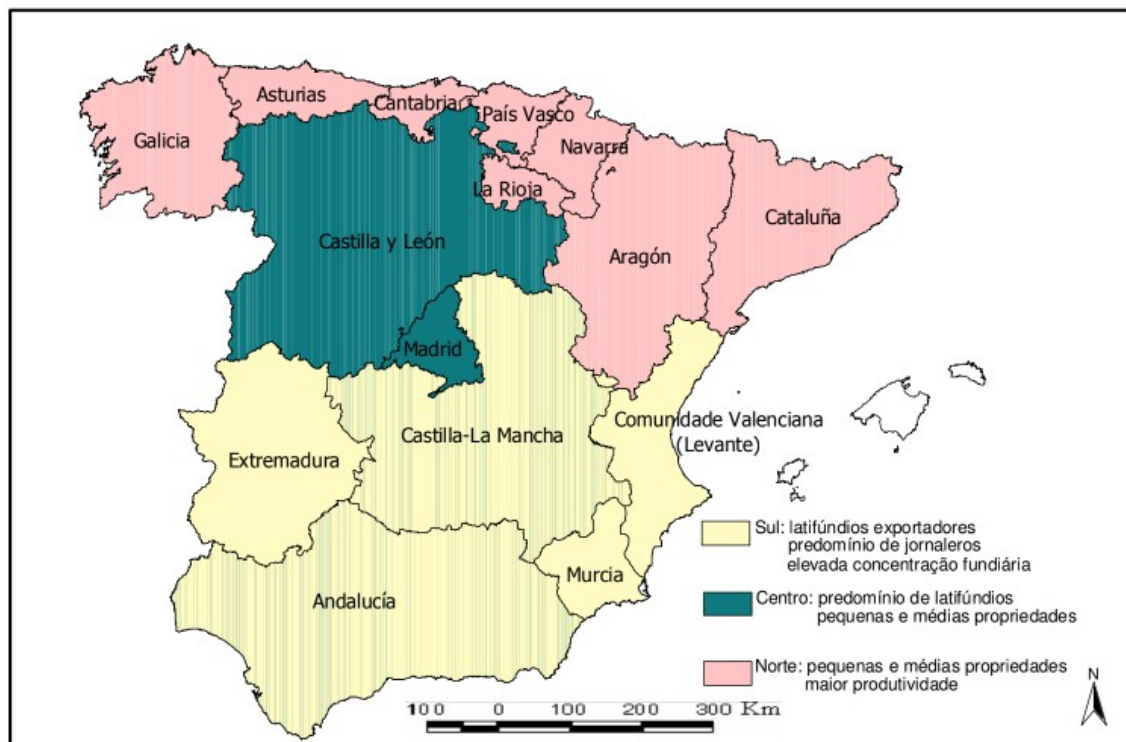
92 LARA, Manuel Tuñón de. *Tres claves...* *Op. cit.*, p. 62.

93 GERSCHENKRON, Alexander. *Op. cit.*, p. 125.

- Propriedades próximas a povoados de menos de 25.000 habitantes, que não eram cultivadas por seus donos;
- As exploradas por camponeses, por arrendamento, que possuía rentabilidade fixa por um período de 12 anos ou mais<sup>94</sup>.

Se no plano da legislação, a questão agrária poderia representar uma modificação na exploração da terra, diminuindo assim, a precária condição da classe trabalhadora no campo, no plano prático ela teve pouco impacto na realidade espanhola. Não obstante, a Igreja com o advento republicano perdeu sua renda estatal, mas mantinha suas terras<sup>95</sup>, somado a isso, ainda temos a classe dos latifundiários que eram muito poderosos política e economicamente. O mapa a seguir nos fornece uma visão sobre a distribuição de terra no território espanhol.

**Mapa 1 – distribuição de terras na Espanha**



Fonte: RODRIGUES, Glauco Bruce. *Op. cit.*, p. 126.

Mediante esse quadro, a reforma agrária, representada pelo Instituto de Reforma Agrária (IRA) foi muito morosa na aplicação da sua política de assentamentos. Propunha assentar, no primeiro ano da política agrária, aproximadamente 75.000

94 LARA, Manuel Tuñon de. *Tres claves...* *Op. cit.*, p. 79. Tradução nossa.

95 Na constituição republicana havia o artigo 44 que extinguiu as ordens religiosas e nacionalizava as terras, mas esse artigo na prática foi pouco efetivo. Na realidade, o Estado espanhol não tinha estrutura para fiscalizar o cumprimento da legislação social, principalmente, por questões de destinação de verbas públicas. O historiador Manuel Tuñon de Lara analisou essa questão, Cf. LARA, Manuel Tuñon de. *Tres claves...* *Op. cit.*



famílias e estudos recentes mostraram que durante o período entre 1931 e 1936 foram assentadas somente 12.260 famílias<sup>96</sup>. A dificuldade de realização prática dessa política estava presa a alguns fatores, principalmente, ao poder que os proprietários, de um modo geral, tinham na sociedade espanhola através, por exemplo, da Confederação Nacional Católico-Agrária (CNCA) que ao lado da Confederação Espanhola de Direitas Autônomas (CEDA) eram inimigas não somente da reforma agrária, mas da própria república.

Essa dificuldade criava uma atmosfera de conflitos sociais na Espanha. De um lado, tínhamos as organizações da aristocracia rural que lutavam incansavelmente para que a reforma não avançasse, de outro lado, as organizações camponesas que criticavam a morosidade da aplicação da reforma e incentivavam a ação direta dos trabalhadores do campo.

De acordo com Romero Salvadó, a resposta republicana a esse clima conflituoso, foi a adoção da Lei de Defesa da República. Para o autor, essa lei foi prejudicial para os trabalhadores, isso porque ela proibia as greves espontâneas, uma clara alusão à atuação sindical da CNT, além de reprimir com prisões e deportações. Fica claro que no plano da repressão, o regime republicano combatia o movimento operário “com as mesmas práticas não reformadas de lei marcial e impunidade policial da época que imperava a monarquia.”<sup>97</sup> Segundo o historiador Julian Casanova as “autoridades republicanas demonstraram incapacidade em discernir entre conflito social e os atos que agredissem a República”<sup>98</sup>.

O conflito social no campo apresentava uma intensidade maior nos períodos de colheita. Dado que essa era a época em que os latifundiários mais necessitavam de mão de obra, com isso era possível realizar greves com reivindicações por aumentos salariais e reduções nas jornadas de trabalho, algumas em caráter de greve geral<sup>99</sup>.

Uma ideia da repressão a essas reivindicações foi abordada pelo historiador Hugh Thomas,

[...] o governo recorreu à artilharia para esmagar uma greve geral em Sevilha. Trinta pessoas foram mortas e duzentas ficaram feridas. Foi uma

---

96 RODRIGUES, Glauco Bruce. *Op. cit.*, p. 164.

97 SALVADÓ, Francisco J. Romero. *Op. cit.*, p. 67.

98 CASANOVA, Julian. *Anarchism, the Republic and Civil War in Spain: 1931-1939*. Nova Iorque: Routledge, 2005, p. 9. Tradução nossa

99 LARA, Manuel Tuñon de. *Tres claves... Op. cit.*, p. 124.

ação política de grande importância. O governo assim tratou uma greve geral como se ela fosse um claro ataque político ao regime e, estava plenamente justificado ao fazê-lo. Contudo, já que Largo Caballero era ministro do trabalho e a UGT apoiava inteiramente o governo, foi impossível evitar a eclosão de violentos ódios entre a classe operária.<sup>100</sup>

Além da greve geral em Sevilha, em 1932, algumas localidades do país como Berga, Sallent, Fígols, Cardona y Suria vivenciaram a “conquista” de prefeituras por parte de trabalhadores das minas. Respaldo-se na Lei de Defesa da República, o governo deportou para a Guiné 104 militantes anarquistas<sup>101</sup>. Segundo Juan Gómez Casas, durante os 18 primeiros meses da experiência republicana foram registradas 30 greves gerais, 3600 greves parciais e 161 suspensões de jornais<sup>102</sup>, embora o número de greves parciais seja muito mais elevado quando comparamos com outras análises, como a Manuel Tuñon de Lara, por exemplo<sup>103</sup>.

Essa postura para o conjunto da classe trabalhadora mostrava que a República se comportava de modo semelhante aos regimes anteriores. E para a CNT, demonstrava que, independentemente do governo, as transformações estruturais do país só poderiam ser empreendidas por meio da ação direta dos trabalhadores. Dado que, para os anarquistas a condição dos camponeses só seria transformada alterando o próprio direito de propriedade, tornando-a social e coletiva<sup>104</sup>. Podemos apontar que esse antagonismo evidencia uma dinâmica no interior do movimento operário que opõe o PSOE, seguindo o caminho das reformas e a CNT, optando pelo caminho da transformação social revolucionária. E isso é interessante, porque nos anos 1930, o sindicato socialista UGT se envolve em ações revolucionárias, algumas delas ao lado da própria CNT.

O conflito social na Espanha republicana preocupava tanto as autoridades públicas, em suas variadas matrizes político-ideológicas, que os gastos com as forças armadas e de segurança pública foram em cifras elevadas. A verba da “Guerra e Marinha” foi de 683.000.000 de pesetas enquanto da “Manutenção da Ordem Pública” foi de 417.000.000 de pesetas<sup>105</sup>.

---

100 THOMAS, Hugh. *Op. cit.*, p. 63.

101 LARA, Manuel Tunõn de. *La España del Siglo XX*. Barcelona: Editorial Laia, 1978, p. 329.

102 CASAS, Juan Gomez. *Historia del anarcossindicalismo...* *Op. cit.*, p. 210.

103 LARA, Manuel Tuñon de. *El movimiento obrero...* *Op. cit.*, p. 346.

104 TIERRA Y LIBERTAD. *El problema agrario esta en pie*. Barcelona, 01 de julho de 1932, p. 1.

105 SANTILLÁN, Diego Abad de. *Op. cit.*, p. 147.

E, de fato, quando nos deparamos com os conflitos sociais no contexto dos anos 1930, compreendemos que a transformação da estrutura social da Espanha não seria empreendida apenas pela alteração da forma de governo.

Para Tuñon de Lara,

A ruptura mais característica do campo no fim de 1931 era o enfrentamento quase cotidiano entre a força pública, tradicional defensora da propriedade agrária e os obreiros agrícolas, em particular, os militantes de organizações sindicais.<sup>106</sup>

Na verdade, essa característica não era somente reservada ao final do ano de 1931, mas ela encontrava-se presente na dinâmica da luta de classes na Espanha durante o período republicano como um todo. Tal perspectiva fica mais evidente quando analisamos a atuação da CNT durante as greves<sup>107</sup> e a constituição de suas organizações no espaço agrícola.

Somente na região andaluza, a CNT possuía filiados em diversas localidades. Em Cádiz, possuía 11.000 filiados; em Sevilha 22.000 e em Córdoba 10.000<sup>108</sup>. Nessas regiões, devido à dificuldade do governo na realização das reformas, o desemprego foi a causa principal da conflitividade.

Segundo dados do Ministério do Trabalho, no ano de 1932, no espaço agrário, houve jornadas grevistas em diversas regiões do país, envolvendo 90.000 camponeses em experiências de ocupações de cortiços e destruições de máquinas<sup>109</sup>. Essa característica “luddista” tem seu fundamento no próprio processo de mecanização de setores da agricultura, pois sua implementação ocorre, justamente, na perspectiva de diminuição no custo de mão de obra no momento de crises. Santillán já havia se debruçado sobre essa questão e para ele o desenvolvimento da técnica no capitalismo não melhora a condição da classe trabalhadora e, sim, aprofunda sua miséria, com uma parcela da taxa de desemprego causada pelo maquinário, o que, por sua vez, contribui

---

106 LARA, Manuel Tuñon de. *Tres claves... Op. cit.*, p. 59. Tradução nossa.

107 Para a CNT as greves não se resumem as lutas, no curto prazo, pelos ganhos econômicos, a concepção de greve cenetista abarca outros aspectos, como a greve geral insurrecional, por exemplo, que é o momento de erupção da luta revolucionária dos trabalhadores. As greves no período republicano se enquadram na perspectiva exposta pelo historiador Marcel van der Linden na qual elas podem ser pensadas como “formas de luta, coerção e poder, nas quais um grupo de trabalhadores, agindo coletivamente, para de trabalhar para dar reforço a reivindicações econômicas, sociais e/ou políticas de interesse dos trabalhadores diretamente envolvidos e/ou de outros.” Cf. LINDEN, Marcel van der. *Trabalhadores do mundo: ensaios para uma história global do trabalho*. Campinas: Editora da Unicamp, 2013, p. 203.

108 LARA, Manuel Tuñon de. *Tres claves... Op. cit.*, p. 39.

109 Idem, p. 67.

com o surgimento das crises, dado que eliminando um segmento dos trabalhadores do processo produtivo, impacta na própria dinâmica do mercado consumidor interno<sup>110</sup>.

Passam-se os anos, mas a dinâmica conflituosa do campo permanece. Em 1933 o conflito agrícola estava atrelado a problemas conjunturais e, em alguns casos, mais estruturais. Dentre eles, destacamos o aumento do desemprego, a deterioração dos preços agrícolas e das exportações, além da própria atitude hostil dos proprietários em relação às reformas. Com isso, era levantada a questão de que no decorrer dos governos republicanos ainda eram os camponeses que viviam nas piores condições<sup>111</sup>.

Nesse ponto cabe uma reflexão que abordamos anteriormente, o impacto da longa duração na realidade espanhola durante a década de 1930. Tuñon de Lara, também defende essa perspectiva. Para ele,

[...] o problema agrário também tinha um caráter estrutural; o desemprego na agricultura não é consequência de uma má conjuntura econômica, senão da reação contraofensiva dos proprietários que se sentiam ameaçados por uma eventual reforma estrutural.<sup>112</sup>

E de fato, a defesa da propriedade, era a principal questão das organizações “patronais”. Se a reforma agrária, dentre seus ditames, apontava que terras incultas poderiam ser confiscadas pelo Estado e passadas para a exploração dos camponeses, uma das estratégias adotadas pelos latifundiários era a tática de reduzir as áreas voltadas para o cultivo, utilizando a maior parte da propriedade para criação de gado. Em reposta, os camponeses partiam para invasões e expropriações.

Em 1933, ocorreu o episódio de Casas Viejas por parte dos anarquistas, um levante com greves e insurreições com objetivo de implementar o *comunismo libertário*<sup>113</sup>. O levante foi reprimido com a violência costumeira da força pública, vários trabalhadores perderam suas vidas<sup>114</sup>. O historiador Antony Beevor apresenta alguns dados sobre a repressão em Casas Viejas, segundo ele,

Durante os primeiros dias de janeiro, como parte da constante jacquerie na Andaluzia, uma onda de violência irrompeu na província de Cádiz. Casas Viejas, cidadezinha com antiga tradição anarquista, viu a chegada do “dia”, ou seja, a introdução do comunismo libertário. Em 11 de janeiro, um grupo de anarquistas sitiou o posto da Guarda Civil e começou um tiroteio. Mais

---

110 SANTILLÁN, Diego Abad de. *Op. cit.*, p. 121-127.

111 MODINO, A. *La miséria en el campo*. Tierra y Libertad, 20 de agosto de 1935, p. 2.

112 LARA, Manuel Tuñon de. *El movimiento obrero...* *Op. cit.*, p. 280. Tradução nossa

113 No segundo capítulo desse trabalho discutiremos a concepção de comunismo libertário da CNT com base no IV Congresso realizado em Zaragoza em 1936.

114 POMINI, Igor Pasquini. *Revolução Espanhola...* *Op. cit.*, p. 49.

guardas civis e *asaltos* chegaram de Cádiz e cercaram uma casa onde um velho anarquista conhecido como “Seisdedos” os expulsou. O diretor-geral de segurança ordenou que um capitão de assalto, Manuel Rojas, desse fim ao impasse. Rojas pôs fogo na casa e dois homens que fugiram das chamas foram alvejados. Rojas então ordenou que seus homens matassem a sangue-frio 12 anarquistas que tinham sido presos anteriormente. No total, vinte e dois camponeses e três integrantes das tropas de segurança morreram em Casas Viejas.<sup>115</sup>

Esse episódio, por um lado, aumentou a instabilidade política do governo, de outro lado, dava base para os discursos da direita de que a revolução social estava próxima. Com isso, a elite intensificou sua atuação contrarrevolucionária a partir de suas organizações.

Desse modo, a organização da elite agrária, precisava incidir na classe trabalhadora, modificando a mentalidade desses trabalhadores em prol da realização de seus objetivos. Para cumprir esse papel, temos o sindicalismo católico, que defendia a harmonia entre capital e trabalho, o direito sagrado da propriedade privada, além de ser um representante de combate às reformas do regime republicano e defensor da ordem social arcaica da Espanha<sup>116</sup>.

Contribuindo com esse cenário de contraofensiva das organizações patronais, as eleições de novembro de 1933 alteraram a conformação do Estado espanhol com a vitória da direita, tornando a CEDA, a maior força no parlamento. Com essa composição política temos a aceleração da retração das políticas sociais adotadas pelo primeiro governo. Lembrando que a legislação social não teve tempo de alterar estruturas importantes, como a questão agrária, por exemplo.

A dinâmica política dos anos seguintes pode ser compreendida como uma intensificação da luta interna pela retração das reformas que vinham sendo empreendidas nos anos anteriores. No entanto, a crise política ainda era característica presente na conformação da República. Para Igor Pomini,

O novo governo foi formado com Lerroux como Primeiro-Ministro, mas sem a participação da CEDA – esta apenas o apoiava. Em 1934 esta retirou seu apoio e o governo caiu. Um novo gabinete foi formado em outubro e, a CEDA passou a ocupar três pastas. Isso foi interpretado por muitos revolucionários como o estabelecimento do fascismo na Espanha. No período de governo da direita deu-se início a um processo de reversão de muitas medidas tomadas pelo governo anterior. A reforma agrária foi paralisada junto com a construção de escolas laicas. [...] Os patrões comemoraram a

---

115 BEEVOR, Antony. *Op. cit.*, p. 68. Grifos do autor

116 ELORZA, Antonio. *Op. cit.*, p. 306.

vitória da direita reduzindo salários, o que provocou novas ondas de greves e conflitos.<sup>117</sup>

E de fato era latente o crescimento da extrema-direita na Espanha, principalmente, na defesa do sindicalismo corporativista através da atuação nos sindicatos católicos. Mas o mais emblemático nessa mentalidade da direita espanhola era sua visão de que naquele momento se travava uma batalha pela reconquista do país. Isso ficou perceptível no congresso da CEDA realizado, em 1934, em Covadonga, cidade importante para a história espanhola, na qual, se iniciou o processo de reconquista contra os árabes. Ficou marcado que para a CEDA, o que se passava no país nos anos 1930 era uma luta pela velha Espanha e sua missão histórica era a realização desse processo.

A cruzada da direita contra as reformas sociais se iniciou nos primeiros dias de governo. Para Romero Salvadó, os ataques começaram com as demissões, cortes salariais e fechamento de sindicatos<sup>118</sup>. O desemprego afetou, principalmente, os camponeses que participaram das ondas de greves e das tentativas insurrecionais, além dos que eram sindicalizados. Essa relação conflituosa na sociedade espanhola não se restringiu apenas ao campo espanhol, mas também impactou profundamente as dinâmicas das cidades.

### **Economia e trabalho nas cidades**

Se as cidades, com suas indústrias, conseguiram se desenvolver de modo mais rápido que o campo, também é verdade que a luta de classes tinha a mesma intensidade quando comparamos com as ações campesinas.

Para começarmos é interessante destacar que a economia urbana espanhola era constituída por uma parcela significativa de sociedades anônimas, especialmente nos setores de eletricidade e gás, ferroviário, minas, indústrias químicas e têxteis. Tuñon de Lara mostrou que esse setor também sofreu um impacto significativo em sua economia exportadora. O autor aponta que em 1930 o valor das exportações era 2.456.000.000 bilhões de pesetas e em 1935 esse valor tinha caído para 588 milhões<sup>119</sup>.

No decorrer da República alguns elementos, além das exportações, contribuíram para intensificar o problema na economia. Dentre eles ressaltamos as fugas de capitais

---

117 POMINI, Igor Pasquini. *Revolução Espanhola... Op. cit.*, p. 49-50.

118 SALVADO, Francisco J. Romero. *Op. cit.*, p. 81.

119 LARA, Manuel Tuñon de. *El movimiento obrero... Op. cit.*, p. 280.

motivadas pela instabilidade política do país e pelo temor de uma revolução social, junto a isso também destacamos que as quedas das inversões e de créditos também foram responsáveis por esse quadro.

Esse quadro também era apontado como uma tendência da sociedade capitalista no período. Santillán, analisando a economia espanhola, afirmava que a tendência da “direção da vida econômica moderna está nas mãos de grandes trustes, de grandes concentrações capitalistas, de companhia por ações formadas pelo aporte de milhares e milhares de pessoas”<sup>120</sup>.

Mesmo com uma economia em condições adversas, resultante da crise político-econômica, os trabalhadores conseguiram manter uma média relativa de ganhos salariais nesse contexto. Principalmente pelas inúmeras greves do período:

| <b>Ano</b>  | <b>Número de greves</b> | <b>Número com informações incompletas</b> | <b>Grevistas</b> | <b>Jornadas perdidas</b> |
|-------------|-------------------------|---|------------------|--------------------------|
| <b>1931</b> | 734                     | 610                                       | 236.117          | 3.843.260                |
| <b>1932</b> | 681                     | 435                                       | 269.104          | 3.589.473                |
| <b>1933</b> | 1.127                   | 1.046                                     | 843.000          | 14.440.629               |
| <b>1934</b> | 594                     | 544                                       | 741.303          | 11.115.358               |

LARA, Manuel Tuñón de. *El movimiento obrero... Op. cit.*, p. 346.

Não obstante, temos uma quantidade significativa de greves que não possuímos as informações completas<sup>121</sup>, embora isso ainda nos permita explorar o universo do operariado urbano. Impressiona-nos a transição do ano de 1932 para 1933, estamos olhando para um salto de 573.896 trabalhadores a mais, envolvidos nas greves, e no ano seguinte, 1934, esse número se reduz para quase 100.000 trabalhadores, e mesmo assim, o número de grevistas continua elevado. Essa redução, no ano de 1934, poderia estar atrelada a repressão do ano anterior, dado que ocorreu uma série de detenções e,

120 SANTILLÁN, Diego Abad de. *Op. cit.*, p. 139. Tradução nossa.

121 Essas informações podem ser o próprio resultado da greve, se foi bem-sucedida ou não; dados sobre a repressão, empresas paralisadas, etc. Desse período, há uma porcentagem significativa das greves bem-sucedidas, chegando a 40% de experiências exitosas.

mesmo, assassinatos de operários que eram respaldados pela Lei de Fugas<sup>122</sup>, ainda em vigência na República, pelo menos nas corporações militares.

A envergadura dessas jornadas grevistas, possivelmente, foi o que garantiu uma relativa estabilidade nos salários, isso porque quando comparamos a evolução salarial de algumas profissões, notamos aumento nos rendimentos dos trabalhadores.

---

**Salários máximos e mínimos (médias nacionais) por jornadas de 8 horas em pesetas**

|                          | 1930      | 1933       | 1935       |
|--------------------------|-----------|------------|------------|
| <b>Mineiros</b>          | 9,21/6,04 | 9,96/6,81  | 10,42/7,36 |
| <b>Metalúrgicos</b>      | 9,84/6,34 | 10,56/6,92 | 10,94/7,09 |
| <b>Pedreiros</b>         | 9,37/6,14 | 10,11/7,00 | 10,31/7,17 |
| <b>Têxtil (homens)</b>   | 8,17/5,65 | 8,75/6,05  | 9,10/6,39  |
| <b>Têxtil (mulheres)</b> | 3,87/2,31 | 4,11/2,32  | 4,33/2,53  |
| <b>Vidro e Cristal</b>   | 9,10/6,35 | 10,48/7,14 | 10,87/7,50 |
| <b>Costureiras</b>       | 3,84/2,09 | 4,26/2,21  | 4,39/2,33  |

---

LARA, Manuel Tuñón de. *El movimiento obrero... Op. cit.*, p. 282.

Em uma primeira vista desse quadro podemos falar que diversas profissões, durante os cinco primeiros anos da década de 1930, obtiveram aumentos constantes. Mas uma análise mais detalhada nos permite compreender a dinâmica da hierarquia salarial, principalmente, abordando as profissões com maioria de homens e as com maioria de mulheres<sup>123</sup>. Pegando como exemplo as trabalhadoras da costura, em 1935, o salário máximo por jornada de oito horas era apenas 4,39 pesetas, esse valor era inferior ao quilo da “carne de vaca de primeira” que custava 4,74 pesetas, ou seja, um dia de trabalho de uma costureira não comprava um quilo de carne. Baseando nesse dado,

---

122 A Lei de Fugas, como o próprio nome diz, era aplicada quando o “prisioneiro” tentava fugir, desse modo tinha-se a autorização de alvejá-lo para impedir a fuga, no entanto, essa lei era usada pela força pública como pretexto para assassinar lideranças sindicais e trabalhadores sem que precisassem de julgamento.

123 Como um aprofundamento a essa questão indicamos o trabalho da historiadora Martha Ackelsberg. Cf. ACKELSBURG, Martha. *Op. cit.*



podemos levantar outro problema, que era a grande diferença salarial entre homens e mulheres na sociedade espanhola. Podemos ver essa diferença como um elemento da dominação de gênero, dado que para uma trabalhadora “sobreviver” era necessário que o salário dela fosse complementado por de um trabalhador. Tal laço patriarcal era tão profundo na sociedade que mesmo durante a Revolução Espanhola, muitas coletividades ainda mantinham essa diferença, não de modo tão profundo, mas mantinham.

Complementando essa questão, é preciso comentar que a situação de uma família trabalhadora não tinha seus problemas resolvidos com a junção de salários. Vamos pegar o salário de um metalúrgico que era, em 1935, 10,94 pesetas e somaremos com de uma trabalhadora têxtil que era 4,33 pesetas, resultando em um valor de 15,27 pesetas. Constituiremos uma família, com base no padrão da época, composta de 4 pessoas que tem um rendimento diário de 15,27 pesetas, com esse valor não era possível consumir uma dieta com todos os requisitos nutricionais, visto que essa dieta era em torno de 17,35 pesetas, isso falando apenas da alimentação da família, sem contar as demais despesas que teriam. Com isso temos base para argumentar que se os salários tinham aumentos, o custo de vida também aumentava e, na maioria das vezes, seu custo era superior ao rendimento de uma família operária, desse modo, tínhamos depreciação salarial.

No ponto de vista da legislação social da República, a condição socioeconômica dos trabalhadores deveria ser discutida a partir dos Jurados Mistos. Na verdade, eles eram uma herança da ditadura de Primo de Rivera que haviam sido reformados, a partir, da estrutura da Organização Corporativa Nacional. Com a Lei dos Jurados Mistos, no período republicano, propunha-se ampliar “as atribuições dos antigos comitês paritários para elaborar as bases de trabalho, vigiar o cumprimento dos contratos, denunciar as possíveis irregularidades, julgar as denúncias e penalizar as transgressões.”<sup>124</sup> Para Juliá, essa lei teria por objetivo tornar corporativa as relações laborais, com base nessa hipótese do autor, podemos avançar na interpretação dessa lei. Acreditamos que mediante essa prática jurídica da relação entre capital e trabalho, o Estado republicano objetivava-se a controlar o movimento operário, inibindo, por exemplo, a deflagração de greves que, como vimos, envolviam uma parcela muito

---

124 JULIÁ, Santos. “Idade contemporânea”. In VALDEÓN, Julio *et al.* *História de Espanha*. Lisboa: Edições 70, 2014, p. 408.

significativa da classe operária, além de tentar impedir as tentativas insurrecionais que ocorriam tanto no campo quanto na cidade.

A CNT já apontava que a relação dos trabalhadores dentro dos organismos paritários, mesmo que garantissem ganhos reais, não era suficiente para a melhora da condição trabalhadora. A posição cenetista, então, era de que essa legislação tinha por objetivo principal, o controle da classe trabalhadora. Desde seu congresso nacional realizado em Madri em 1931<sup>125</sup> já era apontado que para uma compreensão da realidade salarial espanhola era necessário que essa questão fosse problematizada no plano nacional da economia com base no levantamento realizado pelos sindicatos regionais, porque assim ficariam evidenciadas as necessidades particulares de cada região do país. Como o problema precisava de uma solução a nível nacional, a partir das regionais, esses dados seriam levados até a Federação Nacional de Indústrias<sup>126</sup>, que eram compostas, exclusivamente, de trabalhadores. Pensando a partir da Federação Nacional de Indústrias, suas atribuições na escala macro poderia se dar do seguinte modo:

- Geografia Econômica: destacando as fontes naturais da riqueza nacional;
- Geografia industrial e agropecuária;
- Análise do desenvolvimento dos processos técnico-industrial;
- Organização dos polos industriais e suas relações com as diversas indústrias;
- Estudo da penetração dos capitais, nacional e estrangeiro, nas indústrias espanholas;
- Estudo do crescimento salarial e da jornada laboral;
- Apontamentos sobre as condições de trabalho<sup>127</sup>.

Desse modo, a CNT compreendia que a resolução do problema laboral necessitava de uma perspectiva que abordasse o plano nacional. E algo que nos chama a atenção é que a partir dos estudos sobre os problemas socioeconômicos da Espanha<sup>128</sup>, a organização cenetista construía uma base teórica sobre a economia espanhola que

---

125 CNT. *Ata do III Congresso da CNT, 11 a 16 de junho de 1931*. Disponível em: <https://www.cntvalladolid.es/IMG/pdf/congresosCNT/IIIcongreso.pdf>. Acesso em: 10 de dezembro de 2020.

126 Mesmo sendo aprovada em congresso, a proposta da Federação Nacional de Indústria era muito debatida através dos periódicos anarquistas, para alguns militantes cenetistas essa proposição poderia representar um risco para a autonomia dos sindicatos, já os defensores das federações, alegavam que ela teria apenas a função consultiva, pois as ações desempenhadas pelas federações partiriam das definições sindicais. Cf. RIVAS, M. *Federaciones Nacionales de Industrias*. Tierra y Libertad. 18 de julho de 1931, p. 2; ALBEROLA, José. *Federaciones de Industrias*. Tierra y Libertad. 12 de setembro de 1931, p. 2.

127 CNT. *Op. cit.*, p. 12-13. Tradução nossa.

128 Os estudos da CNT sobre os problemas sociais espanhóis podem ser vistos nas prerrogativas dos próprios congressos nacionais, nos debates promovidos nos periódicos e no trabalho dos militantes, como por exemplo, o de Isaac Puente intitulado “El comunismo libertário: sus posibilidades de realización en España”.

poderia ser utilizada como base no processo de transformação social em direção ao comunismo libertário. Com isso ela estaria preparada para a transição de uma economia capitalista para uma economia autogestionária. Portanto, o próprio debate sobre a melhora da condição da classe trabalhadora passava não por jurados corporativos, mas sim pelos organismos da própria classe.

Levando em conta as proposições do congresso, discordamos da tese apresentada por Tuñon de Lara, na qual a compreensão da realidade espanhola por parte da CNT era baseada em juízos de valores e moralismos que não encontravam sustentação na análise concreta da realidade<sup>129</sup>. Como podemos ver, a preocupação cenetista passava por uma perspectiva federalista que compreendia o plano regional e o nacional.

Outro ponto que demonstra a análise concreta cenetista é em relação ao problema do desemprego. Segundo a central sindical, a causa do desemprego no contexto de crise da economia era resultado da relação desproporcional da produção com o mercado consumidor<sup>130</sup>. Com a possibilidade de solucionar o problema do desemprego a CNT demonstrava uma noção clara das necessidades dos trabalhadores, tanto camponeses quanto operários. Na perspectiva de curto prazo, ou seja, no contexto de uma economia capitalista, eram propostos os seguintes ditames,

1 – Implantação da jornada de seis horas [...] sem redução de salário e sem supressão de horas extras, duplicação de emprego, bônus e trabalho por empreitada.

2 – Confisco sem indenização de grandes propriedades, reservas, montanhas e pastagens e propriedades não cultivadas diretamente, de mais de cinquenta hectares, e sua entrega a sindicatos de camponeses.

3 – Mobilização forçada de capital, obrigando-os a fazer investimentos na criação de novas indústrias, construções e fazendas de necessidade local e nacional, proibição de suspensão das obras iniciadas.

4 – Declaração da legislação trabalhista e, conseqüentemente, a obrigação do Estado, dos municípios e industriais para colocar os desempregados proporcionalmente à importância de suas respectivas empresas e de acordo com a opinião dos sindicatos.<sup>131</sup>

Os pontos 3 e 4 são bem elucidativos em relação a proposta de eliminação do desemprego constante na sociedade espanhola. Quando falam, no ponto 3, em mobilização de capital para investimento em novos segmentos industriais, era

---

129 LARA, Manuel Tuñon de. *El movimiento obrero... Op. cit.*, p. 323.

130 CNT. *Op. cit.*, p. 22.

131 Idem, p. 25. Tradução nossa.

apresentada também uma concepção de desenvolvimento econômico, pois de um ponto de vista mais amplo, a criação de novos nichos ampliaria a capacidade produtiva do país, além de que, contribuiria para uma especialização maior da malha industrial, rompendo com uma visão regional da economia, portanto se pensava uma industrialização em perspectiva nacional. Ainda nesse ponto, em outro trabalho<sup>132</sup>, mostramos como essa ideia de “economia nacional” era constantemente debatida no interior do movimento sindical. Isaac Puente<sup>133</sup>, durante períodos da década de 1930 concentrou sua atenção no estudo dos problemas econômicos espanhóis, rumando em direções semelhantes à defendida pelo congresso de 1931.

Já no ponto 4 a noção de obrigatoriedade do Estado encontrava-se vinculada ao espaço municipal e industrial. A participação governamental resumia-se, apenas, na garantia da inserção da classe trabalhadora, desempregada, ao mercado de trabalho. Contudo, ainda defendia a autonomia dos sindicatos nas decisões referente aos salários e das condições de vida dos trabalhadores, criticando a organização dos jurados mistos, que para a CNT, representava a tutela do Estado nas reivindicações dos trabalhadores.

Buenaventura Durruti, importante militante do anarquismo espanhol, definia de modo preciso o que os anarquistas propunham como finalidade do Estado republicano,

Se fossemos republicanos, afirmaríamos que o governo provisório é incapaz de assegurar o triunfo daquilo que o povo lhe confiou. Mas somos autênticos trabalhadores e, em nome deles, dizemos que, seguindo este caminho, não é de espantar se o país se encontrar amanhã à beira da guerra civil. A República não nos interessa, mas aceitamo-la como ponto de partida de um processo de democratização social. Com a condição, claro está, que a dita República garanta os princípios, segundo os quais liberdade e justiça não são palavras vazias. Se a República omitir a tomada em consideração das aspirações da classe operária, então o pouco interesse que os trabalhadores têm por ela ficará reduzido a nada, porque esta instituição não terá correspondido às esperanças que a nossa classe nela depositou, no dia 14 de abril.<sup>134</sup>

No decorrer da experiência republicana, ficava mais claro para a CNT que o Estado não conseguia dar prosseguimento a implementação de políticas públicas que pudessem transformar a condição socioeconômica dos trabalhadores, como a diminuição do desemprego, por exemplo. Em dezembro de 1934 eram registrados

---

132 PAULINO, Davi Luiz. *A economia nacional no pensamento libertário de Isaac Puente*. Anais do XXV Encontro Estadual de História – história, desigualdades e diferenças, São Paulo, SP, 2020.

133 PUENTE, Isaac. *El comunismo libertário: sus posibilidades de realización en España*. Valência: Biblioteca de Estudios, 1932.

134 DURRUTI, Buenaventura *apud* PAZ, Abel. *O povo em armas: Buenaventura Durruti e o anarquismo espanhol*, Vol. I. Lisboa: Assírio e Alvim, sd., p. 128.

667.898 desempregados, já em 1936 esse número havia passado para 796.341 desempregados, dos quais 522.079 eram camponeses<sup>135</sup>.

Como apontamos, entre 1931 e 1932, as dificuldades da realização das reformas sociais se davam, principalmente pela estrutura atrasada da elite espanhola e com a morosidade na realização das mesmas, os trabalhadores intensificaram as ações diretas nos campos e nas cidades. A partir da vitória da direita no pleito de 1933, o retrocesso na política social tornou-se objetivo do Estado Espanhol. Fernando Camargo nos apresenta um quadro sobre esse processo,

O movimento reativo dos trabalhadores relacionado com a vitória conservadora de 1933 apresentou-se por meio de convocações de greves gerais, tanto pelo PSOE e pela UGT, bem como pelos anarquistas. Enquanto que os primeiros promoveram uma série de levantes contra o governo de Madri, o anarquismo esteve à frente de ações diretas revolucionárias, como nas greves de mineiros e na criação da Comuna das Astúrias, em outubro de 1934. Embora as tentativas de movimentações de trabalhadores terem alcançado diversas regiões do Estado espanhol, se destacam as ações na província de Oviedo.<sup>136</sup>

Além da experiência asturiana de 1934, Antonio Elorza, destaca que nos anos anteriores ocorreram outras insurreições. Alto Llobregat em 18 de janeiro de 1932; na Catalunha, Levante e Andaluzia em 8 de janeiro de 1933 e em Zaragoza em 8 de dezembro de 1933<sup>137</sup>. Essas insurreições proclamaram o comunismo libertário nas referidas regiões, concepção defendida pelos anarquistas da CNT e da FAI<sup>138</sup>. O principal objetivo delas era se tornarem o estopim que desencadearia novas insurreições em outras regiões na Espanha, porém esse objetivo não foi bem-sucedido devido à dificuldade de comunicação e de um planejamento mais acurado sobre os prós e contras de realizar a revolução naquele momento.

No contexto das insurreições, a revolução asturiana de 1934 ocupou um papel importante, principalmente pelas particularidades desse processo. Um ponto particular nas Astúrias foi a *aliança operária* que reunia um conjunto de organizações operárias<sup>139</sup> em torno de um programa revolucionário. O comitê nacional da CNT não apoiava essa

---

135 LARA, Manuel Tuñon de. *El movimiento obrero... Op. cit.*, p. 294.

136 CAMARGO, Fernando Furquim. *O Brasil e a Guerra Civil Espanhola: fluxos econômicos e negociações oficiosas (1936-1939)*. Tese (Doutorado em História). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016, p. 37.

137 ELORZA, Antonio. *Op. cit.*, p. 355.

138 Federação Anarquista Ibérica, fundada em 1927 com objetivo de atuar no interior da CNT para combater o reformismo, mantendo, assim, o caráter revolucionário da central sindical.

139 A aliança asturiana resultou na formação da União de Irmãos Proletários (UHP em espanhol) reunindo a CNT regional das Astúrias, o Bloco Obreiro e Camponês (BOC), a Esquerda Comunista, a UGT e o PCE.

aliança pelo receio de que as demais organizações pudessem cooptar o processo revolucionário tirando a autonomia dos trabalhadores<sup>140</sup>, já a regional asturiana defendia a aliança proletária na base, ou seja, mediante os organismos de autogestão, como conselhos de fábricas e sindicatos. Assim, discordamos da leitura de Pierre Broué de que a CNT (nacional) temia a rivalidade das outras organizações e, portanto, não apoiou o movimento asturiano<sup>141</sup>. É preciso ter em mente que o ceticismo cenetista em participar de alianças era com base no passado das duas organizações, como vimos anteriormente, no momento em que a CNT se encontrava na clandestinidade durante a ditadura riverista, um dos principais líderes do PSOE e dirigente da UGT, Largo Caballero, assumia o posto de conselheiro de Estado responsável pelos órgãos de resolução de conflitos industriais<sup>142</sup>. Então, realizar uma aliança que incluía essas organizações causaria, com razão, um desconforto para os anarquistas.

Construindo uma aliança a partir da base, tem-se em outubro de 1934 a experiência da Comuna das Astúrias. Nos primeiros dias da revolução, os trabalhadores de Avilés tomaram as fábricas de gás e a central de distribuição elétrica colocando-as sob a perspectiva da autogestão e em Oviedo há a expropriação da fábrica de armas que disponibilizam às milícias de operários cerca de 21.000 espingardas e 300 metralhadoras para a defesa da Comuna<sup>143</sup>.

Na metalurgia, temos a importante experiência, da fabricação, de modo ininterrupto, de munições. Diariamente eram construídos 30.000 cartuchos que, no entanto, não eram suficientes, dado que os trabalhadores que estavam lutando eram aproximadamente 40.000<sup>144</sup>. A CNT durante esse processo contou com aproximadamente 20.000 militantes, participando ativamente nas diversas frentes, tanto no aspecto construtivo quanto na linha de frente.

---

140 No plenário nacional realizado em fevereiro de 1934 a CNT já discutia a proposta das alianças, sempre pensando a partir da base. Nessa ocasião, ainda solicitou que as demais organizações operárias deixassem explícitos o que compreendiam por *aliança*. Segundo Abel Paz, a CNT se dirigiu a UGT com o seguinte pedido: “A Confederação Nacional do trabalho pede a UGT para manifestar claramente e publicamente os seus objetivos revolucionários. Precisamos que a revolução não possa ser, para nós, uma simples mudança de governo como em 14 de abril de 1931. Trata-se de suprimir totalmente o capitalismo e o Estado.” CNT *apud* PAZ, Abel. *Op. cit.*, p. 190. O autor afirma que a CNT não recebeu resposta a esse chamado.

141 BROUÉ, Pierre. *Op. cit.*, p. 74.

142 BEEVOR, Antony. *Op. cit.*, p. 57

143 PAULINO, Davi Luiz. “A revolução não se faz em servidão, mas sim em liberdade”: o anarquismo de Buenaventura Durruti (1910-1936). Monografia (Bacharelado em História). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2018, p. 59.

144 Idem., p. 59.

A Comuna durou até o dia 18 de outubro. Para Abel Paz, a principal causa da derrota dessa experiência foi o isolamento, pois para o autor era necessário que a revolução nas Astúrias não se restringisse apenas a região, mas que se espalhasse no plano nacional, de modo coordenado<sup>145</sup>.

Após essa série de insurreições, o governo<sup>146</sup> intensificou os processos de retração da legislação social. Nesse momento temos o retorno da jornada de 48 horas (antes 44 horas, embora tenha sido burlada constantemente), a não renovação da Lei de Cultivos e a contrarreforma agrária de agosto de 1935<sup>147</sup>. Com a contrarreforma no campo intensifica-se a concentração de terras novamente<sup>148</sup>.

Um ponto que não estava nesse quadro de contrarreforma, mas que em muitas ocasiões era *letra morta*, principalmente no campo, era a questão do salário mínimo por 8 horas de trabalho. Na legislação o valor estipulado era de 5,50 pesetas, contudo, haviam denúncias parlamentares de que patrões pagavam apenas 2,50 pesetas<sup>149</sup>. Com isso, podemos frisar a dificuldade de que a República fosse realmente republicana, porque em um curto espaço de tempo, praticamente toda legislação social foi desmantelada pela coligação de direita tutelada, então, pela CEDA.

Segundo Fernando Camargo, após a Comuna das Astúrias, houve um processo de intensificação da polarização política. A República era disputada pelos setores mais à esquerda (como socialistas e comunistas e alguns liberais) e do outro uma direita reacionária e amparada por elementos fascistas<sup>150</sup>.

---

145 PAZ, Abel. *Op. cit.*, p. 200.

146 O governo de direita em 1934 continua o trabalho iniciado desde 1933. A composição governista encontrava-se distribuída do seguinte modo: Presidente, Alejandro Lleroux; Estado, Ricardo Samper; Justiça, Rafael Aizpún; Guerra, Diego Hidalgo; Marinha, Juan J. Rocha; Fazenda, Manuel Marraco; Governança, Eloy Vaquero; Instrução Pública, Filiberto Villalobos; Obras Públicas, José M. Cid; Agricultura, Manuel Giménez Fernández; Indústria e Comércio, Andrés Orozco; Comunicação, César Jalón. LARA, Manuel Tuñón de. *Tres claves... Op. cit.*, p. 271.

147 Essa contrarreforma “suprimia o sistema de expropriação e indenização da Lei de 1932, o preço de cada fazenda a expropriar seria debatido entre o IRA e o proprietário e, no caso de não ter acordo, a questão era levada para os tribunais de primeira instância, cuja sentença ainda poderia ser recorrida no Supremo Tribunal. O Pagamento da dívida seria com títulos da dívida pública, pelo preço que tivessem atingido no mercado financeiro no dia em que seria realizado a transferência.” LARA, Manuel Tuñón de. *Tres claves de la Segunda República*. Madri: Alianza Editorial, 1985, p. 271. Essa nova reforma inviabilizaria ainda mais a reforma agrária, que como vimos, nunca atingiu as expectativas que tinham sobre ela.

148 TIERRA Y LIBERTAD. *España madre de la gran propiedad*. Barcelona, 03 de dezembro de 1935, p. 2.

149 LARA, Manuel Tuñón de. *El movimiento obrero... Op. cit.*, p. 287.

150 CAMARGO, Fernando Furquim. *Op. cit.*, p. 38.

Essa polarização seria a característica principal das eleições de fevereiro de 1936. Com a perspectiva de retornar à legislação social que havia sido praticamente destruída pelo governo conservador, os setores mais ligados à esquerda espanhola propunham um programa mais coeso, que unificasse os diversos setores. O resultado foi a criação, em janeiro de 1936, da Frente Popular.

A CNT, pela primeira vez, não lançou a campanha de abstenção, porque com a possibilidade da vitória da Frente Popular, haveria a anistia dos presos políticos dos anos anteriores. E graças a essa postura cenetista a coligação frentista venceu as eleições de fevereiro. Essa vitória para Camargo,

[...] trouxe à tona a possibilidade de que partidos, organizações autonomistas e sindicatos, que na trajetória espanhola estiveram marginalizados e alheios a quaisquer formas de participação política, tomassem a frente na condução do governo republicano. Ou ainda, que fossem vanguardas de um processo revolucionário. No entanto, o governo conservador, que havia ascendido em 1933, intentou no dia 17 de fevereiro, dia seguinte às eleições, articular uma intervenção militar. O líder da CEDA, José Maria Gil Robles, e o General Francisco Bahamonde Franco propuseram a utilização das Forças Armadas ao então primeiro-ministro, Manuel Portella-Valladares, para que se estivessem “incidentes” vinculados à vitória da Frente Popular.<sup>151</sup>

Como podemos perceber, a dinâmica conflituosa do período republicano estava presente mais uma vez. Isso mostrava a dificuldade de uma política social de Estado ser realmente efetivada na Espanha, pensando, pelo ponto de vista, de uma efetivação estrutural.

O governo que se forma com Manuel Azaña no dia 18 de fevereiro buscava retornar para as políticas sociais do primeiro biênio da década de 1930. Com isso, os conflitos políticos aumentam, principalmente pela constante atividade golpista dos militares com o apoio da extrema-direita, não só espanhola, mas, sobretudo ibérica.

Nesse contexto, no IV Congresso da CNT realizado em maio de 1936, a central cenetista denunciava a atividade conspiratória dos militares e o risco que isso representava para o país. Apesar disso, o governo não se importou com os alertas das organizações operárias sobre o perigo que a República corria. E de fato, o desdém a esse aviso custou um preço caro para o estado republicano, em 18 de julho de 1936 tem início a sublevação militar no Marrocos que colocaria o país em uma guerra civil e, também numa revolução.

---

151 Idem, p. 40.



Sobre o tema da revolução é importante apontar que isso também foi profundamente discutido no IV Congresso cenetista. Nesse ponto, nos proporemos a discutir de modo aprofundado, no capítulo seguinte, como que a cidade e o campo foram, economicamente, problematizados pelos cenetistas com objetivos de transformação social.

## **CAPÍTULO 2 – O CAMPO E CIDADE: DO CONGRESSO DE 1936 À REVOLUÇÃO**

O IV Congresso da CNT realizado em maio de 1936 na cidade de Zaragoza marcou um capítulo interessante na trajetória da central sindical naquele período. Este congresso ficou conhecido pelo ditame acerca da concepção de *Comunismo Libertário* que buscou abordar a dinâmica econômica entre a cidade e o campo. No entanto, é importante destacar que as resoluções do congresso se baseavam nos debates econômicos que ocorriam na mesma década. Autores como Diego Abad de Santillán, Pierre Besnard e Isaac Puente se tornaram importantes no debate, construindo reflexões significativas sobre as formas organizativas da produção agrícola e industrial. Desse modo, achamos pertinente, realizar um balanço de suas ideias antes de adentrarmos propriamente no estudo sobre o Congresso de 1936.

### **A discussão sobre a organização da produção agrícola e industrial no sindicalismo cenetista**

Diego Abad de Santillán, pseudônimo de Sinesio Baudilio García Fernández, era um importante militante anarquista de atuação internacionalista, militando em sindicatos da América do Sul e da Espanha. Nascido em Rezero na província de León (Espanha), sua presença foi marcante na construção do movimento anarquista espanhol, atuando na Federação Anarquista Ibérica (FAI) e na Confederação Nacional do Trabalho (CNT), contribuindo nos debates sobre a estratégia revolucionária e na construção dos aspectos econômicos do comunismo anarquista. Por ser atuante na imprensa libertária, boa parte de suas reflexões econômicas apareciam nos jornais, mesmo sua obra mais conhecida sobre a temática, *o organismo econômico da revolução*, tinha seus capítulos periodicamente publicados nos jornais *Tiempos Nuevos*, *Tierra y Libertad* e *Solidaridad Obrera*.

Sua concepção econômica partia da reflexão da economia capitalista moderna. Para ele, o anarquismo teria de propor uma nova dinâmica econômica que levasse em conta o estágio da sociedade. A partir dessa postura, ele seria um grande crítico das perspectivas localistas da economia, apontando que elas não seriam adequadas ao desenvolvimento econômico da década de 1930, pensando tanto na escala nacional quanto internacional. Com base nessa ideia, Santillán esboçou a defesa da importância do desenvolvimento econômico na teoria anarquista no texto *sobre la anarquía y las*

*condiciones económicas*<sup>152</sup> publicado em 1934 na revista *Tiempos Nuevos*, na qual ele expôs a necessidade de apropriar-se das técnicas modernas empreendidas tanto na indústria quanto na agricultura para aprofundar as conquistas revolucionárias. Este posicionamento acompanhava a tradição kropotkiniana no anarquismo, na qual o anarquista russo no final do século XIX já defendia que os projetos econômicos do comunismo anarquista deveriam se desenvolver acompanhando o avanço tecnológico<sup>153</sup>.

Piotr Kropotkin, foi um autor influente nos debates anarquistas, em alguns momentos recebendo críticas que não refletiam seu pensamento. Santillán criticava, com razão, os programas que mantinham um viés localista sobre a economia, mas imputava tais visões a influência de Kropotkin, contudo, o anarquista russo também era crítico de tal perspectiva, apontando que as experiências que se restringiam a uma perspectiva local, não conseguiam se manter por muito tempo e logo entravam em um período de escassez e retração<sup>154</sup>.

Assim, de acordo com Santillán, o aparato moderno da economia não permitiria uma produção localista, mas precisaria ser integrado e coeso. A produção industrial deveria estar conectada com a agrícola, resultando no que ele chamou de “coesão econômica”<sup>155</sup>. Essa coesão seria importante para o desenvolvimento da economia de modo equivalente, ou seja, desenvolver simultaneamente a produção tanto no campo quanto na cidade. Mas é preciso ressaltar que a coesão econômica não restringia a participação dos trabalhadores no processo de gestão da economia, em *los anarquistas españoles y la insurrección de octubre*, escrito em 1935, ele defendeu que independente de “quais sejam suas organizações” os trabalhadores decidirão “de baixo para cima, desde a fábrica à federação de ofícios ou de indústrias”, portanto, “a solução emana de baixo, da base social produtiva”<sup>156</sup>. O poder de decisão partiria da fábrica, ou seja, dos comitês e como veremos nas páginas seguintes, alguns autores divergiram sobre de que ponto parte a decisão no processo produtivo.

---

152 SANTILLÁN, Diego Abad de. “Sobre la anarquía y las condiciones económicas” In SANTILLÁN, Diego Abad de. *El anarquismo y la revolución en España: escritos (1930-1938)*. Madri: Editorial Ayuso, 1976, p. 202.

153 KROPOTKIN, Piotr. *Obras*. Barcelona: Editorial Anagrama, 1977, p. 31.

154 Abordamos esta questão em outro trabalho. Para um aprofundamento do tema, ver: PAULINO, Davi Luiz. “Campos, fábricas e oficinas: um livro de Piotr Kropotkin na Revolução Espanhola (1936-1939)”. In XII Congresso de História Econômica - PPGHE, 2021, São Paulo. Anais do XII Congresso de História Econômica do PPGHE-USP, 2021. v. 1. p. 82-90.

155 SANTILLÁN, Diego Abad de. “Sobre la anarquía y las condiciones económicas”... *Op. cit.*, p. 204.

156 SANTILLÁN, Diego Abad de. “Los anarquistas españoles y la insurrección de octubre”... *Op. cit.*, p. 227.

Para conseguir essa coordenação numa perspectiva anarquista da economia, Santillán apontou algumas questões que deveriam ser levadas em conta referente às necessidades estruturais do país. De acordo com ele<sup>157</sup>, para a agricultura, era preciso ter noção do que era produzido em comparação com a real capacidade produtiva da região, da situação socioeconômica dos camponeses, dos sistemas de irrigação, da condição de se nacionalizar os cultivos (e aqui ele aborda pensando o “nacional” como o território espanhol e não numa perspectiva de administração por meio do Estado) e do maquinário agrícola. Para esse empreendimento, o estudo se tornava elemento importante para pensar formas de desenvolvimento da estrutura socioeconômica espanhola, um exemplo disso, era o estudo sobre o papel que os bosques poderiam ocupar no rearranjo da estrutura, sendo sua criação importante “devido aos benefícios climáticos, industriais e de enriquecimento do solo que daí resultariam”<sup>158</sup>.

Já para o setor industrial, ele chamou a atenção para o déficit produtivo, principalmente em setores essenciais da economia<sup>159</sup>, para a redução da jornada de trabalho e de opções viáveis para aumentar a industrialização do país, tanto no ambiente urbano quanto rural.

A CNT, enquanto organização, vinha discutindo tal questão ao longo dos anos 1930 e compreendia que para uma construção sólida do projeto revolucionário era necessário conhecer as estruturas socioeconômicas do país. No III Congresso de 1931, realizado em Madri, era proposto que as organizações da classe trabalhadora, sindicatos e federações de indústrias, deveriam redigir relatórios estatísticos sobre a capacidade produtiva espanhola que seriam utilizados para garantir as bases da construção revolucionária, transitando para uma economia autogestionária<sup>160</sup>.

Em sua obra *Organismo econômico da revolução* publicada em março de 1936, ele continuava enfatizando a importância do desenvolvimento das estruturas econômicas da Espanha para o sucesso da revolução. Defendia que,

A Espanha deve aumentar irremediavelmente sua produção agrária e para isto deverá empreender, desde o primeiro dia da revolução, grandes obras

---

157 SANTILLÁN, Diego Abad de. “Un plan de emergencia’... *Op. cit.*, p. 246-247.

158 SANTILLÁN, Diego Abad de. *Organismo econômico da revolução: a autogestão na Revolução Espanhola*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1980, p.65.

159 Santillán não especificou quais seriam os setores industriais que estavam com capacidade produtiva deficitária.

160 CNT. *Ata do III Congresso da CNT, 11 a 16 de junho de 1931*, p. 2. Disponível em: <https://www.cntvalladolid.es/IMG/pdf/congresosCNT/IIIcongreso.pdf>. Acesso em: 10 de dezembro de 2020.

públicas de irrigação, de drenagem de pântanos, de preparação das terras pouco produtivas, de fertilização adequada através de adubos.<sup>161</sup>

Em suas teorizações, esse projeto era empreendido pelos Conselhos do ramo da produção agrária que unir-se-iam,

[...] aos demais conselhos de outras associações locais como os de transporte, cultura, saúde, mineração, quando for o caso, luz, força motriz e água, etc., e constituem Conselhos econômicos da unidade geográfica tomada como base, local ou comarcadamente. [...] em cada localidade ou conjunto unitário de localidades há um Conselho de crédito e de intercâmbio que se ocupa da estatística de produção e de consumo, de terras disponíveis, máquinas e mão de obra<sup>162</sup>.

Por meio dos conselhos era também possibilitada a construção de uma dinâmica de intercâmbio pautada nas organizações construídas pelos trabalhadores na qual,

A troca para fora da localidade era feita com procedimentos *ad hoc* [...] através do conselho econômico de cada vila ou da sua comissão municipal. A solidariedade entre as diferentes coletividades procurava assegurar-se através de fundos de compensação, onde era depositada uma parte dos excedentes das coletividades<sup>163</sup>.

Partindo do exposto nos trechos acima, podemos compreender como a dinâmica produtiva do período revolucionário possibilitaria aos trabalhadores criarem caminhos para construção de mecanismos que pudessem garantir o intercâmbio entre o campo e a cidade. Os fatores que impõe tal relação agrícola-industrial estão baseados na perspectiva de que para alcançar um pleno desenvolvimento dos sistemas de irrigação é preciso estar vinculado com o sindicato ou conselho da construção civil, já para o caso da fertilização e adequação da capacidade produtiva de terras inférteis os trabalhadores agrícolas estabelecem vínculos com os trabalhadores da indústria química. Seguindo esta análise podemos identificar as conexões que podem se estabelecer entre o campo e a cidade durante o processo revolucionário.

A revolução, a partir da lógica do desenvolvimento econômico, estabelece elementos que podem prover alternativas visando reforçar a evolução da produção entre o campo e a cidade,

A revolução deve fazer da indústria metalúrgica espanhola uma realidade e multiplicar os altos-fornos e as fábricas de máquinas, substituir o velho arado romano e, em geral, a tração animal pelo arado moderno e pelo trator, apropriados para as planícies e regiões planas; deve eletrificar o máximo possível de suas ferrovias e de suas fábricas; deve aproveitar todas as quedas

---

161 SANTILLÁN, Diego Abad de. *Organismo económico... Op. cit.*, p. 120.

162 Idem, p. 126.

163 BRICALL, Josep. "La economía española (1936-1939)" In LARA, Manuel Tuñón de (Org). *La Guerra Civil Española: 50 años después*. Barcelona: Editorial Labor, 1989, 391. Tradução nossa.

d'água, tanto para a produção de energia elétrica quanto para a irrigação, deve encarar seriamente o problema do reflorestamento, da preparação de novos terrenos para a agricultura e pecuária, da utilização da força do vento, etc.<sup>164</sup>.

Mesmo que Santillán não tenha mencionado no trecho acima, acreditamos que esse destaque que ele atribuiu ao desenvolvimento da técnica no mundo do trabalho poderia contribuir para que, durante a revolução, não ocorresse desníveis regionais em relação ao desenvolvimento da estrutura socioeconômica que, por sua vez, poderia resultar na desproporção da qualidade na condição do trabalho.

Continuando com a questão da técnica agrícola, em algumas passagens, Santillán apontou que os camponeses utilizavam o arado romano para trabalhar a terra. Segundo ele, o dever da revolução era transformar o trabalho no campo, o camponês deveria utilizar os modernos maquinários para que sua jornada não se tornasse penosa como era nos últimos anos e para que isso ocorresse, os sindicatos agrícolas deveriam estar em contato com o conselho do ramo da metalurgia, informando a estes, suas necessidades com base nos dados estatísticos. Portanto o desenvolvimento produtivo agrícola partiria da mecanização da produção campesina<sup>165</sup> que, por sua vez, permitiria melhor qualidade no trabalho no campo.

Tal perspectiva acerca da questão do *trabalho* também foi discutida no âmbito do III Congresso cenetista, pensando na organização socioeconômica dos trabalhadores agrícolas, segundo o congresso,

[...] declara que a socialização da terra e de todos os meios e instrumentos que colaboram na produção agrícola, bem como seu cultivo, uso e administração pelos Sindicatos Agrícolas, de produtores federados, é condição fundamental para a organização de uma economia que garanta à comunidade trabalhadora o gozo do pleno produto de seu trabalho.<sup>166</sup>

Por conseguinte, com base na concepção de Santillán e no que era defendido no III Congresso da CNT, identificamos que se estabelece a possibilidade de se criar uma relação entre os organismos de gestão agrícola e industrial, destacando que essa relação poderia ser tanto local quanto inter-regional. No entanto, esta proposta é antiga na tradição do pensamento socialista, Jean Bancal apontou que Proudhon defendia a ideia de uma *Federação Agrícola-Industrial* no século XIX, na qual,

---

164 SANTILLÁN, Diego Abad de. *Organismo... Op. cit.*, p. 74.

165 KROPOTKIN, Piotr. *Op. cit.*, p. 165.

166 CNT. *Op. cit.*, p 20. Tradução nossa.

Esta confederação, chamada por Proudhon de “Federação Agrícola-Industrial”, respeita o direito econômico particular a cada agrupamento autônomo que a compõe (convenções, estatutos, direito consuetudinário) mas o integra num direito econômico comum definido convencionalmente.<sup>167</sup>

Mesmo pensando em uma escala nacional, as particularidades mantinham sua autonomia nas decisões sobre o processo produtivo. Esta dinâmica é possível porque está baseada na perspectiva federalista, pois partia da base produtiva.

Nesta ideia, a própria concepção de *conselhos regionais de economia* era resultante da interrelação dos diversos conselhos locais das cidades com os dos campos e mantinham sua autonomia administrativa, fornecendo aos demais conselhos, em escala nacional, informações estatísticas da produção e do consumo para um efetivo intercâmbio inter-regional<sup>168</sup>.

Como vimos, no contexto da década de 1930, não era apenas Santillán que estava teorizando sobre a questão da coordenação econômica no contexto da revolução espanhola. Em 1931 a CNT publicou o trabalho do anarquista francês e secretário da CGT-SR (Confédération Générale du Travail-Syndicaliste Révolutionnaire) Pierre Besnard, *Los sindicatos obreros y la revolución social*, que contou com um prefácio de Juan Peiró<sup>169</sup> que introduzia uma perspectiva industrialista ao debate. Peiró também criticava Kropotkin, alegando que ele defendia a organização socioeconômica com base na comuna primitiva e por meio das trocas entre aldeias. Tal ideia, como vimos, não pode ser comprovada quando analisamos o pensamento de Kropotkin, dado que para ele, o desenvolvimento da economia capitalista não permitia mais modos de produção arcaicos como, por exemplo, das aldeias medievais. Essa tese era amplamente defendida principalmente em sua obra *campos, fábricas e oficinas* – um estudo sobre a estrutura econômica capitalista e as possibilidades que ela pode oferecer à classe trabalhadora na transição revolucionária – que já circulava na Espanha desde início do século XX através da *Revista Blanca* que era editada por Federico Urales<sup>170</sup>.

---

167 BANCAL, Jean. *Proudhon: pluralismo e autogestão – os fundamentos*. Brasília: Novos Tempos Editora, 1984, p. 104.

168 SANTILLÁN, Diego Abad de. *Organismo econômico... Op. cit.*, p. 182.

169 Juan Peiró (1887-1942) foi um importante anarquista espanhol, nascido em Barcelona, que atuou na CNT, dirigiu importantes jornais como o *Solidaridad Obrera*, além de ser um dos assinantes do *Manifiesto dos Trinta* documento que criticava a postura insurrecional da Federação Anarquista Ibérica e propunha uma reflexão sobre a atuação da CNT. Foi executado em 1942 pelo franquismo.

170 Pseudônimo de Juan Montseny Carret (1864-1942), anarquista de orientação individualista, que editou trabalhos de autores da estratégia do comunismo anárquico. Casado com a anarquista Soledad Gustavo, pseudônimo de Teresa Mañé Miravet e, pai da anarquista Federica Montseny Mañé, atuante na Revolução Espanhola de 1936.

Para Besnard, o estágio econômico dos anos 1920/1930 não permitia mais uma organicidade sindical por ramos de produção, mas deveria ser pautado por sindicatos de indústria. Partindo destes sindicatos, era possível compreender a dinâmica da produção capitalista, aproveitando-se, desse modo, do desenvolvimento técnico do período<sup>171</sup>. Uma diferença entre as concepções de Besnard e Santillán, era o destaque que o primeiro dava ao sindicato como elemento para prosseguir com a transição econômica para uma economia socializada, enquanto que o segundo defendia que seriam os conselhos.

Em sua ideia de gestão econômica, Besnard apresentava os comitês com uma missão defensiva e facilitavam “aos sindicatos informações pontuais sobre a atividade industrial das empresas capitalistas e seu funcionamento”<sup>172</sup>. Com esta perspectiva, mesmo em um contexto de economia capitalista, os órgãos da classe trabalhadora funcionavam com o intuito de preparar-se para realizar a transição da economia, que no momento de revolução, tornavam-se os destacamentos de produção e de intercâmbio, estando-se vinculados federativamente.

A ideia de garantir aos sindicatos informações sobre os rumos da produção não ficava restrito apenas à indústria, nos debates cenetistas era defendido que os organismos agrícolas deveriam construir sólidas bases estatísticas sobre a capacidade produtiva da agricultura e como os sindicatos poderiam se apropriar dessas informações para desenvolver a economia no campo<sup>173</sup>.

Para um bom desenvolvimento da revolução não era válido apenas pensar a expropriação. Besnard tinha um apreço muito forte para a preparação revolucionária, que em seu programa fazia parte dos elementos de transição por parte das Federações de Indústrias que tinham por missão a coordenação da economia em escala regional e nacional. Segundo ele,

A preparação técnica da classe operária tem de se constituir como preocupação principal das Federações de Indústria [...] interessa construir em alto grau os quadros da produção, da distribuição e de intercâmbio que [...] servirão de base para que o proletariado se aproprie da máquina social<sup>174</sup>.

---

171 BESNARD, Pierre. *Los sindicatos obreros y la revolución social*. Barcelona: Ediciones de la CNT, 1931, p. 158.

172 Idem, p. 161. Tradução nossa.

173 CAMPO, Severino. *Problemas del anarquismo, la revolución social y su defensa económica*. Tierra y Libertad, Barcelona, 9 de agosto de 1934, p. 4.

174 BESNARD, Pierre. *Op. cit.*, p. 189. Tradução nossa.



Neste ponto o intercâmbio poderia ser tanto entre as indústrias de uma determinada região quanto com as federações agrícolas. Tal ponto equivale na ideia de transição à primeira etapa, na qual Besnard apontou que no momento que acontece a revolução são necessárias realizações rápidas, ou seja, no curto prazo e o intercâmbio era uma delas, focando, então, nas principais necessidades da classe trabalhadora. A segunda etapa da transição era o momento de construção, desenvolvimento e estabilização da nova ordem social que não era um processo simples, mas duradouro. A ideia de um processo longo de transição estava próxima a concepção de Piotr Kropotkin, que defendia o período transitório na revolução como “[...] aspecto de uma longa sequência de lutas, de transformações incessantes que poderão durar longos anos...”<sup>175</sup>

Sendo assim, tanto o planejamento econômico quanto a manutenção das conquistas revolucionárias não são questões que se resolveriam no imediatismo. O anarquismo, enquanto estratégia anarcocomunista<sup>176</sup>, tem uma clara percepção de que a revolução é algo complexo e que sua transição para uma economia socializada é a longo prazo. Por isso que os autores, discutidos neste trabalho, relegavam uma ampla reflexão para compreender a estrutura da produção capitalista enquanto esboçavam questões para o desenvolvimento coeso dos organismos da classe trabalhadora dentro da própria estrutura do capital, dado que, tais órgãos obtendo a capacidade de interpretar o percurso do capitalismo, conseguiriam se beneficiar desta estrutura para construir um modelo socioeconômico que tivesse seus preceitos baseados no anarquismo.

Por ser a revolução um processo que pode levar anos para se estabilizar. Besnard defendeu que o princípio de solidariedade e apoio mútuo devem ser a base da relação entre o campo e a cidade. Esta relação poderia contribuir para o progresso do campesinato, pois por meio dela, seria adquirido ferramentas, máquinas e, principalmente, realizado o intercâmbio com cidade<sup>177</sup>.

A dinâmica organizativa do campesinato que Besnard trouxe ecoava em autores no decorrer dos anos 1930 como veremos mais à frente. Para ele, no aspecto regional, o

---

175 KROPOTKIN, Piotr. “Fatalidade da revolução” In KROPOTKIN, Piotr. *O princípio anarquista e outros ensaios*. São Paulo: Editora Hedra, 2007, p. 42-43.

176 Partindo das considerações feitas por Piotr Kropotkin, um dos aspectos da estratégia anarcocomunista que destacamos é de pensar a revolução como um processo a longo prazo. Dado que para o autor russo, a revolução é um processo de diversas lutas e sua transição para uma sociedade comunista libertária se realiza no momento de estabilização dessas lutas.

177 BESNARD, Pierre. *Op. cit.*, p. 300.

conjunto populacional agrário encontrava-se inserido no *Município* e na *Federação Local* e a gestão no mundo do trabalho agrícola se realizava, federativamente, nos *Conselhos de Cultivo* e *Comitê de Exploração da Terra* que constituiria o *Sindicato Agrícola*<sup>178</sup>. Os conselhos tinham a função de cuidar da técnica agrícola enquanto que o comitê era responsável pelas empresas coletivas e ambos seguiam as diretrizes do respectivo sindicato agrícola.

Tais formas de organização produtiva, tanto no campo quanto na cidade, que foram problematizadas por Besnard a partir de sua interrelação contribuíram para estabelecer uma política de intercâmbio. Ele<sup>179</sup> defendia que na etapa transitória da revolução era preciso que as organizações dos trabalhadores tivessem em mente que a acumulação monetária ainda era importante, não tanto para efetivação da circulação de mercadorias no interior do país ou região, mas, principalmente, para o comércio exterior, dado que os países em regime capitalista não trabalhariam, comercialmente, seguindo os princípios libertários constituídos pelos sindicatos e suas respectivas federações.

No entanto, é importante destacar que estes aspectos organizativos não se restringiam ao aspecto econômico da revolução. Besnard apontava, em sua obra, órgãos para atuação política. Um elemento da organização política seria o *Município* que mantinha contato com a *Federação Local*, a representante econômica da região. A junção de vários municípios formaria um *Comitê Federal* que tinha “a missão de coordenar, não de executar...”<sup>180</sup>, a execução ficaria sob responsabilidade das estâncias locais.

Eram os próprios municípios que atuavam nos serviços públicos, como na área das comunicações e do transporte, sempre integrados de modo federativo nas instâncias político-econômica da coletividade, da região e, também, nacionalmente.

A questão política dos municípios era uma reflexão presente na produção teórica de outros militantes do anarquismo espanhol. Isaac Puente Amestoy<sup>181</sup> entendia que a estrutura da economia nacional se dava pela federalização dos órgãos regionais

---

178 Idem, p. 300.

179 Idem, p. 303.

180 Idem, p. 313. Tradução nossa.

181 Foi um importante anarquista e médico espanhol, nascido em 1896 na região de Vizcaya, contribuiu com os debates sobre a concepção de *Comunismo Libertário*, publicando a brochura *El comunismo libertário: sus posibilidades de realización en España* em 1932 com reedições no decorrer dos anos 1930. É assassinado pelos franquistas em setembro de 1936 durante a Revolução Espanhola.

agrícolas e industriais, tanto no aspecto econômico quanto no político, este último aspecto ficou caracterizado em seu trabalho pelo termo *Municipio Libre*<sup>182</sup>.

Puente defendia que a federação que era constituída pelos *municipios libres* seria integrada com as federações nacionais de indústrias que, para Puente, organizava tanto o espaço urbano quanto o rural. E cada região contribuiria para uma efetiva gestão dos aspectos nacionais de infraestrutura como ferrovias, estradas e sistemas de irrigação. Essa estrutura era descrita do seguinte modo,

O Municipio libre estará federado com os de outras localidades e com as federações locais das cidades, assim como com as Federações de Indústria nacionais. Cada localidade oferecerá, ao intercâmbio, seus produtos sobrantes para pedir a troca do que se necessita. Contribuirá com prestação pessoal as obras de interesse geral, como ferrovias, estradas, pântanos, quedas d'água, reflorestamento, etc<sup>183</sup>.

Para Vadim Damier<sup>184</sup>, este processo resultava no estabelecimento de uma organização dual, na qual o aspecto territorial contava com as comunas (no caso espanhol, municípios livres) e suas federações, já o aspecto industrial estava centrado nos sindicatos e nas associações de produtores.

Os sindicatos eram elementos presentes nas teorizações sobre a economia controlada pelos trabalhadores. Segundo Juan Gómez Casas, Puente defendia a gestão local dos sindicatos e no marco nacional, a gestão partiria das federações de indústrias. No entanto, a base de sua organização social se encontrava no *municipio libre*<sup>185</sup>, pois, por meio dele, tinha-se a integração do aspecto político com o econômico.

Dentro do anarquismo espanhol, durante os anos 1930, a questão do *municipio libre* era discutida com frequência. Mauro Bajatierra defendia que o município teria um caráter exclusivamente administrativo e atuaria tanto na estrutura agrícola quanto na industrial. Pautava, em um artigo, que a unidade produtiva seria “[...] administrada pelo *municipio libre* estabelecido em cada povoado, sendo o ensaio de exploração da terra comunalmente [...] dando seu poder as federações comarcais, provinciais, regionais e, por fim, nacional”<sup>186</sup>. No mesmo artigo defendia a integração campo-cidade, apontando

---

182 PUENTE, Isaac. *El comunismo libertario: sus posibilidades de realización en España*. Valência: Biblioteca de Estudios, 1932, p. 33.

183 Idem, p.25. Tradução nossa.

184 DAMIER, Vadim. *Anarcho-syndicalism in the 20th century*. Edmonton: Black Cat Press, 2009, p. 117.

185 CASAS, Juan Gómez. *Historia de la FAI*. Madrid: Fundación Anselmo Lorenzo, 2002, p. 184.

186 BAJATIERRA, Mauro. *La Expropiación de la tierra y el municipio libre*. Tierra y Libertad, Barcelona, 24 de outubro de 1931, p. 1. Grifos nossos e tradução nossa.

que, por meio da integração, os benefícios da produção industrial não seriam apenas dos operários, do mesmo modo que a produção agrícola não seria apenas dos camponeses.

Nesta parte do trabalho, pudemos analisar algumas das teorizações que circulavam no anarquismo espanhol, no entanto, é necessário destacar que não eram as únicas, pois era um rico debate que abarcava inúmeros militantes<sup>187</sup>. Mas os autores abordados aqui foram escolhidos por duas razões. A primeira, por terem grande relevância no interior do movimento anarquista; a segunda, por terem de algum modo contribuído com as teorizações sobre organização da produção agrícola e industrial e, como veremos adiante, com as resoluções do IV Congresso da CNT, principalmente as resoluções sobre *Comunismo Libertário*.

Além do impacto no congresso, os autores serviram de base para os empreendimentos revolucionários da classe trabalhadora durante a Revolução Espanhola. Não como um manual, mas como um ponto de partida, pois, quando analisarmos as construções na revolução veremos como os trabalhadores partiram destas teorizações e conseguiram ir além numa perspectiva de desenvolvimento econômico que evidenciou uma capacidade organizativa realmente original para a realidade espanhola que buscou, com contradições e dificuldades, superar a ordem econômica capitalista e abrir caminho para construir elementos que contribuíssem para transitar para uma sociedade baseada na perspectiva comunista libertária.

Percebemos que os autores, por mais que divergissem em tópicos de poder de decisão e de gestão, tinham simetria em pontos importantes para a tradição anarquista, como a organização federalista da sociedade, a questão do apoio mútuo, o destaque que davam para a análise da estrutura da economia capitalista, entre outros pontos que expusemos anteriormente. Isaac Puente mesmo realizou um balanço sobre a estrutura produtiva da Espanha dividida por regiões. Com o intuito de que os *sindicatos* e os *municipios libres* pudessem ter a base do que poderiam obter de cada região e explorar sua capacidade para alcançar um aumento quantitativo na produção. Lembrando que para ele, bem como para os demais autores discutidos, o principal objetivo econômico das organizações no início da revolução era garantir um ritmo produtivo que sanasse as necessidades mais básicas da classe trabalhadora.

---

187 Ver: CASAS, Juan Gomez. *Historia del anarcossindicalismo... Op. cit.*

Ao longo do tópico compreendemos como alguns teóricos do anarquismo se preocuparam em analisar as formas de organização da produção tanto no aspecto agrícola quanto no industrial a partir das organizações dos trabalhadores, com uma perspectiva que, em muitos momentos, se mostrou atenta às formas organizativas que desenvolvessem as estruturas produtivas do campo e da cidade. Partindo dessas reflexões, o Congresso de Zaragoza continuou a ideia de discutir formas organizativas e também, como forma de pensar a relação campo-cidade, pautou debates sobre o intercâmbio da produção.

### **O debate no Congresso de 1936**

Nossa atenção em relação a realização do Congresso de 1936 está vinculada à perspectiva de compreender como as deliberações congressuais se preocuparam em pensar formas organizativas que pautassem o desenvolvimento produtivo do país e que também levassem em consideração a relação de intercâmbio entre o campo e a cidade, na medida em que, atenuasse os conflitos, tornando as condições de intercâmbio mais equitativas, principalmente com o desenvolvimento da estrutura da produção agrária, pois a dinâmica intercambial era um dos pontos para pensarmos a relação campo-cidade.

Os preparativos para o congresso que seria realizado entre os dias 1 e 10 de maio de 1936 em Zaragoza eram discutidos no Solidaridad Obrera até a véspera. Para constituição das delegações, cada sindicato, agrícola ou industrial, elegia por meio de assembleia seus delegados que apresentariam nas sessões congressuais a ata sindical com os pontos discutidos previamente<sup>188</sup>.

Uma das questões que aparecia no jornal seguia a perspectiva de pensar formas organizativas que pudessem ser utilizadas pela classe trabalhadora naquele contexto espanhol e que, posteriormente, pudessem ser adaptadas para fins revolucionários. Um desses elementos eram as cooperativas que auxiliariam os trabalhadores a enfrentarem os momentos de carestia e no contexto de revolução seus arquivos serviriam de base estatística para dimensionar o consumo da região com o fim de melhorar a forma de intercâmbio. Elas seriam tanto armas de resistência quanto órgãos de capacitação construtiva<sup>189</sup>.

---

188 SOLIDARIDAD OBRERA. *El congreso de la CNT: la gran fecha de la reconstrucción*. Barcelona, 29 de abril de 1936, p. 1.

189 SOLIDARIDAD OBRERA. *Realizaciones: cooperativismo*. Barcelona, 29 de abril de 1936, p. 6.

No campo, as cooperativas teriam um aspecto dual. Seriam responsáveis tanto por garantir a produção quanto o consumo, atuando, assim, na melhoria da condição social do campesinato<sup>190</sup>. As cooperativas, em relação ao consumo, também representavam um ponto importante em atenuar a possibilidade de conflitos que poderiam resultar das relações de intercâmbio entre o campo e a cidade, pois a circulação estaria regulada por meio de cooperativas rurais e urbanas vinculadas aos respectivos sindicatos sem a necessidade de intermediadores que eram geralmente os responsáveis de atritos durante as relações intercambiais.

Elencando a questão da contribuição da cooperativa, principalmente no ambiente agrário, o jornal também tecia críticas à forma como a CNT demorou para atuar no campo espanhol. Por mais que tinham os sindicatos agrícolas, em alguns momentos o programa cenetista ainda abordava o camponês como despreparado para a revolução e alguns autores criticavam essa postura, evidenciando como as ações revolucionárias campesinas eram tão radicais quanto as realizadas pelos trabalhadores da cidade<sup>191</sup>.

Os sindicatos agrícolas, em relação ao aspecto construtivo, deveriam estar aptos para trabalhar com as estatísticas das regiões agrárias por meio de comissões que analisariam cuidadosamente o nível da produção, a qualidade do solo, as reformas que eram necessárias para elevar a produção, além de cuidar do consumo, do excedente e do intercâmbio<sup>192</sup>.

Na realização do congresso estes tópicos foram levados em consideração e debatidos no decorrer das sessões. A questão agrária foi um ponto importante no congresso. Para a discussão sobre a definição de comunismo libertário, foram integrados 3 representantes sindicais camponeses para contribuir com este tópico<sup>193</sup>.

Outros pontos de caráter construtivo também foram levados em consideração. O congresso foi favorável à criação das Bolsas de Trabalho nos sindicatos para auxílio nos fundos de greve e em momentos de demissão em massa de trabalhadores, principalmente em relação ao trabalhador agrícola que em muitas regiões tinha trabalho sazonal, acompanhando épocas de plantio e colheita, podendo ficar meses sem

190 Idem, p. 6.

191 SÁNDER, M. López. *Voces campesinas: el problema constructivo*. Solidaridad Obrera. Barcelona, 5 de maio de 1936, p. 6.

192 Idem, p. 6.

193 CNT. *Ata do IV Congresso da CNT, 1 a 10 de maio de 1936*, p. 3. Disponível em: <http://www.cgtmurcia.org/cultura-libertaria/anarkobiblioteca/memoria-libertaria/de-1910-a-1939/1158-cuarto-congreso-de-cnt-acuerdos>. Acesso em 20/05/2021.

conseguir trabalho<sup>194</sup>. Esse ponto se baseava na atuação sindical no contexto republicano, no entanto, a dinâmica das Bolsas de Trabalho se tornaria um elemento pedagógico para os trabalhadores aprofundarem-na no momento da revolução. Dado que, as bolsas poderiam ser transformadas em caixas de compensação<sup>195</sup> que atuariam no intercâmbio entre sindicatos e regiões, agrícolas e industriais, operando conjuntamente com as cooperativas.

Ainda sobre o contexto republicano, o congresso defendeu que os sindicatos deviam cobrar dos órgãos estatais o desenvolvimento da infraestrutura do país, como pontes, portos, canalização de rios e sistemas de irrigação<sup>196</sup>. Assim na etapa da construção da revolução, a transição para o comunismo libertário poderia ter uma duração menor. Tal postura, vai de encontro com os debates anarquistas que vimos ao longo da década de 1930. Isaac Puente, por meio de gráficos, mostrou a real situação das terras na Espanha, que careciam de estruturas que pudessem melhorar a qualidade do solo:



Fonte: PUENTE, Isaac. *Comunismo Libertário*. Piracicaba: Ateneu Diego Giménez, 2010, p. 13.

194 CNT. *Ata do IV Congresso da CNT, 1 a 10 de maio de 1936*, p. 7. Disponível em: <http://www.cgtmurcia.org/cultura-libertaria/anarkobiblioteca/memoria-libertaria/de-1910-a-1939/1158-cuarto-congreso-de-cnt-acuerdos>. Acesso em 20/05/2021.

195 Caixas de compensações podem ser entendidas como as responsáveis pelas finanças, atuavam no contexto revolucionário cuidando do fluxo no intercâmbio entre as diversas regiões.

196 CNT. *Op. cit.*, p. 7.

A partir da questão do desenvolvimento da infraestrutura espanhola, o congresso discutiu a questão da Reforma Agrária promovida no decorrer da II República, na qual apontava que,

Não basta entregar a terra aos camponeses se não vier acompanhada do inerente a sua exploração moderna, como a mecânica, a química, as obras hidráulicas, etc., que permitem a industrialização da agricultura para que o labor do esforço humano possa ser suprimido pela força motriz do mecanismo<sup>197</sup>.

José Peirats destacou que a Reforma Agrária sem a industrialização do campo seria um fator que levaria o trabalhador agrícola ao esgotamento<sup>198</sup>.

Para pautar as reivindicações acima, o campesinato espanhol conseguiria,

[...] somente com uma forte organização camponesa, enquadrada em uma organização nacional, seria viável para solucionar transitoriamente os problemas do campo espanhol, ao passo em que efetuará a preparação revolucionária das massas camponesas e um vasto plano de propaganda é indispensável a esta organização que propugnamos<sup>199</sup>.

Com a organização intermediando as pautas agrícolas, o congresso apontou questões para atuação dos sindicatos. Quando as terras não eram cultivadas em toda sua capacidade produtiva, pelas razões que já abordamos no início deste trabalho, e contribuía negativamente para a economia nacional, os sindicatos expropriavam-nas e explorava-as direta e coletivamente<sup>200</sup>.

Por mais que a estratégia da CNT era problematizada em um contexto de organização nacional, é importante destacar que a central anarcossindicalista ainda precisava se expandir para outras regiões do país, como podemos ver no mapa 2.

---

197 CNT. *Op. cit.*, p. 9. Tradução nossa.

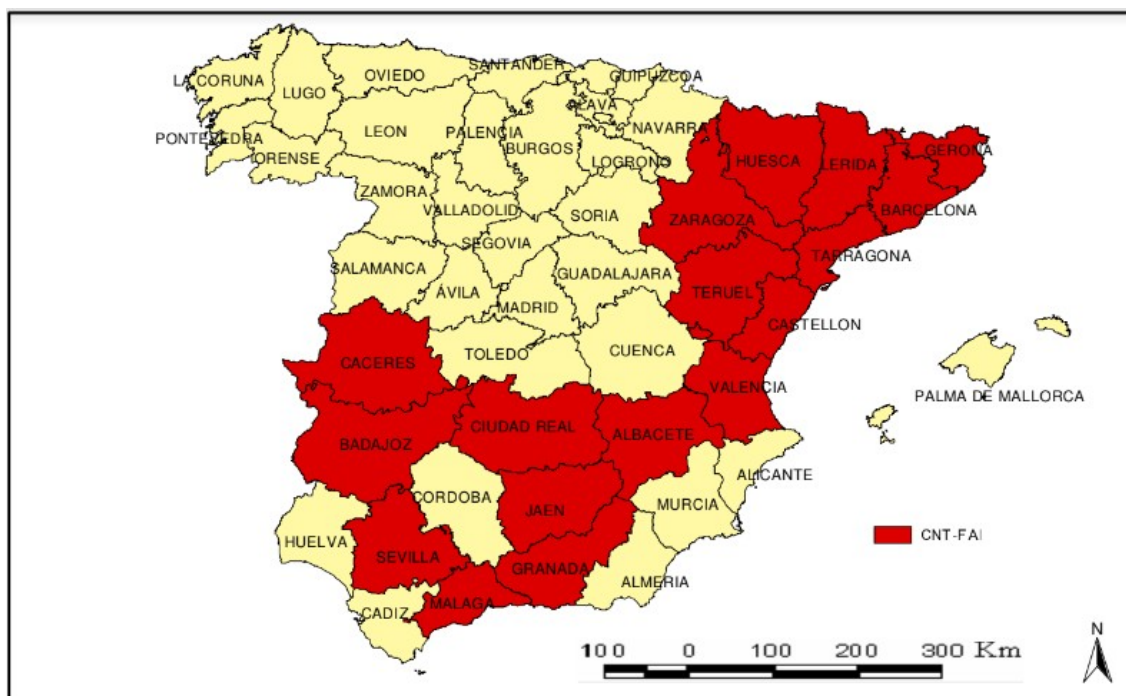
198 PEIRATS, José. *La CNT y la Revolución Española*, vol. 1. Cali: La Cuchilla, 1988, p. 123.

199 CNT. *Op. cit.*, p. 10. Tradução nossa.

200 CNT. *Op. cit.*, p. 10.



## Mapa 2 – lugares com a maior concentração da militância anarquista em 1936



Fonte: RODRIGUES, Glauco Bruce. *Op. cit.*, p. 212.

Portanto era necessário lutar pelo desenvolvimento da infraestrutura espanhola ao mesmo tempo em que deveriam atuar para elevar a concentração da militância cenetista em outras regiões.

Como pudemos ver, o sindicato, tanto agrícola quanto industrial, cumpriria um papel importante na transição e aprofundamento da revolução. Na resolução sobre comunismo libertário, o sindicato aparece como o principal instrumento na qual a classe trabalhadora assumiria os meios de produção<sup>201</sup>.

Em outro tópico, era ressaltada a necessidade que o sindicato precisava estabelecer relação com a *Comuna*, pois era por intermédio dela que os organismos de produção e de intercâmbio se uniriam, além de se federarem no plano local, regional, e nacional<sup>202</sup>. Nesta parte, é interessante como o congresso buscou atualizar a literatura anarquista para o contexto espanhol. Quando eles utilizam o termo *comuna*, de inspiração kropotkiniana<sup>203</sup>, buscam, na verdade, dialogar com os *municipios libres* que Isaac Puente utilizou para se referir aos distritos políticos e, como veremos mais

201 Idem, p. 13.

202 Idem, p. 13.

203 Para mais detalhes sobre as discussões de Piotr Kropotkin sobre a organização político-econômica da Comuna sugerimos consultar sua obra *A conquista do pão*, ver: KROPOTKIN, Piotr. *A conquista do Pão*. São Paulo: Biblioteca Terra Livre, 2022.

adiante, seu funcionamento são semelhantes (*Comuna e Municipio Libre* seriam praticamente sinônimos), ou seja, o congresso se propunha identificar, como bem salientou Santillán, as reais possibilidades de realização do comunismo libertário no país<sup>204</sup>.

Para escrutinar tais possibilidades, o congresso – na seção *plan de organización de los productores* – partiu da premissa nacional da economia espanhola. Abordando as particularidades de região a região para poder conceber um projeto coeso com a estrutura socioeconômica do país, isso poderia contribuir para que as políticas intercambiais conseguissem atender as diversas regiões do país levando em consideração as reais necessidades de cada uma delas. A partir da consideração das particularidades regionais seria possível também atenuar os conflitos de interesses entre trabalhadores agrícolas e industriais. Como a proposta foi pensada no sentido de levar em consideração as diversas áreas produtivas, o congresso não propunha apenas uma forma organizativa para a gestão da produção, mas “administrados pelos produtores através de seus diversos órgãos de produção designados em assembleias gerais”<sup>205</sup>.

A proposta que se desenhou a partir do Congresso mostrava como os elementos da gestão político-econômica dos trabalhadores tinham o intuito de formar *organismos vivos* que se relacionassem mutuamente para alcançar o melhor funcionamento. A partir dessa relação mútua que se constituiria entre esses organismos podemos compreender que havia a possibilidade de formar uma relação que poderia colocar o campo e a cidade em condições relativamente próximas a equidade de acesso no aspecto produtivo e, por esta razão, também no aspecto do intercâmbio buscaria romper com a posição secundária que o campo ocupava até então na estrutura econômica espanhola.

Dentro dos limites geográficos das comunas, os conselhos de oficinas e fábricas se tornam os elementos que conectam a esfera da política com a economia da região. E com os sindicatos haveria conexão com as demais regiões em um processo federalista tanto para a produção quanto para o intercâmbio que teria por base a formação de Conselhos de Estatística e Produção<sup>206</sup>.

---

204 SANTILLÁN, Diego Abad de. “El congreso de la Confederación Nacional del Trabajo”... *Op. cit.*, p. 331.

205 CNT. *Op. cit.*, p. 16. Tradução nossa.

206 CNT. *Op. cit.*, p. 16-17.

No campo, essa dinâmica seria semelhante, sendo o conselho de fábrica substituído pelo conselho de cultivo. O Congresso esboça sua função econômica na construção da revolução,

Como órgão de relação, o Conselho de Cultivo, do qual formarão parte elementos técnicos e trabalhadores integrantes das associações de produtores agrícolas, encarregados de orientar a intensificação da produção, assinalando as terras mais apropriadas a mesma, segundo sua composição química<sup>207</sup>.

É interessante notar que para uma efetiva gestão econômica, os conselhos buscavam integrar camponeses e técnicos para decidir as melhores condições para a produção no campo<sup>208</sup>. E a integração não se restringia a este aspecto, ela chegaria à relação entre as associações do campo e da cidade.

Estes Conselhos de Cultivo estabelecerão a mesma rede de relações que os Conselhos de Oficina, Fábrica e de Produção e Estatística, complementando a livre federação que representa a Comuna como demarcação política e subdivisão geográfica [...] tanto as Associações de produtores industriais quanto as Associações de produtores agrícolas se federarão nacionalmente...<sup>209</sup>

A rede de relações que se constituiria entre os conselhos, bem como entre as associações, agrícolas e industriais, fundava-se na concepção federalista, partindo do aspecto local da economia até alcançar o nacional e, por sua vez, propunha a integração dos diversos organismos em diferentes escalas (local, comarcal, regional e nacional). Por meio da federação das associações dos produtores agrícolas e industriais era possível também a criação de políticas econômicas para produção levando em consideração as necessidades apontadas pelas associações federalizadas e pautariam, assim, o circuito de intercâmbio mais dirigido pelas decisões dos Conselhos de Produção.

A questão das Comunas foi bastante discutida. Segundo o Congresso, elas eram autônomas, mas encontrar-se-iam federadas tanto no plano regional quanto no plano nacional com fins de realizar os objetivos que transcendem a esfera do *local*. A ideia de federalismo que destacamos nas exposições acima pode ser encontrada no pensamento proudhoniano, que abarca concomitantemente o aspecto do indivíduo bem como da

---

207 Idem, p. 17. Tradução nossa.

208 Sobre este ponto convém destacar que Pierre Besnard também havia abordado o problema em seu texto que a CNT editou. Segundo ele “convém interpretar a colaboração” entre “manual e intelectual, como expôs magnificamente Kropotkin”. Ver: BESNARD, Pierre. *Op. cit.*, p. 277.

209 CNT. *Op. cit.*, p. 17. Tradução nossa.

coletividade fundando, assim, “simultaneamente o direito pessoal do trabalhador, ‘função social’, e o direito social do grupo, ser coletivo”<sup>210</sup>.

Essa dinâmica em Pierre-Joseph Proudhon encontra-se presente nas diversas formas organizativas que partem do princípio federativo. Baseando-se no autor francês, podemos ver que a Comuna enquanto elemento autônomo, possui seu direito “particular”, no entanto, por estar em uma confederação comunal, ela também responde ao direito social coletivo. Advindo de tal preceito, ela não seria uma unidade produtiva isolada ou autossuficiente do ponto de vista econômico, mas se encontraria em constante relação com as demais comunas, tanto do campo quanto da cidade.

O congresso, sobre a Comuna, concluiu,

- A criação da Comuna como entidade política e administrativa;
- A Comuna será autônoma e confederada ao resto das Comunas;
- As Comunas se federarão comarcal e regionalmente, fixando à vontade seus limites geográficos, quando seja conveniente unir, em uma só Comuna, povoados pequenos, aldeias e lugares. O conjunto destas Comunas constituirá uma Confederação Ibérica de Comunas Autônomas Libertárias;
- Para a função distributiva da produção e para que possa nutrir melhor as Comunas, poderão criar órgãos suplementares [...] por exemplo: um Conselho Confederal de Produção e Distribuição, com representações diretas das Federações Nacionais de Produção e do Congresso anual de Comunas.<sup>211</sup>

Findando as deliberações acerca das Comunas, o Congresso discutiu a questão do intercâmbio da produção. Os problemas internos de cada comuna seriam discutidos de modo individual, mas caso afetasse uma comarca, as federações seriam as responsáveis por discuti-los. Um exemplo que o congresso trouxe foi referente ao assunto de “transporte e intercâmbio de produtos entre as comarcas agrícolas e industriais”<sup>212</sup>. Cada unidade administrativa tinha autonomia para pautar sua própria política de intercâmbio interno<sup>213</sup>, no entanto, as prerrogativas não poderiam impactar, negativamente, as demais unidades que comporiam a federação. O congresso também defendia a criação de organismos em escala confederal para tratar do tema da distribuição que seriam vinculados aos órgãos responsáveis pelo aspecto produtivo. Isso, nos permite considerar que, a partir da vinculação, seria válido que para o intercâmbio ser mais equilibrado ele precisaria estar em contato com os elementos da

---

210 BANCAL, Jean. *Op. cit.*, p. 135.

211 CNT. *Op. cit.*, p. 17-18. Tradução nossa.

212 CNT. *Op. cit.*, p. 19.

213 No aspecto comunal o Congresso defendeu que as comunas para o intercâmbio interno poderiam se apropriar da utilização das *cartas de producteur* para adquirir o necessário nos armazéns coletivos.

produção, para que os últimos pudessem produzir em consideração com as necessidades intercambiais.

Como apontamos no decorrer do texto, o conjunto da classe trabalhadora, campesinato e operariado, produziu teorizações econômicas e inovações sobre as formas socializadas de produção e de intercâmbio. No entanto, isto nos levou a algumas questões que foram problematizadas nos estudos sobre as experiências que se basearam em formas alternativas à economia de mercado capitalista. Everaldo Andrade<sup>214</sup> trouxe importantes questionamentos sobre a autogestão no contexto da Revolução Espanhola. Ele indagava se seria possível construir uma economia que atuasse fora do mercado, mas que precisasse manter suas relações com a economia mundial, questionou sobre o funcionamento das empresas e sua interrelação e como gerir uma economia autogestionária no plano nacional.

Acreditamos que algumas destas questões foram abordadas pelos teóricos anarquistas como vimos na primeira parte do capítulo, contudo, é preciso analisar como os trabalhadores trataram dessas questões na prática revolucionária. Este aspecto abordaremos na terceira parte do capítulo.

Não obstante, não faremos uma análise sobre as coletivizações porque acreditamos que outros trabalhos<sup>215</sup> já realizaram interessantes estudos sobre o tema. Nossa atenção se volta para este processo, no intuito de compreender como se construiu a relação entre as coletividades do campo e da cidade, principalmente na questão do intercâmbio da produção e como essa relação poderia atenuar os possíveis conflitos entre os trabalhadores agrícolas e industriais.

### **As propostas para a relação campo-cidade na Revolução Espanhola**

A revolução que se iniciou como resposta ao levante dos militares construiu uma série de experimentos de coletivizações da produção. Muitos deles, a partir da documentação, propunham a integração entre os elementos agrícolas e industriais.

---

214 ANDRADE, Everaldo de Oliveira. “A experiência econômica da Espanha Revolucionária: polêmicas sobre a autogestão e planificação econômica centralizada” In ANDRADE, Everaldo de Oliveira (Org). *Oitenta anos da Revolução Espanhola*. São Paulo, ComArte, 2019, p. 71.

215 Sobre o processo de coletivização na Revolução Espanhola, ver: BERNECKER, Walther. *Op. cit.*; MINTZ, Frank. *Autogestão e anarcossindicalismo: análise e críticas relativas à Espanha (1931-1990)*. São Paulo: Intermezzo, 2016; PEIRATS, José. *La CNT y la Revolución Española, 3 vols.* Cali: La Cuchilla, 1988; POMINI, Igor Pasquini. *Revolução Espanhola... Op. cit.*; RODRIGUES, Glauco Bruce. *Op. cit.*

Como veremos adiante, muitas coletividades, tanto na cidade quanto no campo, nas suas resoluções defendiam o intercâmbio entre si como forma de integração.

De acordo com Walther Bernecker, os sindicatos agrícolas tinham a perspectiva de que para a constituição de um forte sistema de intercâmbio entre as estruturas, agrícola e industrial, seria necessário um intenso trabalho de desenvolvimento econômico do campo. Os sindicatos defendiam,

- Um novo sistema de comercialização com a exclusão dos intermediários e a especulação dos preços e com um amplo apoio nas organizações cooperativas de produtores e consumidores associadas às coletividades;
- Um sistema de crédito agrário acessível especialmente às coletividades agrárias, mas também para pequenos produtores privados;
- Aplicação no setor rural dos avanços técnico-científicos;
- Abolição da contraposição campo-cidade, como premissa para a eliminação do atraso social do campo em comparação com a cidade considerava-se a transformação do modo de produção agrário;
- Abastecimento regulado de fertilizantes, maquinaria e utensílios;
- Criação de um clima social e econômico melhor através da ampliação da infraestrutura necessária para o transporte de bens e pessoas por estradas, ferrovias e vias fluviais (abertura de vias de comunicação, regulação de águas, etc.)<sup>216</sup>.

Os pontos defendidos pelos sindicatos agrícolas evidenciam um duplo caráter, mas que tendem a funcionar harmoniosamente no processo revolucionário. Mesclavam elementos de transição com as etapas de construção de uma economia com a perspectiva do comunismo libertário.

Para a política de eliminar a contraposição campo-cidade, principalmente combater o atraso do primeiro, os sindicatos destacavam a ideia de desenvolver o modo de produção agrícola. Em coletividades, como na região de Graus, um componente importante para acabar com a contraposição era uma política de revalorização do trabalho camponês. Segundo Gaston Leval, um dia de trabalho no campo representava a metade do salário de um mecânico, desse modo era necessário estabelecer um salário familiar que pudesse assegurar um padrão de rendimento do camponês em relação ao trabalhador urbano para que o primeiro pudesse ter acesso semelhante ao segundo na obtenção dos meios de subsistência<sup>217</sup>.

É interessante notar que no alvorecer da revolução, uma das principais preocupações que surgia era tornar mais democrática as relações mercantis com intuito

---

216 BERNECKER, Walther. *Op. cit.*, p. 114. Tradução nossa.

217 LEVAL, Gaston. *Collectives in the Spanish Revolution*. Oakland: PM Press, 2018, p. 93-94.

de garantir acesso aos meios de subsistência para uma quantidade maior de camponeses. A Eliminação dos intermediários no intercâmbio dos produtos poderia contribuir para combater a especulação sobre o preço, tornando, assim, mais acessível o consumo. A acessibilidade ao consumo, seria garantida por meio das cooperativas que se encontrariam vinculadas às coletividades e que, por sua vez, ressaltaria a importância do apoio mútuo neste ponto.

Nesse aspecto, acreditamos que a eliminação dos intermediários também contribuiria para diminuir as possibilidades de atrito entre os produtores do campo e da cidade. Isso porque sendo, geralmente, a figura do intermediador alguém vindo das cidades e que obtinha rendimentos a partir da especulação na circulação de mercadorias e que cobrava tributos dos camponeses e que, por sua vez, levava estes a terem desconfiança em relação as transações com os elementos urbanos. Essa dinâmica, que ao longo dos anos 1930 resultou em conflitos no campo, era substituída por um intercâmbio mais justo dado que era regulado a partir das organizações de trabalhadores agrícolas e industriais como os sindicatos e as cooperativas de consumo.

Em um aspecto mais revolucionário, os sindicatos buscavam romper com a dicotomia entre o campo e a cidade, dado que o primeiro era considerado símbolo do atraso espanhol enquanto o segundo a modernidade. Para que tal sobreposição findasse, era necessário transformar o modo de produção agrícola. Para isso seria importante incentivar a entrada das técnicas modernas no campo, pois a partir do desenvolvimento rural, o campesinato teria maiores possibilidades de efetivar um intercâmbio mais harmônico com o operariado, dado que com a modernização aumentaria a capacidade produtiva agrária<sup>218</sup>.

O Grupo Reclus defendia que os sindicatos deveriam empreender trabalhos de industrialização das áreas regáveis<sup>219</sup>. Para transformar tais áreas, os sindicatos vinculados às coletividades desenvolveriam obras de infraestrutura para melhorar a qualidade do solo. Em Villajoyosa, por exemplo, “na província de Alicante, a construção de uma barragem permitiu irrigar um milhão de amendoeiras que, anteriormente, sofriam com a seca permanente”<sup>220</sup>.

---

218 CNT. *Op. cit.*, p. 9.

219 Grupo Reclus. *El grupo anarquista “Reclus” propone a Hermanos de ideas y a todos los hombres de buena voluntad unas sugerencias referentes a la vida económica de Lérida y sus comarcas*. Tierra Y Libertad. Barcelona, 27 de agosto de 1936, p. 4.

220 LEVAL, Gaston. *Op. cit.*, p. 153. Tradução nossa.

Em Fraga também houve processos de desenvolvimento de sistemas de irrigação por parte de diversos coletivos da região. Gaston Leval descreveu bem o processo,

A antiga prática foi substituída por uma única administração coletivista, que coordenava a distribuição de água em todos os lugares e que propunha melhorar a bacia de captação e uso dos rios, especialmente do rio Cínca, por obras públicas que nenhuma das aldeias poderia ter realizada individualmente<sup>221</sup>.

Além disso, para o Grupo Reclus, era necessário construir uma rede de intercâmbio entre as diversas unidades produtivas. Propunham para Barcelona e Madri, o fim das tarifas alfandegárias substituindo-as pelas cooperativas de produção e consumo. Aqui, novamente, podemos identificar relações que buscavam tornar mais equilibrada a dinâmica intercambial.

Era proposto também a integralização do crédito de consumo, entre os produtos do campo e da cidade, que teria como objetivo a constituição de uma relação de intercâmbio mais democrática, atendendo os trabalhadores no âmbito local quanto comarcal<sup>222</sup>.

As propostas de organização da produção e sua integração em diversos âmbitos eram levantadas com frequência nos jornais. Ponto importante dessa reflexão era o papel das cooperativas,

As cooperativas cuidarão do controle do que será produzido em cada localidade. O excedente será notificado ao Comitê Comarcal e este ao Comitê Regional. Este último será o que terá em conta as necessidades de importação e exportação com as demais regionais até que fique controlada a produção<sup>223</sup>.

A dinâmica que ia se formando no intercâmbio entre os diversos âmbitos mostrou a necessidade de que a coordenação acompanhasse o desenvolvimento das relações entre a localidade, a região e o âmbito nacional. A CNT, percebendo essa necessidade, atuou na criação de organizações que pudessem coordenar a produção agrícola como a *Federación Nacional Campesina* e as *Federaciones Regionales*<sup>224</sup> em diversas localidades (Aragão, Castilha, Levante, Andaluzia e Catalunha). Segundo Bernecker, a criação das federações tinha duplo objetivo,

---

221 Idem, p. 112. Tradução nossa.

222 Idem, p. 4.

223 TIERRA Y LIBERTAD. *Ponencia confederal sobre intercâmbio y economia agrária*. Barcelona. Barcelona, 10 de setembro de 1936, p. 2. Tradução nossa.

224 As Federações Regionais e a Federação Nacional foram se formando no final de 1936 e início de 1937.



Por um lado, a união das coletividades em federações comarcais, provinciais e regionais correspondiam com o projeto anarcossindicalista de uma nova ordem econômica pós-revolucionária e apresentava, desta maneira, uma confirmação ao menos parcial da possibilidade de realização de sua concepção: nesta medida as federações se ajustavam a um modelo teórico previamente desenhado. Por outro lado, a união em organizações regionais de coordenação correspondia a necessidade de adotar medidas eficazes de defesa<sup>225</sup>.

E ele ainda delinhou como funcionava a dinâmica das federações e seus conselhos econômicos, neste caso o exemplo é a Federação do Levante,

O Conselho Regional de Economia Agrícola era o órgão econômico superior da região; regulava o comércio a nível regional e suprarregional, estabelecia as relações com as indústrias de transformação e organizava – através dos comitês provinciais, federações comarcais e conselhos locais – o abastecimento das coletividades<sup>226</sup>.

O órgão econômico da federação seria, então, o responsável para garantir um efetivo intercâmbio entre as regiões, buscando criar redes de circulação de mercadorias que rompessem o âmbito regional, contribuindo, assim, para estabelecer um circuito de produção e consumo que abarcasse o campo e a cidade. Segundo Myrna Breitbart nesse circuito,

O intercâmbio entre as coletividades rurais e urbanas à escala local e regional estendeu redes de transporte até zonas que nunca haviam dispostos delas, assim uma revolução que começou modificando relações sociais e econômicas criou também formas espaciais totalmente novas<sup>227</sup>.

A região levantina buscou, por meio das organizações sindicais, construir estratégias que pudessem cuidar do fluxo de mercadorias. Na região, a CNT e a UGT atuaram conjuntamente neste processo,

No mês de setembro<sup>228</sup>, a UGT e a CNT constituíram o CLUEF (Comitês Locais Unificados de Exportação de Frutas), para evitar fuga de capitais, organizar o transporte marítimo e terrestre dentro das possibilidades da união, enviar para cada mercado o que se pode consumir, valorizar a fruta, reduzir despesas de vendas, organizar a propaganda. Eles são tutelados pelo CLUEA (Comitê Unificado Levantino para a Exportação de Cítricos) que coordenava as delegações dos Sindicatos Camponeses, Portuários, Administrativos, Técnicos de Exportação, Banca, Ferroviários, Transporte, Transportes Marítimos, Agentes da Comissão, Materiais de confecção, Secretariado Provincial da UGT e Federação Local e Comitê Regional da CNT. Essas organizações propuseram eliminar os intermediários e regular as expedições para melhorar a situação dos produtores. O CLUEA assinalava ao governo a necessidade de exportações unificadas para resistir à concorrência e buscar novos mercados para compensar a ausência da Alemanha. O CLUEA

---

225 BERNECKER, Walther. *Op. cit.*, p. 124. Tradução nossa.

226 Idem, p. 129. Tradução nossa.

227 BREITBART, Myrna Margulies. “El anarquismo español: ensayo introductorio” In PEET, Richard (org). *Anarquismo y geografía*. Barcelona: Oikos-tau, 1989, p. 210. Tradução nossa.

228 Setembro de 1936.

esperava obter a exclusividade da exportação e o apoio financeiro do Governo, mas este negou-lhe em outubro<sup>229</sup>.

O caso levantino é interessante para pensarmos a constituição de instrumentos para a circulação de mercadorias. Sua inovação foi propor, por meio das organizações da classe trabalhadora, a exportação do excedente e buscar atingir outros mercados. É válido destacar que em relação as organizações da classe trabalhadora, não nos referimos apenas aos sindicatos da CNT. Como vimos na constituição do CLUEF, houve também a participação dos sindicatos da UGT, isso refletia uma questão importante que havia sido discutida no Congresso de Zaragoza que era a resolução sobre as *alianzas revolucionárias*. De acordo com a resolução, ambas organizações estariam vinculadas para atuar em unidade “para a defesa do novo regime” e de combater “inimigos internos e externos”<sup>230</sup>, isso mostrava que a criação conjunta de organismos, nesse caso o CLUEF, era algo programático e defendido pela CNT. No entanto, por se tratar de uma organização composta por trabalhadores, ela chamava atenção do governo republicano que, por sua vez, começou a tentar suprimir a autonomia da organização nas transações comerciais. Esta dificuldade enfrentada pelo Comitê será explorada com maior atenção no próximo capítulo.

Continuando com a análise sobre as relações inter-regionais, verificamos como elas aparecem com frequência nos plenos<sup>231</sup> que estavam acontecendo. No Pleno de Camponeses da Catalunha<sup>232</sup> era discutido formas de controlar os preços dos produtos entre as federações de coletividades, em um dos pontos era proposto que os trabalhadores das cidades criassem cooperativas, dado que “elas permitiriam fazer os envios diretamente e desta forma poderia estabelecer uma valorização” e “com a anulação dos impostos desaparecia a porcentagem de funcionários”<sup>233</sup>. A ideia de propor aos trabalhadores das cidades a criação de cooperativas esboça uma preocupação por parte dos camponeses em garantir a valorização de seus produtos na circulação intercambial. Eles não teriam mais a preocupação com os impostos de intermediação e, desse modo, seus produtos se equiparariam em relação aos produtos das cidades. Para

---

229 MINTZ, Frank. *Autogestión y anarcosindicalismo en la España revolucionaria*. Madrid: Traficantes de Sueños, 2006, p. 262-263. Tradução nossa.

230 CNT. *Op. cit.*, p. 11. Tradução nossa.

231 De acordo com o Manual do Militante, redigido em 1937 pela CNT, o Pleno é realizado com o intuito de discutir questões urgentes e de tramitações, enquanto que o Congresso abarca deliberações e resoluções que podem ser discutidas a longo prazo. Ver CNT. *Manual del Militante*. Barcelona: Ediciones de las Oficinas de Propaganda CNT-FAI, 1937, p. 100.

232 O pleno foi realizado em janeiro de 1937.

233 PEIRATS. José. *La CNT en la Revolución Española, vol. II*. Cali: La Cuchilla, 1988, p. 32. Tradução nossa.

nós, isso significava uma tentativa de diminuição da sobreposição do ambiente urbano sobre o rural que, em contrapartida, também tenderia a diminuir os conflitos de interesses entre ambos.

O intercâmbio se mostrava uma esfera muito maior na dinâmica que relacionava o campo com a cidade, Myrna Breitbart apontava que,

Os coletivos que tratavam de conseguir um grau maior de autossuficiência dependiam muito da interdependência dos setores produtivos. Assim, os setores lucrativos eram estimulados a proporcionar apoio material e físico aos setores menos produtivos. Equipes de trabalho intra e intercomunais, formados por trabalhadores agrícolas e industriais, também trocavam ferramentas, mão de obra e conhecimentos. Essas práticas permitiam aos coletivos rurais responder com maior facilidade as demandas cambiantes de mercadorias e aos obstáculos no fluxo de suprimentos produzidos pela guerra<sup>234</sup>.

As discussões do Pleno avançaram ao ponto de defender uma perspectiva que abarcasse a situação revolucionária com passos para uma transição econômica,

Esta ponencia entende que, enquanto o fator moeda tenha valor para comprar o produto do trabalho, não será possível nivelar de uma maneira absoluta o custo de vida com o de produção, posto que as pesetas terão influência suficiente para produzir o desequilíbrio no mercado de oferta e demanda; não obstante, pode conseguir-se uma relativa aproximação entre o custo de vida e o valor dos produtos do campo colocando em prática o intercâmbio entre a cidade e o campo e as comarcas de produção diferente, valendo-se para isto das cooperativas de produção e consumo [...]<sup>235</sup>

Seguindo por esta leitura que busca compreender a constituição das relações entre as regiões, bem como, do campo com a cidade, a federação que se formou em Aragão, em fevereiro de 1937, buscou criar estratégias de intercâmbio que pudesse desenvolver as diversas coletividades<sup>236</sup> da região e ampliando a oferta de produtos.

Algumas coletividades possuíam mais facilidades no intercâmbio por causa de sua geografia. A Comarca de Binéfar, município da província aragonesa de Huesca, por exemplo, conseguiu criar uma rota comercial inter-regional com a Catalunha<sup>237</sup>.

---

234 BREITBART, Myrna Margulies. “Descentralismo anarquista en la España rural, 1936-1939: la integración de comunidade e medio ambiente” In PEET, Richard (org). *Anarquismo y geografía*. Barcelona: Oikos-tau, 1989, p. 258. Tradução nossa.

235 PEIRATS, José. *La CNT en la Revolución Española, vol. II... Op. cit.*, p. 32. Tradução nossa.

236 De acordo com Frank Mintz, durante a revolução, Aragão chegou a possuir 450 coletividades comportando 300.000 habitantes. Sobre o número das coletivizações, ver: MINTZ, Frank. *Autogestão e anarcossindicalismo: análise e críticas relativas à Espanha (1931-1990)*. São Paulo: Intermezzo, 2016.

237 TORRE, Alejandro R. Diez. *Trabajan para la eternidad: colectividades de trabajo y ayuda mutua durante la Guerra Civil en Aragón*. Madrid: LaMalatesta Editorial; Prensas Universitarias de Zaragoza, 2009, p. 64.

Algo que nos chama a atenção é como o processo de constituição de tais comarcas foi se desenvolvendo à medida que as necessidades econômicas foram surgindo,

Apesar de tudo, a duplicidade funcional local não estava descartada de tudo, como tampouco a comarcal. Na medida em que as distintas coletividades locais foram necessitando infraestruturas de apoio e estruturando a solidariedade entre si, através de territórios adjacentes, as Federações Comarcais coletivas foram aparecendo e, por própria iniciativa, estabelecendo centros econômicos e de intercâmbio<sup>238</sup>.

A questão da solidariedade nos diversos âmbitos geográficos era um elemento importante para a ideia de socialização<sup>239</sup> da produção. Esta ideia colocava “em funcionamento” um “regime econômico coordenado que permite satisfazer o princípio de solidariedade social, ao mesmo tempo que as exigências de rendimento”<sup>240</sup>. Com a solidariedade social que era proposta, podemos relacioná-la com a perspectiva de equilíbrio nas conexões entre as federações e que, por sua parte, poderia garantir um intercâmbio com condições mais justas entre o campo e a cidade.

A partir deste ponto é possível compreender como a estrutura das federações regionais, como a de Aragão, eram estruturas coordenadas com a finalidade principal de produzir para as coletividades pertencentes a federação ao mesmo tempo em que o excedente era intercambiado por meio de uma rede socializada. A coordenação era o ponto central, preconizavam,

[...] a coordenação entre o campesinato, a relação e coordenação entre a indústria e a agricultura e todos os ramos de trabalho útil por intermédio de suas federações que abarcariam a localidade, a região e a parte do país que dominassem<sup>241</sup>.

A Federação Regional que se formava era um complexo com diferentes ramificações de atuação para alcançar uma legítima coesão econômica,

- 1) Estatística: de cada localidade da Comarca, de sua produção, movimento e número de componentes e possibilidades agrícolas e industriais;
- 2) econômica: de estabelecimento de equilíbrios econômicos entre povoados, de controle das necessidades dos mesmos, de organização dos armazéns de suprimentos comarcais;
- 3) técnica: estudos de melhoramento da produção, de

---

238 Idem, p. 128. Tradução nossa.

239 Em relação a socialização seguimos a ideia exposta por Josep Bricall, na qual ela “era a apropriação efetiva pelo sindicato único de todas as empresas de um setor da produção, em contrapartida, os socialistas entendiam que a socialização supunha a atribuição do poder político da empresa a um governo popular”. BRICALL, Josep. *Op. cit.*, p. 394.

240 TIERRA Y LIBERTAD. *Se impone la socialización*. Barcelona, 30 de janeiro de 1937, p. 3. Tradução nossa.

241 TIERRA Y LIBERTAD. *La organización en el campo*. Barcelona, 27 de fevereiro de 1937, p. 6. Tradução nossa.

realização de obras, de estabelecimento de granjas comarcais de experimentação<sup>242</sup>.

Como podemos ver, a perspectiva de desenvolvimento das estruturas econômicas estava presente nas prerrogativas das coletividades e suas federações regionais. Assim, com a melhoria das condições de produção, o campo conseguia acompanhar a dinâmica do circuito produtivo das cidades, pois suas estruturas, com o incremento da técnica, rompiam com o arcaísmo dos anos anteriores.

Por meio do *manifesto circular*<sup>243</sup> era possível identificar a ideia de intercâmbio entre localidades através das diversas cooperativas que seriam construídas nas coletividades.

| FACTURAS DE INTERCAMBIO  |    |     |        |          |                  |                    |     |   |                   |            |
|--|----|-----|--------|----------|------------------|--------------------|-----|---|-------------------|------------|
| CUENTA CON LA COMARCAL DE NAVAL  |    |     |        |          |                  |                    |     |   |                   |            |
| COMARCAL DE ANGÜES (Huesca)  |    |     |        |          |                  |                    |     |   |                   |            |
| Cargo que esta comarcal hace á la de NAVAL por los diferentes envios de géneros que se le han facilitado á Intercambio.      |    |     |        |          |                  |                    |     |   |                   |            |
|  |    |     |        |          |                  |                    |     | Totales                                     |                   |            |
|  |    |     |        |          |                  |                    |     | Pesetas cen.                                | Pesetas cen.      |            |
| <u>1917</u>  |    |     |        |          |                  |                    |     |   |                   |            |
| Enero  | 3  |     |        |          |                  |                    |     | Por nuestra remesa de harina y envases .... | 3.993,30          |            |
| id   | 17 | "   | "      | "        | "                | "                  | "   | de 20 m/c harina y enva.                    | 1.320,00          |            |
| Febre.   | 2  | "   | "      | "        | "                | "                  | "   | de harina.....                              | 1.320,00          |            |
| Marzo  | 6  | "   |        |          |                  |                    |     | suministro de Gasolina .....                | 12,50             |            |
| "  | 10 | "   |        |          |                  |                    |     | envases devueltos .....                     | 141,00            |            |
| "  | 23 | "   |        |          |                  |                    |     | nuestra remesa de harina .....              | 2.010,00          |            |
| Abril  | 7  | "   |        |          |                  |                    |     | id de Cabezuela y Menedillo ..              | 259,00            |            |
|  |    |     |        |          |                  |                    |     | cargo la diferencia N° 273 .....            | 16,20             | 9.072,00   |
| Data Por las entregas de Mercaderias que se nos hace por la Comarcal de NAVAL.   |    |     |        |          |                  |                    |     |   |                   |            |
| <u>1916</u>  |    |     |        |          |                  |                    |     |   |                   |            |
| Dibre.   | 20 | Nos | resite | esta     | Comarcal         | m/.data.Fac        | N°  | 225   | 643,30            |            |
| "  | 27 | id  | id     | id       | id               | m/.                | "   | N° 295                                      | 673,75            |            |
| <u>1917</u>  |    |     |        |          |                  |                    |     |   |                   |            |
| Enero  | 3  | id  | id     | id       | id               | m/.                | "   | N° 273                                      | 1.295,00          |            |
| "  | 10 | id  | id     | id       | id               | m/.                | "   | N° 289                                      | 647,50            |            |
| "  | 20 | id  | id     | id       | id               | m/.                | "   | N° 320                                      | 333,00            |            |
| "  | 28 | id  | id     | id       | id               | m/.                | "   | N° 340                                      | 299,00            |            |
| Febre.   | 9  | id  | id     | id       | id               | m/.                | "   | N° 346                                      | 353,80            |            |
| "  | 9  | id  | id     | id       | id               | m/.                | "   | N° 392                                      | 352,00            |            |
| "  | 24 | id  | id     | id       | id               | m/.                | "   | N° 409                                      | 310,00            |            |
| "  | 24 | id  | id     | id       | id               | m/.                | "   | N° 435                                      | 321,00            |            |
| Marzo  | 10 | id  | id     | id       | id               | S/.                | "   | N° 470                                      | 1.000,00          |            |
| "  | 14 | id  | id     | id       | id               | m/.                | "   | N° 481                                      | 298,00            |            |
| "  | 23 | id  | id     | id       | id               | m/.                | "   | N° 509                                      | 288,00            |            |
| Abril  | 8  | id  | id     | id       | id               | m/.                | "   | N° 560                                      | 1.040,00          |            |
| Enero  | 17 | id  | id     | id       | id               | m/.                | "   | N° 308                                      | 666,00            |            |
| Febre.   | 2  | id  | id     | id       | id               | m/.                | "   | N° 364                                      | 330,00            | 8.810,35   |
| R E S U M E N  |    |     |        |          |                  |                    |     |   |                   |            |
| Importa el Cargo .....   |    |     |        |          |                  |                    |     | 9.072,00                                    |                   |            |
| id la Data .....   |    |     |        |          |                  |                    |     | 8.810,35                                    |                   |            |
| Saldo á favor de la C.de Angües Peset.   |    |     |        |          |                  |                    |     | 261,65                                      |                   |            |
| COMARCAL DE ANGÜES (Huesca)  |    |     |        |          |                  |                    |     |   |                   |            |
| Cargo que esta Comarcal hace á la de GRANOLLERS por los diferentes envios de géneros que se le han facilitado á Intercambio. |    |     |        |          |                  |                    |     |   |                   |            |
| <u>1917</u>  |    |     |        |          |                  |                    |     |   |                   |            |
| Abril  | 3  | Por | 13.300 | Kilos    | de               | trigo              | 4   | 0,53  | 7.049,00          |            |
| "  | 10 | "   | 22.050 | "        | "                | "                  | 4   | 0,53  | 11.686,50         |            |
| "  | 14 | "   | 13.300 | "        | "                | "                  | 4   | 0,53  | 7.049,00          |            |
| "  | "  | "   | "      | "        | "                | "                  | "   | "   | de inter anterior | 13,25      |
| "  | 2  | DOS |        | cerdos   | de               | la última remesa á | 60, |   | 320,00            | 25.917,75  |
| Data Por las entregas de Mercaderia que se nos hace por la Comarcal de GRANOLLERS.   |    |     |        |          |                  |                    |     |   |                   |            |
| Abril  | 3  | Por | 192    | lechones | (cerdos)         |                    | 4   | 60,   | 11.520,00         |            |
| "  | 10 | "   | 214    | id       | ( id )           |                    | 4   | 60,   | 12.840,00         |            |
| "  | 10 | "   |        | entrega  | que nos hacen en | metálico           |     |   | 7.000,00          | 31.360,00. |

Fonte: TORRE, Alejandro R. Diez. *Op. cit.*, p. 192.

242 TORRE, Alejandro R. Diez. *Op. cit.*, p. 143. Tradução nossa.

243 Manifesto da Confederação Regional do Trabalho de Aragão publicado no jornal *Cultura y Acción* em novembro de 1936.

No documento acima podemos ver o intercâmbio realizado pela Comarcal de Angüés com a de Naval, em que ambas eram pertencentes à Federação Regional de Aragão. Angüés estava inserida, também, no circuito de intercâmbio inter-regional de produtos, pois no mesmo documento, na parte inferior, vemos o comércio de trigo com a coletividade de Granollers, na Catalunha.

Para complementar o processo de intercâmbio, a Federação Regional convocou a realização de um pleno<sup>244</sup> com os delegados das coletividades aragonesas. Dentre elas, os representantes da coletividade de Angüés propunham uma tabela de preços para basear o circuito cambial com as demais regiões. A tabela representaria uma padronização na circulação dos produtos, pois sendo os preços tabelados em comum acordo com as demais regiões e federações, o intercâmbio teria uma dinâmica mais equitativa de circulação dos produtos, sem a sobreposição do campo às prerrogativas da cidade. Como um elemento para garantir tal padronização, o pleno defendeu, por meio do Comitê Regional de Coletividades, a realização de encontros de caráter nacional para discutir a criação de um *Comitê Nacional de Coletividades*<sup>245</sup>, ou seja, a preocupação era garantir uma circulação de produtos, seguindo as diretrizes aprovadas pelos diversos organismos de trabalhadores que compunham esse comitê. Isso representava coordenação em relação ao padrão dos preços dos produtos que circulavam entre as coletividades, tanto agrícolas quanto industriais. A coordenação resultaria em uma redução nos possíveis conflitos suscetíveis a surgir durante os processos intercambiais, dado que pela padronização, as organizações do campo e da cidade estariam em condições semelhantes nesse processo sem a sobreposição de uma à outra.

Essa discussão, sobre a questão de uma padronização em relação aos preços dos produtos, realizada pelo Pleno era o aprofundamento de deliberações realizadas em Caspe pelo Congresso da Federação Regional de Coletividades de Aragão em fevereiro de 1937,

[...] seguindo a resolução do Congresso em Caspe, considerou-se preferível usar o livreto<sup>246</sup> padrão produzido pela Federação Regional de Coletivos para

---

244 As discussões sobre o pleno apareceram no jornal *Solidaridad Obrera* entre 28 de abril e 1 de maio de 1937.

245 SOLIDARIDAD OBRERA. *El pleno de colectividades agrícolas de Aragón*. Barcelona, 1 de maio de 1937, p. 9.

246 Esse livreto seria uma espécie de livro de contabilidade da Federação, sua utilização seria uma padronização em escala regional.

todos os Coletivos, a fim de evitar diferenças excessivas em função da relativa prosperidade ou pobreza das aldeias e mesmo dos cantões<sup>247</sup>.

Propor uma tabela de preços levantava alguns pontos importantes. Com ela seria possível padronizar a circulação de mercadorias de modo inter-regional, ao passo que também contribuiria para combater a especulação dos produtos.

Outra questão que é interessante destacar é a circulação monetária. No decorrer da revolução houve diversas experiências de implementação de novas formas fiduciárias tanto no interior de cada coletividade como nas regiões, algumas aboliram completamente o dinheiro, outras aboliram sua circulação na coletividade, mas ainda o mantinham em caixa para utilização nas transações comerciais com outras regiões. Nos estatutos da Coletividade de Salas Altas, por exemplo, o dinheiro seria utilizado apenas para compra de produtos nas regiões em que havia circulação monetária<sup>248</sup>.

Frank Mintz<sup>249</sup> abordou as propostas de reforma fiduciária que os sindicatos da CNT buscaram realizar no decorrer da revolução. O Sindicato têxtil da Catalunha apontava, desde fins de 1936, que uma reforma radical teria que estar baseada em dois pontos importantes, os meios de consumo e os meios de produção. A proposta desenvolvida pelo sindicato separava formas distintas de “moeda” para circulação,

O papel-moeda de consumo só permitirá a troca de bens e meios de consumo, com exceção absoluta dos meios e instrumentos de produção. [...] Moeda de produção será a unidade de troca em todas as áreas industriais, comerciais, financeira e bancária dos meios de produção, absolutamente sem exceções [...] no mercado internacional, a base do Comércio Exterior depois será o intercâmbio e, ouro e outros metais preciosos serão, em todo caso, considerados como mercadorias de intercâmbio até que seja alcançada uma moeda internacional<sup>250</sup>.

O que o sindicato caracterizou como moeda de consumo, a nosso ver, poderia ser relacionada com a ideia, por exemplo, das cadernetas de consumo que eram utilizadas pelos trabalhadores na região de Aragão, na qual, munidos com o documento poderiam ter acesso aos produtos dos armazéns coletivos. Já a moeda de produção era elemento do intercâmbio interindustrial ou inter-regional como vimos no documento acima. Para o comércio com o exterior seria necessária a manutenção das reservas auríferas, no entanto, o controle do Banco da Espanha era realizado pelo governo republicano.

---

247 LEVAL, Gaston. *Op. cit.*, p. 140. Tradução nossa.

248 Idem, p. 219.

249 MINTZ, Frank. *Autogestión y anarcosindicalismo en la España revolucionaria*. Madrid: Traficantes de Sueños, 2006, p. 187.

250 Idem, p. 186-187. Tradução nossa.

A ideia central do sindicato era não impactar negativamente a circulação das mercadorias entre as coletividades das diversas regiões. Uma ideia que aparecia recorrentemente entre os sindicatos e coletividades era discutir e propor formas de garantir um intercâmbio justo, principalmente entre o campo e a cidade. Apesar de ser uma discussão interessante no plano teórico, os intercâmbios entre as regiões eram dificultados por problemas relacionados a inflação e a perda de capitais pelo banco espanhol<sup>251</sup>.

Sobre a questão monetária e seu papel na circulação de mercadorias é importante compreender que houve tentativas, no plano teórico, de coordenar suas ações em uma perspectiva de *economia coletiva* ou *confederal*<sup>252</sup>. Uma das propostas que surgiram neste contexto foi da criação do *Banco de Crédito e Intercâmbio*, que seria levada para discussão em abril de 1937 no *Pleno Nacional de Regionales*.

O banco seria um organismo econômico que teria por finalidade substituir a financeirização proveniente do sistema capitalista, ao passo em que pudesse ser outro elo de conexão às diversas formas de produção coletivista, além de contribuir com o financiamento do desenvolvimento dos empreendimentos coletivos, tanto pelos organismos da classe trabalhadora do campo quanto da cidade. Segundo Alejandro Torre, a proposta de criação do banco partia de uma inspiração proudhoniana acerca do *Banque du Peuple*<sup>253</sup>.

Sua estrutura partiria dos comitês de finanças de cada comarca e,

Estas comissões comarcais de finanças tem seu nexos para controle e direção de acordo com as comissões comarcais, com a oficina de finanças regionais e as regionais, por sua vez, desempenharão idêntico nexos com a oficina nacional. [...] O capital inicial deve ser, ainda à custa de sacrifícios, contribuição das Federações de Indústrias, Sindicatos, Comitês Regionais e Coletividades, em vez de ser por contribuição de capital privado de Estado<sup>254</sup>.

A proposta da criação do banco era uma forma de autonomia das coletividades em relação ao Estado e garantir um padrão na dinâmica mercantil entre as esferas agrícolas e industriais.

---

251 SOLIDARIDAD OBRERA. *Aspectos económicos de nuestra revolución*. Barcelona, 3 de fevereiro de 1937, p. 4.

252 Nos pautamos no conceito de *economia coletiva* ou *confederal* para referir-nos-á reorganização econômica a partir de um ponto de vista que visasse a coordenação em escala macro, pensando, principalmente no aspecto nacional, mas baseada na perspectiva federalista.

253 TORRE, Alejandro R. Diez. *Op. cit.*, p. 411.

254 Idem, p. 411. Tradução nossa.



Outros elementos que integram a perspectiva da relação campo-cidade também era identificado no ambiente urbano. Segundo Gaston Leval, desde o início da revolução, o sindicato do ramo dos transportes na Catalunha, buscou planejar uma reestruturação das vias (ferrovias, estradas, etc.) que atendesse não apenas a região, mas que fosse inter-regional com o intuito de manter o contato com as demais localidades, além de manter o fluxo de produtos para Barcelona e arredores<sup>255</sup>.

Para uma efetiva integração, era comum o Sindicato divulgar um pequeno questionário para os trabalhadores que utilizavam os meios de transportes geridos por ele, para saber como melhorar o fluxo do tráfego,

Por isso pedimos a todos os nossos camaradas que respondam assim que possível as seguintes questões:

1. Quais localidades são cobertas por sua estação?
2. Qual é a zona de influência das ferrovias na sua região?
3. Quais são os meios de transporte entre a estação e os povoados situados no perímetro desta zona de influência?
4. Qual é a produção industrial e agrícola e para quais lugares são enviados os excedentes?
5. Quais são os meios de transporte mais utilizados?
6. Se o transporte não for ferroviário, quais são os motivos e o que pode ser feito sobre eles?
7. Existe uma coordenação de serviços entre o ferroviário e o rodoviário?
8. Se não houver, como pode ser estabelecido e o que esperar como uma solução?<sup>256</sup>

Portanto o sindicato tinha uma clara noção de que era necessário um transporte que atendesse a totalidade da Espanha, integrando o perímetro urbano com o rural. Para uma efetiva coordenação seria necessário a junção dos diversos sindicatos do ramo de transporte por meio da Federação Nacional de Indústria<sup>257</sup>, pois ela seria a responsável por pensar a malha rodoviária e ferroviária em escala nacional.

O transporte na Catalunha também era importante para a manutenção de cidades importantes como Barcelona. Agustin Souchy e Paul Folgare apontaram que a cidade

---

255 LEVAL, Gaston. *Op. cit.*, p. 254.

256 LEVAL, Gaston. *Op. cit.*, p. 262-263. Tradução nossa.

257 A organização das Federações de Indústrias foi discutida no Congresso Regional de Sindicatos da Catalunha em fins de fevereiro de 1937.

foi favorecida por sua proximidade com Aragão, que se tornou uma reserva alimentícia para a cidade industrial catalã<sup>258</sup>.

A relação campo-cidade que se constituiu durante a revolução nos permite destacar alguns pontos importantes. Dentre as principais questões que permitiram esboçar essa relação foi a proposta de intercâmbio entre as diversas regiões e as organizações de trabalhadores se tornaram elementos significativos para isso, dado que não era apenas simples processo de troca, mas um debate amplo para atenuar os conflitos entre o campo e a cidade que poderiam resultar de um intercâmbio desproporcional e como vimos, em algumas ocasiões as propostas das organizações eram em relação a padronização na circulação de produtos.

A partir dessa proposta intercambial, outros elementos surgiram e foram importantes para pensar a relação campo-cidade, como a ideia de desenvolver as estruturas socioeconômicas e também a proposição de criação de um banco, sob controle dos sindicatos e das federações de coletividades, que financiaria os empreendimentos revolucionários existentes, bem como os que poderiam surgir com o aprofundamento da revolução.

No entanto, a questão do intercâmbio durante a Revolução Espanhola, não foi um processo simples. No decorrer do período revolucionário as coletividades enfrentaram uma série de dificuldades, sejam elas em suas formas estruturais ou em suas relações com o governo republicano.

É sabido a relação que setores do anarquismo teceram, praticamente desde o começo do processo revolucionário, com o governo republicano. Tornando-se elemento do próprio Estado espanhol por meio da colaboração política nos órgãos de governo da República e na Catalunha, inseridos dentro da *Generalitat*<sup>259</sup>. Por meio da colaboração governamental as conquistas revolucionárias encontravam-se em constante retração. Contudo, pela CNT ser organizada federativamente, os sindicatos, agrícolas e industriais, conseguiam ainda, de modo problemático, manter algumas relações coletivistas e autogestionárias.

---

258 SOUCHY, Agustín; FOLGARE, Paul. *Colectivizaciones: la obra constructiva de la Revolución Española*. Barcelona: Editorial Fontamara, 1977, p. 51.

259 Generalitat sede do governo catalão.

Tal atitude dos sindicatos cenetistas, que em várias ocasiões mantinham aliança com sindicatos da UGT, refletia, mesmo com a contrarrevolução no campo republicano, a perspectiva de manter o curso da revolução. Com base nesta perspectiva, o *Pleno Económico de 1938* buscou uma reatualização dos ideais anarcossindicalistas no contexto da Guerra Civil, no entanto, como veremos no próximo capítulo, o pleno, em alguns pontos, ainda tentava dialogar com as instituições estatais como meio para continuar a construção do processo revolucionário. Antes de adentrarmos na questão do pleno, faremos uma análise da retração da revolução na tentativa de compreender em qual contexto o pleno econômico estava sendo realizado.

### CAPÍTULO 3 – DA REVOLUÇÃO DE JULHO AO PLENO ECONÔMICO DE 1938

Anteriormente pudemos constatar que as organizações dos trabalhadores buscaram aprofundar as conquistas revolucionárias e integrar o campo e a cidade por meio da dinâmica do intercâmbio. No entanto, é preciso ressaltar que uma das principais organizações da classe trabalhadora espanhola, a CNT, optou por uma alternativa que, sistematicamente, dificultou e, em muitos casos, destruiu os empreendimentos revolucionários, nos referimos a estratégia da *colaboração governamental* com a República. Tal estratégia resultou na constante retração da revolução como veremos a seguir.

#### A retração das conquistas revolucionárias

De acordo com Igor Pomini<sup>260</sup> a implementação da política colaboracionista<sup>261</sup> se deu sem uma consulta às bases da central anarcossindicalista, sendo uma decisão tomada praticamente pelo comitê nacional da CNT. Sendo esta, uma postura que os representantes cenetistas no governo se acostumaram a adotar no decorrer da revolução. No dia 20 de julho de 1936, optaram por colaborar com a Generalitat através do Comitê Central de Milícias Antifascistas da Catalunha<sup>262</sup>.

O colaboracionismo foi adotado porque os dirigentes da CNT não queriam uma “ditadura anarquista”, segundo Diego Abad de Santillán,

Podíamos ser os únicos, impor nossa vontade absoluta, declarar caduca a Generalitat e instituir em seu lugar o verdadeiro poder do povo, mas como não acreditávamos na ditadura quando era exercida contra nós, não a desejávamos quando poderia ser exercida aos demais<sup>263</sup>.

A opção em não avançar a revolução até a destruição do aparelho estatal levou a CNT a atuar na ideia de “defender” as conquistas revolucionárias por meio do próprio

---

260 POMINI, Igor Pasquini. *Revolução Espanhola... Op. cit.*, p. 83.

261 A política colaboracionista adotada pela CNT pode ser compreendida como o processo de participação dos anarquistas nas esferas governamentais, tanto republicana quanto catalã, a adoção dessa política era justificada por setores do anarquismo como forma de legalizar a revolução, defendiam que o Estado republicano seria responsável pelo aspecto militar da guerra civil enquanto que os anarquistas cuidariam, por meio da presença no governo, do aspecto econômico. Contudo a separação da guerra e da revolução a partir dessa estratégia dificultou a manutenção da última. Sobre a colaboração da CNT no governo indicamos: SANTILLÁN, Diego Abad de. *Por qué perdimos la guerra*. Barcelona: Plaza e Janes Editores, 1977; PEIRATS, José. *La CNT y la Revolución Española, 3 vols*. Cali: La Cuchilla, 1988; PEIRATS, José. *Los anarquistas en la crisis política española (1869-1939)*. Buenos Aires: Anarres, 2006.

262 O Comitê reunia representantes dos diversos partidos da Catalunha, como a CNT, FAI, POUM, UGT, PSUC, Esquerda, União Republicana e União de Rabassaires. Ele atuaria militarmente, enquanto que os anarquistas defendiam que a economia estaria a cargo das organizações operárias.

263 SANTILLÁN, Diego Abad de. *Por qué perdimos la guerra*. Barcelona: Plaza e Janes Editores, 1977, p. 88. Tradução nossa.

Estado espanhol, seja no interior da Generalitat ou no governo republicano em Madri. Para nós, isso demonstra que a CNT abandonou a análise que fazia sobre a gênese do Estado burguês desde sua fundação em 1910, dado que apostou que a revolução poderia triunfar atuando em um organismo com diferentes perspectivas sobre os rumos da guerra, que em muitos casos, não garantia a administração econômica exercida exclusivamente pelos trabalhadores, um exemplo dessa situação pode ser visto na composição do Conselho de Economia de Catalunha<sup>264</sup>.

Em 11 de agosto de 1936 o governo catalão criava o Conselho de Economia da Catalunha. Órgão responsável por estruturar a economia da região, normalizá-la e proporcionar soluções aos problemas econômicos surgidos no contexto da guerra<sup>265</sup>. Segundo Pomini, o Conselho era composto por 15 membros tanto dos sindicatos quanto dos partidos, salienta também que era um “órgão misto estatal-sindicalista, sendo, portanto, um passo no sentido de se promover o controle estatal das empresas” e aponta também que os partidos republicanos e o PSUC “entraram no conselho para tentar reforçar o controle da Generalitat sobre as empresas, enquanto que o POUM e os anarquistas queriam consolidar as conquistas revolucionárias”. O resultado disso para ele era que se “abandonava, ou, pelo menos, se adiava, a meta de coletivizar toda economia, ou seja, de se alcançar a socialização global, pois impedia que os comitês de empresa se federassem”<sup>266</sup>. Portanto, seguiria dificultando o aprofundamento das relações de intercâmbio em escala regional e inter-regional por meio das organizações operárias e camponesas, já que teriam outras organizações atuando neste circuito.

Seguindo a ideia da *política colaboracionista*, em 24 de outubro de 1936, o governo da Catalunha com a participação da CNT, publicou o “Decreto de Coletivizações” que, de acordo com José Peirats<sup>267</sup>, teria por finalidade legalizar a situação criada pelos trabalhadores. A redação do decreto contou com a participação de todas organizações catalãs, como a CNT, UGT, PSUC (de orientação estalinista), POUM (marxista opositor a Moscou), Esquerda Republicana e Ação Catalã (pequena burguesia). Como podemos ver, era uma diversidade de concepções acerca da questão

---

264 José Peirats reproduz o documento que decretava a criação do Conselho, por meio dele podemos identificar a participação das organizações operárias na colaboração com demais partidos que compunham a Generalitat e o objetivo dessa colaboração seria a recomposição da economia catalã para responder as necessidades de guerra. Ver: PEIRATS, José. *La CNT y la Revolución Española, vol. 1...* *Op. cit.*, p. 191.

265 Idem, p. 191.

266 POMINI, Igor Pasquini. *Revolução Espanhola...* *Op. cit.*, p. 86.

267 PEIRATS, José. *La CNT y la Revolución Española, vol. 1...* *Op. cit.*, p. 340.

econômica que atuaram com intuito de elaborar diretrizes para os empreendimentos que foram criados pelo conjunto da classe trabalhadora.

O decreto<sup>268</sup> inicia explanando que a reconstrução da vida econômica da Catalunha era responsabilidade do Conselho da Generalitat<sup>269</sup>. Por mais que a CNT se encontrava inserida no governo catalão<sup>270</sup>, a gestão passaria a ser mista entre o Estado e os sindicatos, desse modo, era abandonado as prerrogativas da autogestão econômica redigidas durante o congresso de Zaragoza.

A Generalitat não poderia suprimir de imediato o controle operário sobre a produção. Então o Conselho, no princípio mantinha, a participação dos trabalhadores na gestão econômica, mas por abarcar, como vimos acima, diversos setores da sociedade catalã ou, se preferirmos, diversas classes, os interesses logo se chocaram na redação do decreto permitindo que “subsistisse a propriedade privada dos bens de consumo e da pequena indústria”<sup>271</sup>. Parte da base cenetista não concordou com essas resoluções, tornando-se opositoras do colaboracionismo governamental. Dentre a base, podemos destacar a crítica contundente que a agrupação *Los Amigos de Durruti*<sup>272</sup> faria no ano seguinte, enfatizando que “uma economia que se assente sobre diversas concepções forçosamente está condenada ao fracasso”<sup>273</sup> e que para uma economia confederal coesa a pequena burguesia deveria ser eliminada da direção política e da participação econômica do país<sup>274</sup>.

A manutenção da propriedade privada dos bens de consumo e da pequena indústria impactaria não apenas as coletivizações na Catalunha, mas também o intercâmbio inter-regional, pois, como apontamos no capítulo anterior, as coletividades pautavam a circulação de mercadorias, seguindo as resoluções do Congresso de Zaragoza, baseadas na utilização das cooperativas de consumo e de produção vinculadas

---

268 José Peirats reproduziu o documento na íntegra em sua obra citada anteriormente. É a partir dele que exploraremos as diretrizes do Conselho da Catalunha.

269 “Decreto de Coletivizações” *apud* PEIRATS, José. *La CNT y la Revolución Española, vol. 1... Op. cit.*, p. 340.

270 O conselheiro de economia da Catalunha era o cenetista Juan Fábregas. A CNT ainda contava com Juan Domenech como conselheiro de abastecimento e Antonio Garcia Birlán como conselheiro de saúde e assistência social, contudo a presidência do Conselho era de José Tarradellas da Esquerra Republicana.

271 “Decreto de Coletivizações” *apud* PEIRATS, José. *La CNT y la Revolución Española, vol. 1... Op. cit.*, p. 340. Tradução nossa.

272 O grupo fundado em março de 1937 composto por antigos membros da Coluna Durruti.

273 EL AMIGO DEL PUEBLO. *Todo el poder económico a los sindicatos*. Barcelona, 31 de setembro de 1937. Tradução nossa.

274 ATARCA. *La pequeña burguesía y la revolución*. El Amigo del Pueblo. Barcelona, 22 junho de 1937.

aos sindicatos de cada região e com este decreto esse circuito enfrentaria problemas pois se chocaria com as diretrizes do decreto.

As coletividades, em determinados momentos, enfrentavam problemas de produção e abastecimento por falta de recursos. Quando ocorriam estes tipos de problemas, os coletivos e sindicatos mais abastados socorriam as demais, praticando a estratégia do apoio mútuo. Com o decreto, seria função do Conselho, por meio da *Caixa de Crédito Industrial e Comercial*, o fornecimento de apoio financeiro<sup>275</sup>.

O governo se preocupou em sistematizar sua intervenção nas coletivizações das empresas que surgiram desde o 19 de julho. Era comum cada indústria possuir um *conselho de empresa* ou *comitê de fábrica* que era o responsável por se relacionar com as demais empresas do mesmo segmento industrial e com seu respectivo sindicato. O conselho de empresa, de acordo com o decreto, tinha as atribuições da produção, administração, serviços técnicos e intercâmbio comercial, contudo, o processo de produção deveria estar pautado no plano estabelecido pelo *Conselho geral de Indústria*<sup>276</sup>.

Não obstante, por mais que os conselhos de empresa mantivessem relativa participação, o governo buscou limitar sua atuação para que pudesse intervir nos rumos da economia. A ideia da limitação fica evidente no artigo 14 do decreto quando vemos que “as empresas que possuem mais de 500 operários ou que seu capital seja superior a um milhão de pesetas, que elaborem ou intervenham em materiais para a defesa nacional, a nomeação do diretor deve ser aprovada pelo Conselho de Economia”<sup>277</sup>. Isso mostra que a intenção do governo era manter o controle sobre as empresas vitais para a economia não só da Catalunha, mas nacionalmente.

O controle da economia por parte do governo também aparece no artigo 15. O artigo declara que “em todas as empresas coletivizadas terá, obrigatoriamente, um interventor da Generalitat, que formará parte do conselho de empresa e que será nomeado pelo Conselho de Economia, de acordo com os trabalhadores”<sup>278</sup>. Mesmo sendo o conselheiro de economia pertencente à CNT, o decreto não informava se o interventor seria cenetista ou alinhado às coletivizações, o que abriria precedente para

---

275 “Decreto de Coletivizações” *apud* PEIRATS, José. *La CNT y la Revolución Española*, vol. 1... *Op. cit.*, p. 341.

276 *Idem*, p. 342.

277 *Idem*, p. 342.

278 *Idem*, p. 342-343. Tradução nossa.

que interventor fosse contrário a revolução. Ressaltamos que mesmo os trabalhadores podendo influir na escolha, dependendo da empresa, a última palavra seria do Conselho catalão.

Dentro do aspecto de coordenação econômica por parte do governo da Catalunha temos os *Conselhos Gerais de Indústrias* que seriam compostos por 4 membros oriundos dos conselhos de empresa, 8 representantes das centrais sindicais e 4 técnicos nomeados pelo Conselho catalão. Sua função seria a de coordenar os rumos da economia, cuidar, estatisticamente, da produção e do consumo e mesmo alterar a distribuição industrial da região<sup>279</sup>. A cúpula da CNT, abriu mão de construir sua própria estrutura de coordenação econômica em nível nacional através das *Federações Nacionais de Indústrias* que tinha uma clara percepção do desenvolvimento da economia capitalista e como coordená-la por meio de bases libertárias, antecipando o que a geografia econômica hoje chama de *geografia industrial*, para defender a constituição desses conselhos gerais.

O decreto de coletivizações refletiu a dualidade do campo antifascista na Catalunha, pois, ao mesmo tempo em que pretendia garantir a participação dos trabalhadores na gestão da economia, abriu espaço para recomposição do poder estatal nas questões econômicas. Walther Bernecker o sintetizou do seguinte modo,

Se o decreto de coletivização de 24 de outubro de 1936 significou a legalização da revolução socioeconômica no território catalão e garantiu para um amplo setor da economia catalã a finalização das formas de produção capitalista sancionando ao mesmo tempo a prática de uma considerável democracia operária nas fábricas, também é correto, por outra parte, que significou ao mesmo tempo a junção, na economia, de um Estado em via de recuperação e deu passo para o desenvolvimento que finalizou com o estabelecimento de uma dependência quase total da economia em relação ao aparato estatal<sup>280</sup>.

A participação dos anarquistas no governo tinha por objetivo a legalização da revolução, no entanto, em vez de preservar e aprofundar as conquistas revolucionárias, a colaboração governamental contribuiu para a retração da revolução. Segundo Walther Bernecker, “a participação governamental dos anarquistas contribuiu não somente para a plena restauração e crescimento do aparato estatal, senão também para a liquidação da revolução”<sup>281</sup>. O que Bernecker apontou, seria também ressaltado pela crítica de setores

---

279 “Decreto de Coletivizações” *apud* PEIRATS, José. *La CNT y la Revolución Española*, vol. 1... *Op. cit.*, p. 344.

280 BERNECKER, Walther. *Op. cit.*, p. 346. Tradução nossa.

281 *Idem*, p. 399. Tradução nossa.



do anarquismo em relação ao colaboracionismo. O grupo *Los Amigos de Durruti* apontava que os setores burgueses e pequeno burgueses do campo antifascista se objetivavam a monopolizar o poder para estrangular a revolução<sup>282</sup>.

Desde o início da colaboração dos anarquistas no governo, o movimento libertário vivia uma crise interna. Enquanto o comitê nacional era defensor e participante do governo, a base cenetista era crítica dessa cooperação. Com a ideia de fazer propaganda sobre a participação no governo, em janeiro de 1937 a Oficina de Informação e Propaganda da CNT realizou uma série de conferências no Cine Coliseum em Barcelona, na qual discursaram nomes importantes do movimento anarquista como Federica Montseny<sup>283</sup>, Juan Garcia Oliver<sup>284</sup>, Gastón Leval, Higinio Noja Ruíz, León Felipe, dentre outros. Em sua conferência, Federica Montseny, defendia a participação e permanência dos ministros anarquistas no governo com o objetivo de combater o fascismo e construir a revolução<sup>285</sup>, que por sua vez, era cada vez mais sufocada com o processo de reconstrução do Estado Espanhol.

Os demais partidos defendiam a prerrogativa de que o principal objetivo da República era ganhar a guerra. José Peirats, mostrou que a base da CNT era contrária a esta ideia, sustentada pelos anarquistas no governo, o próprio Solidaridad Obrera, em 19 de dezembro de 1936 vinha destacando que o objetivo de ganhar a guerra primeiro e depois fazer a revolução era algo sem sentido e que os anarquistas deveriam prezar pelo “estabelecimento dos comitês de controle, que têm sido a verdadeira expressão e órgão funcional, mas que é imprescindível completá-lo com um passo decisivo: a socialização Integral”<sup>286</sup>. É importante destacar que desde o decreto que legalizou as coletivizações, o Estado vinha recompondo sua autoridade nas questões econômicas.

Se por um lado, os anarquistas no governo acreditavam que a revolução poderia ser protegida e aprofundada, por outro lado, os demais partidos queriam suprimir a importância dos anarquistas e sufocar cada vez mais a revolução<sup>287</sup>. A partir dessa crise

---

282 EL AMIGO DEL PUEBLO. *La guerra y la revolución*. Barcelona, 26 de maio de 1937.

283 Federica Montseny ocupou o cargo de Ministra da Saúde no governo de Largo Caballero.

284 Garcia Oliver ocupou o cargo de Ministro da Justiça no governo de Largo Caballero.

285 PEIRATS, José. *La CNT em Revolución Española, vol. II*. Cali: La Cuchilla, 1988, p.116.

286 Solidaridad Obrera *apud* PEIRATS, José. *La CNT em Revolución Española, vol. II... Op. cit.*, p. 121.

287 Muitos militantes anarquistas que eram críticos da participação no governo redigiam opúsculos sobre o papel anarquista na revolução e o caráter antiestatista que ela deveria ter. O anarquista José Alberola destacava que “Dado que o Estado é débil, podemos ser fortes. Os sindicatos sempre foram para nós campos de semear ideias, sempre foram experiências de luta contra o capital e o Estado. Se expropriarmos os detentores do patrimônio público para benefício geral, sustentamos que os benefícios dessa expropriação não devem ser transferidos para o Estado. Os produtores devem expropriar a

no governo, a revolução e a relação campo-cidade enfrentariam problemas. Camilo Berneri<sup>288</sup>, destacava que a principal dificuldade que era identificada na questão da relação campo-cidade era em relação ao abastecimento,

O primeiro antagonismo que se manifestou entre a cidade e o campo durante a revolução surgiu no auge do problema do abastecimento. A Espanha teve uma grande vantagem a seu favor: a de ter uma certa autonomia em relação ao exterior. Mas a Espanha também começa a encontrar dificuldades para resolver o problema de abastecimento das cidades. Tal problema pode se tornar cada vez mais difícil de resolver. Duas tendências surgirão, por reflexão, dentro das massas trabalhadoras das cidades; a primeira será a favor da expropriação forçada; a segunda vai querer resolver o problema da forma mais tranquila e racional.<sup>289</sup>

Como apontava Berneri, o problema de abastecimento era um dos fatores que dificultava o abastecimento e a própria dinâmica intercambial entre a cidade e o campo. Como um exemplo desse problema ele comentou acerca das dificuldades que ocorria na Catalunha e comparava-as com o que se passou (e passava) na URSS,

Naquela época, um aspecto central do problema havia me escapado: a harmonia entre os preços das manufaturas e o poder e a vontade de adquirir dos camponeses. A troca de mercadorias entre a cidade e o campo é uma fórmula ideal, mas nem sempre realizável. Isso constitui um dos pontos fracos da economia socialista e foi na Revolução Russa um dos principais fatores na transição da SEP (política econômica socialista) para a NEP (nova economia política). A fusão entre as economias urbana e camponesa é muito mais difícil do que geralmente é suposto e apresentado pelos socialistas. A recusa dos camponeses catalães às propostas de intercâmbio do Sindicato dos Madeiras de Barcelona é um exemplo típico. Os camponeses geralmente precisam de sementes, fertilizantes químicos, máquinas agrícolas e só mais tarde, como reflexo de uma melhoria econômica e de uma evolução psíquica, precisam de objetos de conforto, estética ou requinte. A economia urbana deve, portanto, responder às possibilidades e preferências de compra dos camponeses, se quiser evitar um antagonismo entre a cidade e o campo. Os preços da agricultura e os preços da indústria diferenciaram-se na URSS, provocando e perpetuando o contraste de interesses entre cidade e campo que está no centro de todas as variações da política econômica bolchevique e que explica quase todos os aspectos das lutas políticas internas<sup>290</sup>.

Essa dificuldade enfrentada pelas organizações operárias e camponesas foi apropriada pelos comunistas com fins de afastar os anarquistas, que atuavam nas

---

burguesia, mas também o Estado. Caso contrário, o Estado permaneceria como o único burguês e a burguesia não terá sido extinta.” ALBEROLA, José. *Interpretación anarquista de la revolución*. Lérida: Ediciones Juventudes Libertarias, 1937, p. 15.

288 Camilo Berneri publicou o texto *el problema de la relación entre la ciudad y el campo* em três edições do *Tierra y Libertad* no mês de março (dias 13, 20 e 27), ao longo do texto ele analisa os problemas que podem ocorrer entre essa relação, principalmente na questão do abastecimento e intercâmbio. No texto, ele também tece comentários sobre os problemas que ocorreram nas experiências revolucionárias na Rússia e na Hungria, como exemplos a serem evitados pelos trabalhadores espanhóis.

289 BERNERI, Camilo. *El problema de la relación entre la ciudad y el campo*. Tierra y Libertad. Barcelona, 13 de março de 1937, p. 5. Tradução nossa.

290 BERNERI, Camilo. *El problema de la relación entre la ciudad y el campo*. Tierra y Libertad. Barcelona, 27 de março de 1937, p. 2. Tradução nossa.

instâncias governamentais e em setores econômicos, principalmente no governo da Generalitat. De acordo com José Peirats,

Juan Comorera, novo conselheiro de abastecimento da Generalitat, aproveitou essa situação de penúria para pôr em prática um amadurecido plano de especulação política. Nas primeiras declarações de Comorera proclamava-se publicamente a incapacidade de seu antecessor (o cenetista Domenech) em matéria de abastecimento, denunciando ao mesmo tempo, em tom patético, a situação alarmante que a escassez de alimentos criaria<sup>291</sup>.

Como resposta a tais acusações, J. Alvarez, ex-secretário da Direção Geral de Abastecimento, lançou a seguinte nota no Solidaridad Obrera,

Duas palavras oportunas. Coincide, precisamente nestes momentos de alarme para o povo barcelonês, como consequência das declarações do novo Conselheiro de Abastecimento, minha chegada a esta cidade, depois da viagem a Ubeda como delegado do Ex-conselheiro de Abastecimento da Generalitat, para a aquisição de trigo e farinha da província de Jaén. Assistido pelos companheiros das respectivas comarcas, temos consertado, em nome da Generalitat da Catalunha, operações de compra e intercâmbio que nos dão como resultado a próxima chegada em nossa cidade de várias centenas de vagões de farinha e trigo, suficientes para prover as nossas indústrias do elemento primordial para sua elaboração e dar lugar a chegada de dito cereal das outras regiões, em que outros delegados, assim como eu, conseguiram operações, tanto no interior quanto no exterior, que resolveram por completo o problema latente do abastecimento de pão, artigo de primeira necessidade e, do desenvolvimento normal de todas as indústrias derivadas do trigo<sup>292</sup>.

Os comunistas na Catalunha, por meio do PSUC, continuavam avançando no sentido de conquistar postos importantes na gestão econômica. Tomaram o controle das empresas responsáveis pelos serviços elétricos da Catalunha e, conseqüentemente, eliminaram os adversários políticos que, até então, controlavam tais empresas, dentre eles os anarquistas e membros do POUM. O periódico do PSUC *El Leninista* ressaltava que a conquista do controle dessa indústria “[...] foi uma grande vitória, posto que assim controlamos totalmente e diretamente a indústria” e comentando sobre a composição do Comitê Central de Controle aponta que os integrantes “[...] são atualmente do partido, assim como todos os membros executivos da Federação catalã da indústria”<sup>293</sup>.

A contínua conquista da economia catalã por parte dos comunistas resultou na crítica aos empreendimentos revolucionários. No Congresso dos Trabalhadores da

---

291 PEIRATS, José. *La CNT em Revolución Española, vol. II... Op. cit.*, p. 121. Tradução nossa.

292 ALVAREZ, J. *Dos palabras oportunas*. Solidaridad Obrera. Barcelona, 24 de dezembro de 1936, p. 3. Tradução nossa.

293 *El Leninista apud* PEIRATS, José. *La CNT em Revolución Española, vol. II... Op. cit.*, p. 126. Tradução nossa.

Terra, realizado pela UGT<sup>294</sup> catalã em janeiro de 1937, trazia o slogan *menos ensaios coletivistas e mais produtos*, uma clara política contrária as coletividades agrícolas. Os principais entusiastas dessa política eram os proprietários que queriam recuperar suas antigas terras que haviam sido coletivizadas pelos camponeses, além da pequena-burguesia catalã.

Com esses contínuos ataques à revolução, o governo precisava se preparar para que os trabalhadores não levantassem armas contra a Generalitat. Em 4 de março de 1937, o Conselheiro de Ordem Pública, Rodríguez Salas, promulgou um decreto que dissolvia as patrulhas de controle que eram os resquícios do *povo em armas* do 19 de julho, além de desarmar a retaguarda, proibindo que a população catalã mantivesse armas sobre sua posse. A federação de grupos anarquistas de Barcelona, no dia 27 de março, por meio de uma circular conclama pela “anulação imediata do decreto de ordem pública confeccionada pela Generalitat e, implantação de outro que responda às aspirações de ambos organismos sindicais”<sup>295</sup>. No entanto, a questão do desarmamento da população não era criticada pela federação, mas sim a questão das patrulhas de controle.

As tensões entre as tendências no interior do governo foram se agravando nos meses seguintes desembocando nos acontecimentos de maio de 1937. No dia 2 do referido mês, a força pública, a mando do comissário geral de ordem pública, atacou de surpresa o prédio da Telefônica, controlado pelos anarquistas. Segundo Peirats, as “forças que atacaram a Telefônica eram portadoras de uma ordem de reintegração de posse com a letra do Conselheiro de Segurança Interior”<sup>296</sup>. A ordem de reintegração emitida pelo Conselheiro<sup>297</sup> partia do pressuposto de que a coletivização da Telefônica era ilegal, no entanto, ela seguia as diretrizes do decreto de coletivização de outubro de 1936, mantendo até o representante do governo no comitê de empresa. Ilegal nesse sentido era a ordem do Conselheiro porque quem poderia emitir requisição de qualquer coletividade era o Conselheiro de Economia, posto que era ocupado por um cenetista.

---

294 A UGT na Catalunha era controlada pelos comunistas vinculados ao PSUC.

295 Circular da Federação dos grupos anarquistas de Barcelona *apud* PEIRATS, José. *La CNT em Revolución Española*, vol. II... Op. cit., p. 132. Tradução nossa.

296 PEIRATS, José. *La CNT em Revolución Española*, vol. II... Op. cit., p. 143.

297 O Conselheiro era Artemio Ayguadé da Esquerra. Nesse governo, formado em abril de 1937, tinha novamente participação cenetista, Francisco Isglesas na defesa, Andrés Capdevilla na economia, Juan Domenech em Serviços Públicos e Aurélio Fernández em Saúde e Assistência.

A resposta dos anarquistas no governo foi solicitar a demissão de Artemio Ayguadé e Rodríguez Salas pelo ocorrido. Contudo o presidente da Generalitat foi contrário a essa resolução, levando, dessa forma, a base cenetista a decretar greve geral para combater as hostilidades do governo. Segundo Peirats,

O próprio comitê regional, reunido na casa CNT-FAI teve que suspender a sessão para acudir em defesa do edifício que era atacado furiosamente pelas forças governamentais. Os confederais, pelo contrário, não podiam lançar-se a fundo devido às repetidas consignas de *trégua, serenidade e cessar fogo*<sup>298</sup>.

Em resposta a clara provocação da Generalitat na tentativa de suprimir o controle operário da central telefônica a CNT-FAI da Catalunha lançou um manifesto que dentre às críticas a ação perpetrada pela força pública destacamos o seguinte trecho,

[...] a Confederação Nacional do Trabalho e a Federação Anarquista Ibérica em Catalunha, declaram que tanto antes como agora não querem tomar o poder em suas mãos e, sim estamos dispostos a colaborar honrada e lealmente, com todas as forças antifascistas do povo espanhol<sup>299</sup>.

Mesmo com os últimos acontecimentos alguns setores da CNT-FAI faziam questão de destacar que não queriam o poder, mas sim colaborar com as demais forças inseridas no Estado para combater o fascismo. Era claramente uma postura que ia privilegiando a tese dos setores contrários à revolução que pregavam a guerra para combater o fascismo primeiro e depois era refletido a viabilidade do processo revolucionário.

Essa postura dos anarquistas no governo foi destacada na edição de *Julio a Julio*, uma publicação que a Oficina de Propaganda editou em comemoração ao primeiro aniversário da “revolução”. Em um texto de autoria de Juan Garcia Oliver, Ministro da Justiça da República, ele dizia que a tanto a CNT quanto a FAI renunciaram ao “totalitarismo revolucionário”, pois ele levaria ao “estrangulamento da revolução pela ditadura confederal e anarquista”<sup>300</sup>. De fato, estamos vendo a retração e estrangulamento das conquistas revolucionárias, mas não por meio da *ditadura confederal e anarquista*, mas sim por meio da colaboração governamental dos anarquistas que forneceu as bases que resultaram na reconstrução do aparato estatal e que, sistematicamente, suprimia a revolução.

---

298 PEIRATS, José. *La CNT em Revolución Española, vol. II... Op. cit.*, p. 147. Grifos do autor e tradução nossa.

299 Manifesto CNT-FAI *apud* PEIRATS, José. *La CNT em Revolución Española, vol. II... Op. cit.*, p.153. Tradução nossa.

300 OLIVER, Juan Garcia. “El Comitê Central de Milícias Antifascistas de Catalunha” In CNT. *De julio a julio: un ano de lucha*. Valência: Oficinas de Propaganda e Imprensa, 1937, p. 196. Tradução nossa.

Para José Peirats, ao longo do colaboracionismo da CNT, a central anarcossindicalista não chegou a impactar minimamente os rumos que o Estado seguia em seu processo de reconstrução<sup>301</sup>. Após os incidentes de maio, que resultaram em quinhentos mortos e aproximadamente mil feridos, os comunistas já haviam enfraquecido o poderio dos anarquistas na Generalitat e agora precisavam fazer o mesmo com o governo da República. Os representantes comunistas Vicente Uribe e Jesús Hernández provocaram o fim do governo de Largo Caballero, em 15 de maio e, na formação do novo governo presidido por Juan Negrín, os anarquistas ficaram excluídos da composição ministerial. No Boletim de Informação da CNT-FAI de Barcelona publicado no dia 21 de maio, em vez de destacar os rumos que a guerra estava tomando e ressaltar a importância de que ela não poderia ser separada do aprofundamento da revolução, destacaram que não colaborariam com nenhum governo que não fosse presidido pelo “camarada Francisco Largo Caballero”<sup>302</sup>.

Em junho de 1937 foi publicada uma circular com um programa mínimo defendido pelo comitê nacional da CNT<sup>303</sup>. Conclamavam que o governo da República e da Generalitat precisavam reconhecer o direito dos órgãos coletivos das centrais sindicais. No campo econômico era proposto a criação de um conselho que abarcasse a representação das centrais sindicais com a intervenção dos ministros.

Em relação a posse da terra, defendia a municipalização,

Municipalização da terra, constituindo-se, anexada ao município, o órgão coordenador do labor no campo, através do qual se organizarão todas as operações de venda, intercâmbio e aquisição de produtos de forma a valorizá-los em benefício dos camponeses. Este órgão estará constituído pelas representações sindicais do campo, UGT-CNT, entendendo-se que o camponês permanece em absoluta liberdade de trabalhar a terra individual ou coletivamente. [...] reconhecimento legal das indústrias coletivizadas com intervenção do Estado ou controladas pelos sindicatos, buscando a forma de intensificar a produção útil, prescindindo da inútil ou secundária enquanto dure a guerra<sup>304</sup>.

Pelo exposto, a dinâmica que o município deveria cumprir se aproximava dos ditames e propostas da CNT acerca do *município livre* que defendia sua composição a partir das organizações da classe trabalhadora, dado que preconizava que seria gerido pela UGT-CNT. Continua mantendo a prerrogativa da liberdade de escolha do

---

301 PEIRATS, José. *La CNT em Revolución Española*, vol. II... *Op. cit.*, p. 181.

302 Boletim de Informação da CNT-FAI *apud* PEIRATS, José. *La CNT em Revolución Española*, vol. II... *Op. cit.*, p. 184. Tradução nossa.

303 Circular *apud* PEIRATS, José. *Op. cit.*, p. 222.

304 *Idem*, p. 223. Tradução nossa.

camponês nas formas de trabalhar a terra, seja ela em ambiente coletivo ou individual. Contudo, ainda permanecia a perspectiva de colaboração com o Estado quando destacava que as coletividades teriam o caráter *legal*. Era como se fosse a continuidade do decreto de coletivizações, permitindo também a intervenção ministerial do conselho de economia.

Defendendo a política colaboracionista, a circular apontava a intervenção das organizações dos trabalhadores nos ministérios,

Intervenção nos ministérios. Dependentes dos Ministérios da Agricultura, Instrução Pública, Trabalho, Assistência Social, Obras Públicas e Comunicações, constituir-se-ão conselhos assessores compostos por igual número de representantes da União Geral dos Trabalhadores e da Confederação Nacional do Trabalho, os quais intervirão em quantos problemas se apresentem nos ministérios que afetem as organizações sindicais<sup>305</sup>.

A circular termina com a aprovação do Comitê Nacional da CNT, assinado pelo secretário Mariano R. Vázquez. No último ponto da circular, citado acima, há a menção da continuidade da existência do aparato estatal, na qual a participação dos trabalhadores seria apenas de assessoramento, ou seja, sua presença não estava vinculada à participação administrativa nos ministérios. Poderiam intervir em questões que afetavam o mundo do trabalho, mas não havia descrição de como se daria essa intervenção ou de como os ministérios poderiam acatá-la.

No entanto, mesmo que o Comitê Nacional cenetista tenha estabelecido diretrizes que atestavam a manutenção do colaboracionismo, a base da organização continuava atuando com objetivos de definir programas autônomos em relação ao Estado. Dentre eles temos os desdobramentos das atividades camponesas na Catalunha que em finais de maio e início de junho, destacavam a necessidade de criar-se uma Federação Regional de Indústrias Agrícolas.

A ideia de criar tal federação era justificada pelo seguinte ditame,

Igualmente deve ir-se pela criação da ajuda mútua respeitando o quanto seja possível as características próprias e particulares de cada coletividade, mas inspirando-se de uma ampla visão construtiva, econômico-social, comercial e de intercâmbio UNIFICADO, assim como no aspecto de créditos e auxílios mútuos...<sup>306</sup>

---

305 Circular *apud* PEIRATS, José. *La CNT em Revolución Española, vol. II... Op. cit.*, p. 224. Tradução nossa.

306 PEIRATS, José. *La CNT em Revolución Española, vol. II... Op. cit.*, p. 228. Destaque no original e tradução nossa.

A partir da agitação na Catalunha, o Comitê Nacional da CNT buscou convocar a realização, em Valência, de um Pleno Nacional de Regionais Camponesas para ocorrer no dia 12 de junho. A finalidade desse pleno era discutir pontos para estabelecer coordenação da economia agrícola com objetivos de socialização da produção. Isso mostrava como que a base da CNT era importante para fazer com que, mesmo com a política de colaboração com o governo, o Comitê Nacional atuasse no sentido de atender as demandas dos trabalhadores agrícolas no sentido da construção revolucionária.

No estatuto<sup>307</sup> da realização do pleno, constatamos que a base da CNT conseguiu apontar caminhos para a socialização da produção agrícola, mesmo com a perspectiva da colaboração com o governo no horizonte do Comitê Nacional. No entanto, destacamos que pelo desenvolvimento da guerra e dos últimos acontecimentos, o Estatuto ocupava a função de formar bases teóricas e programáticas para os camponeses, visto que não poderia ser efetivamente posto em prática, em sua totalidade, na atual situação de recomposição do aparato estatal.

No artigo 4 do estatuto eram definidos os objetivos da Federação Nacional Campesina. Ela seria responsável por ser a articuladora, no plano nacional, das diretrizes econômicas aprovadas pelos congressos e também responsável por intensificar o trabalho de desenvolvimento econômico do campo espanhol.

A federação estaria articulada por meio de bases federalistas. Sua composição vinculava-se com as seções locais dos sindicatos agrícolas, posteriormente, com as federações comarcais e regionais até alcançar a perspectiva nacional da organização. Ainda destaca que cada esfera dessa teria preservada sua autonomia, sendo cada uma responsável por contribuir com a coordenação coesa da economia. Nacionalmente a federação não estaria restrita apenas a atuação dos sindicatos, da comarcal e regional. No artigo 18, era definido a composição de órgãos que atuariam na administração econômica agrícola,

A Federação Nacional Campesina criará quantos organismos – a modo de comissões anexas a seu secretariado nacional – estime necessários para impulsionar, fomentar, controlar e orientar as atividades agrícolas ou agropecuárias de toda ordem do campesinato ingresso na Federação, tanto em

---

307 Estatuto reproduzido em PEIRATS, José. *La CNT em Revolución Española, vol. II... Op. cit.*, p. 229-234.



ordem dos cultivos, de indústrias auxiliares do campo, de granjas e de laboratórios de experimentação, do gado, etc.<sup>308</sup>

Nesse artigo podemos identificar pontos que coincidem com as discussões feitas pelos anarquistas nos anos anteriores à guerra, como expomos no começo desse capítulo, além de pontos de aproximação com ditames aprovados no Congresso de Zaragoza de 1936. Questões importantes voltaram as discussões das organizações dos trabalhadores do campo, como o desenvolvimento da estrutura agrícola por meio das granjas com laboratórios de experimentação e das indústrias auxiliares. Portanto, podemos destacar que a principal ideia para melhorar a capacidade produtiva agrária era industrialização do campo pelos sindicatos e suas respectivas federações.

Para levar adiante os empreendimentos de expansão da produção agrícola a Federação Nacional precisaria esboçar uma estratégia para captar recursos financeiros. No estatuto era prevista duas formas de obter receitas, uma delas seria por meio da participação nas cotas das cotizações dos sindicatos filiados a ela e a outra através da circulação monetária da economia agrária dos respectivos organismos federados.

Ainda nessa abordagem sobre a captação de recursos, o estatuto destacou a importância de ter como objetivo a coordenação da economia em suas diversas esferas de atuação (artigo 26). Para que a coordenação se efetivasse, as coletividades, pequenos proprietários e cultivadores individuais enviariam, periodicamente, informes estatísticos sobre a capacidade produtiva, tanto das explorações individuais quanto coletivas. Todas as organizações pertencentes a Federação Nacional reconheceriam-na como a responsável pela realização da distribuição e exportação da produção. Desse modo, apenas um único organismo centralizava o processo de escoamento produtivo, facilitando dessa forma o intercâmbio de mercadorias e evitando conflitos entre os diversos sindicatos e comitês, como os que já ocorriam, no contexto da revolução, em algumas localidades.

Mesmo que cada unidade produtiva mantivesse sua autonomia em relação a federação, para uma efetiva gestão, cada uma delas deveriam se federar as demais unidades da região para compor um conglomerado. Estabeleceriam “a devida relação entre si todas as coletividades e explorações individuais existentes em uma mesma localidade ou comarca mediante a criação do Comitê de Ligação”<sup>309</sup> e tal comitê estaria

---

308 PEIRATS, José. *La CNT em Revolución Española, vol. II... Op. cit.*, p. 230. Tradução nossa.

309 PEIRATS, José. *La CNT em Revolución Española, vol. II... Op. cit.*, p. 232. Tradução nossa.

em constante contato com a Federação Nacional. Assim, no plano nacional da economia agrícola, as organizações camponesas teriam acesso à coordenação total da atividade laboral do campo.

A partir da federação das coletividades e demais formas produtivas no campo, é importante frisar o papel que o apoio mútuo exercia em relação ao intercâmbio de produtos. Cada coletividade poderia separar a quantidade respectiva dos produtos para seu consumo interno, contudo, a distribuição, pela economia agrária, partiria da equidade produtiva para evitar que existissem coletivos mais abastados que outros. A ideia central era que por meio do apoio mútuo, a coordenação da economia por parte da Federação Nacional garantisse a equidade no repasse aos diversos produtores, sejam coletivos ou individuais.

A dinâmica de intercâmbio tornou evidente as obrigações que a Federação Nacional teria com os demais produtores,

As coletividades e explorações individuais serão providas pela Federação Nacional de Camponeses de quantos artigos precisem para o desenvolvimento de suas atividades agrícolas e também para o abastecimento das cooperativas de consumo, armazéns comunais de distribuição e outros centros dedicados a recepção dos artigos necessários para o consumo de todos os camponeses associados. Se estende a concepção de artigo a todos e a cada um dos abonos úteis de trabalho, maquinaria agrícola, etc., que podem ser necessários para o melhor aproveitamento dos trabalhadores da terra. A Federação Nacional de Camponeses facilitará tudo isto a preço de custo: isto é, aos mesmos preços a que ela obtenha, com somente agregação dos gastos de transporte e administrativos em geral, necessários para fazer chegar o que é requisitado ao camponês consumidor<sup>310</sup>.

Mais uma vez ficava destacada a contribuição das teorizações dos militantes anarquistas e das resoluções do congresso de 1936. A Federação Nacional apontou a importância das cooperativas de consumo no intercâmbio dos produtos, contribuindo para que o conjunto do campesinato obtivesse o essencial para seu consumo e, também, para o exercício do trabalho no campo, baseando-se no preço de custo para tornar mais acessível o consumo por parte do campesinato.

Além disso, a Federação Nacional estava em contato com as Regionais para criação de departamentos estatísticos no qual era provido, no plano nacional, de informações para coordenar efetivamente economia. Por intermédio do Departamento de Estatística era obtido informações sobre cultivos e mão de obra para que pudesse ser regulamentado o mundo do trabalho camponês.

---

310 Idem, p. 232. Tradução nossa.

Enquanto a base, como vimos, estava discutindo estratégias para autogerir e coordenar a economia, o comitê nacional convocou uma reunião para reclamar a participação da CNT na formação do governo da *Generalitat*. Dentre suas reivindicações podemos apontar o fortalecimento da união entre os setores do antifascismo, combater a perseguição aos anarquistas e de outros setores favoráveis a revolução e a proteção e respeito às coletividades. Contudo, no final de junho seria formado um novo governo na Catalunha sem a participação da CNT.

Como podemos ver, a central anarcossindicalista não tinha mais o mesmo impacto que no 19 de julho, com a recomposição da força do aparato estatal ficava mais evidente que sua participação no governo não era mais necessária. Com seu enfraquecimento, o governo, tutelado pelos comunistas, intensificou sua atuação no caminho da contrarrevolução, após a repressão em Barcelona no mês de maio, era chegado a hora de dissolver o Conselho de Aragão e sua federação de coletividades.

Em 8 de agosto, Juan Comorera realizou um discurso no Teatro Capitol de Valência contra os anarquistas e os empreendimentos coletivistas, já seria quase a justificativa para os eventos que ocorreriam em Aragão nos próximos dias. Comorera disse que “graças a unificação dos partidos marxistas acabou-se com a hegemonia do anarquismo na Catalunha que pretendia estender sua influência em toda Espanha”<sup>311</sup>.

Com a justificativa de combater o anarquismo, em Barbastro realizou-se uma reunião intitulada “Frente Popular de Aragão” composta por representantes comunistas, da UGT e republicanos. O objetivo dessa reunião era traçar diretrizes para dissolver o Conselho de Aragão que, segundo eles, exercia uma política contrária aos rumos da economia nacional, ou seja, o conselho ainda estava ancorado na experiência coletivista.

No dia 11 de agosto era publicado o decreto para dissolução do Conselho de Aragão. Em sua justificativa destacamos o seguinte trecho,

As necessidades morais e materiais da guerra exigem de uma maneira imperiosa ir concentrando a autoridade do Estado, de sorte, que possa ser exercida com unidade de critério e de propósito. A divisão e subdivisão do poder e de suas faculdades tem dissipado em mais de uma ocasião a eficácia de ação, que ainda sendo puramente administrativa em sua origem, tem repercussões profundas nos negócios da guerra<sup>312</sup>.

---

311 Discurso de Juan Comorera *apud* PEIRATS, José. *La CNT em Revolución Española, vol. II... Op. cit.*, p. 273. Tradução nossa.

312 Decreto de dissolução do Conselho de Aragão *apud* PEIRATS, José. *La CNT em Revolución Española, vol. II... Op. cit.*, p. 277. Tradução nossa.

A decisão de dissolver o conselho era prerrogativa necessária para reconstruir e concentrar a autoridade do Estado que após o 19 de julho tinha sido pulverizada, mas sua rápida recuperação contou com a colaboração de setores do anarquismo, que agora eram excluídos do aparato estatal. O Comitê Nacional da CNT, defensor do colaboracionismo governamental, justificava que a participação no governo era para atuar nos rumos da guerra contra o fascismo, enquanto que a economia seria gerida pelas organizações operárias. Como podemos ver, após sua recomposição, o Estado não poderia tolerar divisões de poder, precisando exercer sua autoridade para centralizar a política e a economia.

Com a publicação do decreto não tardou para o ministério da justiça tomar medidas para destruir as coletividades. Foi mobilizada a 11ª Divisão, sob o comando do Tenente-coronel Enrique Líster, para dirigir-se a Caspe e outras duas também seguiram para Aragão, a 27ª Divisão (Batalhão Carlos Marx) e a 30ª Divisão. As divisões ocuparam militarmente a região e assaltaram os locais da CNT-FAI e das Juventudes Libertárias, além de destruírem as coletividades e os conselhos. A repressão ocorreu em diversas regiões aragonesas como Esplus, Alcolea de Cinca, Barbastro, Angüés, Mas de las Mata, Valderrobres, Montalbán e Muniesa.

Uma delegação do Comitê Nacional confederal partiu para Caspe para tentar impedir a repressão às coletividades e aos militantes anarquistas. Entre 6 e 11 de setembro, a CNT realizou um pleno de reorganização sindical e redigiu a seguinte moção sobre os acontecimentos em Aragão,

1º Liberdade imediata aos presos não submetidos a processo. 2º Rápida tramitação dos sumários. 3º Garantia absoluta para os perseguidos e funcionamento normal dos sindicatos. 4º Respeito absoluto às coletividades que querem continuar e devolução das mesmas de tudo que lhes foram tirados. 5º Reclamar o exato cumprimento do decreto que deu vida legal aos Conselhos municipais, os quais poderão ter representação aqueles partidos ou sindicatos criados depois do 19 de julho, podendo somente ocupar cargos administrativos quem tenha mais de dois anos de residência nos municípios. 6º Com a finalidade de evitar parcialidades, os delegados governativos que intervirão em gestões de caráter político ou sindical, deverão ser acompanhados por dois representantes dos setores antifascistas, de conformidade com o ministro de governança<sup>313</sup>.

A postura crítica à repressão por parte da CNT não passava da esfera da legalidade política orquestrada pelo Estado. O acelerado avanço da contrarrevolução não fez com que ela voltasse às suas bases conclamando pelas conquistas do 19 de

---

313 PEIRATS, José. *La CNT em Revolución Española, vol. II... Op. cit.*, p. 284-285. Tradução nossa.

julho, ou seja, ela não buscava mais enfatizar a revolução ou seu aprofundamento. Revolução que praticamente já havia sido derrota dentro do próprio campo antifascista. Era esse o cenário de combate às coletividades que foi sendo construído após o recrudescimento estatal e que foi discutido no Pleno Econômico realizado no começo de 1938 em Valência.

### **Um balanço econômico do anarquismo: O Pleno Econômico de 1938**

No início de 1938, em Valência, realiza-se o Pleno Econômico Nacional Ampliado<sup>314</sup>. Sua realização buscava reformular as diretrizes econômicas que a CNT havia teorizado antes da guerra. Diego Abad de Santillán, em suas memórias sobre a revolução<sup>315</sup>, chegou a mencionar que algumas das ideias defendidas no pleno eram semelhantes às teorizações de seu *organismo econômico*<sup>316</sup>. Ressaltou, ainda, que a estruturação da nova economia posteriori ao 19 de julho possuía um mecanismo sensível que o pleno deveria discutir.

Nos pontos do Pleno podemos identificar elementos preocupados em atualizar a política econômica do anarcossindicalismo em relação a própria trajetória da central sindical, ao mesmo tempo em que, também encontramos elementos que apontam para uma gestão em colaboração com o aparato estatal, mostrando, assim, dualidade em relação a autogestão.

Como uma forma de garantir certa centralidade no ambiente produtivo, o quarto ponto<sup>317</sup> do Pleno abordou a questão dos *inspetores de trabalho*. De acordo com o documento,

1º As Federações Nacionais de Indústria – por meio dos sindicatos, federações regionais, comarcais e locais – nomearão os Delegados Técnicos necessários para inspecionar e orientar as unidades econômicas que estejam abaixo de sua jurisdição.

2º Estes Delegados proporão as normas encaminhadas a orientar eficazmente as diferentes unidades industriais com vista a melhorar sua economia e administração. Não poderão atuar por conta própria; serão os encarregados de cumprir e fazer cumprir as disposições dos conselhos, dos quais dependerão.

---

314 Segundo o Manual do Militante “o que podemos chamar de Pleno Nacional Ampliado da CNT, é que, além dos delegados de cada Confederação Regional, reunia também dos pertencentes as Federações Regionais de Indústrias”. CNT. *Manual del Militante*. Barcelona: Ediciones de las Oficinas de Propaganda CNT-FAI, 1937, p. 102.

315 SANTILLÁN, Diego Abad. *Por qué perdimos la guerra... Op. cit.*

316 SANTILLÁN, Diego Abad de. *Organismo económico... Op. cit.*

317 O documento publicado com as resoluções da CNT não possuía os pontos 1,2 e 3.

3º Para maior eficácia e funcionamento e nos casos que for necessário, proporão aos Conselhos que apliquem sanções pertinentes aos organismos ou indivíduos que, por não cumprimento de seus deveres, as mereçam<sup>318</sup>.

Igor Pomini<sup>319</sup> aponta que a criação dos inspetores era um dos aspectos da centralização econômica em oposição a democracia de base. De fato, quando analisamos os pontos do tópico vemos que o sindicato teria a prerrogativa na escolha dos delegados, mas eles não poderiam agir por conta própria ou seguindo as diretrizes do respectivo sindicato e sim, do seu respectivo conselho econômico, isso era válido tanto para as organizações do campo quanto da cidade. No contexto revolucionário há a necessidade de coordenar a economia, no entanto, como pudemos ver na tradição anarcossindicalista essa coordenação partiria da base, seja a partir do comitê de fábrica ou do sindicato industrial/agrícola e tal perspectiva não foi abordada neste tópico do Pleno<sup>320</sup>.

Outro ponto problemático que o Pleno discutiu foi o tópico *forma de retribuição do trabalho* abordando formas de racionalizar a retribuição, ou seja, o salário. Para estabelecer uma política salarial coesa com a situação da guerra, era defendido que o aumento não seria homogêneo, mas seria baseado a partir da análise do custo de vida de cada localidade e aumentando conforme o rendimento do trabalhador<sup>321</sup>. No entanto, destacamos que o Pleno compreendia que as diversas ramificações da produção e suas especializações tinham necessidades que não eram as mesmas que a de um operário, dessa forma a retribuição deveria ser diferente. O terceiro ponto do tópico, em questão, deixa claro essa perspectiva,

3º Reconhecendo que há necessidades complementarias entre as diversas categorias profissionais, propomos igualmente o reconhecimento

---

318 CNT. *Acuerdos del Pleno Económico Nacional ampliado*. Barcelona: Artes Gráficas CNT, 1938, p. 8-9. Tradução nossa.

319 POMINI, Igor Pasquini. *Revolução Espanhola... Op. cit.*

320 O ponto sobre a criação dos inspetores de trabalho foi referendado por diversos órgãos da CNT: Federação Nacional de Camponeses; Comitê Regional de Aragão, Navarra e Rioja; Federação Nacional dos Transportes; Comitê Regional da Catalunha; Federação Nacional de Indústrias Químicas; Comitê Regional do Levante; Federação Nacional Fabril, Têxtil e Anexos; Comitê Regional do Centro e Federação Regional de Saúde.

321 A busca por uma racionalização do trabalho que pautava o aumento da produtividade pelo rendimento do trabalhador e não pelo emprego de mais mão-de-obra já era criticado por militantes anarquistas, pois segundo eles isso seria prejudicial à revolução, pois o momento seria de garantir o bem-estar para todos, como preconizava Kropotkin. Lucía Sanchez Saornil apontava que não era o momento para aumento de horas de trabalho ou aumentar a própria intensidade da jornada de trabalho, pois a retaguarda não tinha trabalhadores suficientes, dado que muitos foram recrutados às frentes de batalha. Ver: SAORNIL, Lucía Sanchez. “Soluções imitativas – o Stakanovismo” In RAGO, Margareth; BIAJOLI, Maria Clara Pivato. *Mujeres Libres da Espanha: documentos da Revolução Espanhola*. São Paulo: Biblioteca Terra Livre, 2017, p. 110.

circunstancial das mesmas, devendo, no entanto, tender, no futuro, a eliminar as diferenças retributivas por conceito profissional entre os trabalhadores<sup>322</sup>.

Partindo desse reconhecimento a hierarquia salarial era estabelecida da seguinte forma:

|  |                                |
|--|--------------------------------|
| Categoria base: Peão auxiliar            | X <sup>323</sup>               |
| 1ª Categoria superior: Oficial           | 20% de aumento                 |
| 2ª Categoria superior: Id. Especializado | 40% de aumento                 |
| 3ª Categoria superior: Técnico auxiliar  | 70% de aumento                 |
| 4ª Categoria superior: Técnico diretor   | 100% de aumento <sup>324</sup> |

Essa hierarquização direcionava para desigualdade na redistribuição e também na própria dinâmica da produção, pois os trabalhadores entendiam que essa nova forma de retribuição salarial era, na verdade, um retorno ao velho ritmo das fábricas e campos que, por sua vez, poderia aumentar a desmotivação dos trabalhadores em produzir, dado que para eles, isso simbolizava que não eram mais os gestores das fábricas e dos campos.

A CNT destacava que a diferenciação salarial seria circunstancial, mas que no futuro essa diferença seria abolida. A adoção dessa medida<sup>325</sup> talvez fosse para não perder o corpo técnico da produção, já que uma base salarial homogênea entre as variadas atribuições no mundo do trabalho poderia levar a perda de sua capacidade produtiva<sup>326</sup>, no entanto, para manter a satisfação entre os maiores cargos na esfera produtiva, deixava os operários desmotivados. Portanto, essa solução não seria tão efetiva quanto se poderia esperar.

Contudo, para um efetivo balanço das resoluções do Pleno, é necessário apontar também os aspectos construtivos do mesmo desde o ponto de vista econômico do anarcossindicalismo. No capítulo anterior, vimos o esboço da criação de um banco

---

322 CNT. *Acuerdos del Pleno Económico...* *Op. cit.*, p. 10-11. Tradução nossa.

323 X é a base de cálculo para proceder com os aumentos salariais para os demais cargos, sendo o “peão” considerado o operário, portanto, seu salário seria a base para os reajustes salariais seguintes.

324 CNT. *Op. cit.*, p. 11. Tradução nossa.

325 Os órgãos que aprovaram esse tópico foram a Federação Local de Hospitalet, Comitê Regional do Centro, Comitê Regional de Aragão, Comitê Regional do Levante e Comitê Regional da Andaluzia.

326 A preocupação em reerguer a produção era pelos baixos índices que ela alcançava no final de 1937. Segundo Walther Bernecker – levando em consideração que para uma melhor análise era definida em janeiro de 1936 a produção em 100% – em dezembro de 1937 os índices produtivos dos setores, metalúrgicos, têxtil, químico e da construção estavam em 62, 20, 31 e 44 por cento respectivamente. A produção agrícola tinha um índice melhor, em 1937 aumentou sua capacidade em 6,18 por cento. É preciso ressaltar que o decréscimo da produção está atrelado a múltiplos fatores resultantes do conflito, para mais detalhes, ver: BERNECKER, Walther. *Op. cit.*, p. 437-449.

sindical por parte da Federação de Coletividades de Aragon. A partir desse debate, a CNT buscou redigir a proposta para criar o Banco Sindical Iberico – BSI – que seria responsável pela coordenação da circulação monetária da economia sindical. A atuação do banco estaria pautada do seguinte modo,

[...] a mobilidade do capital depositado no BSI, não reportará benefícios somente para as organizações sindicais, senão que – e isto é o mais importante – aumentará a produção, ajudará a pôr em prática uma planificação industrial racional, determinará um progressivo avanço na reconstrução econômica, ao situar em condições honestas os meios econômicos de que na atualidade carecem as coletividades e indústrias. [...] o campesinato poderá também, através do BSI, obter os empréstimos nos momentos precisos, para salvar-se de épocas difíceis<sup>327</sup>.

A função que o BSI teria na revolução, também poderia ser vista nos estatutos de algumas federações como a de Aragon, por exemplo, bem como, nos sindicatos de indústria. A proposta de sua criação seria uma forma de coordenar nacionalmente a circulação monetária por meio de uma organização financeira controlada pelos sindicatos<sup>328</sup> tanto agrícolas quanto industriais, podemos definir tal proposta como um elemento de planificação econômica por meio de organizações da classe trabalhadora. A partir da criação do BSI, defendemos, que havia, no plano teórico, a possibilidade de estabelecer um projeto de planificação econômica que não estivesse vinculado necessariamente a uma administração estatal, mas que poderia ser impulsionado por meio de elementos autogestionários, como os sindicatos, por exemplo, que no programa do *Pleno Económico* eram os órgãos responsáveis pela gestão do banco.

Em relação ao campesinato, o banco ocuparia um papel importante a nosso ver, dado que, era muito comum que as coletividades agrícolas que enfrentavam problemas econômicos recorressem às coletividades com maiores recursos ou até mesmo às federações para obter auxílio. Com o banco sindical, essa dinâmica poderia ser mais facilitada, pois o empréstimo para o desenvolvimento econômico dos empreendimentos agrícolas era uma das funções de sua atuação. O banco seria um elemento importante para o desenvolvimento da revolução caso as centrais sindicais não fizessem parte do governo republicano que, naquele momento, dificultava cada vez mais a manutenção da coletivização do campo e da cidade.

O BSI teria um capital social constituído por meio da participação das duas centrais sindicais. Definimos por *capital social* os elementos financeiros oriundos das

---

327 CNT. *Op. cit.*, p. 13. Tradução nossa.

328 O banco atuaria conjuntamente com a CNT e a UGT.



parcelas de cotizações dos sindicatos que seriam a base para constituição dos recursos monetários do BSI. Abraham Guillén chamou esse processo de *Fundo de Acumulação Social*, descrevendo-o da seguinte forma,

Todas as empresas, todos os organismos econômicos, devem contribuir para formar um Fundo Social de Acumulação para financiar empresas, setores, investigação científica, reservas operativas, compensações, etc. Somente assim o capital social estará ao serviço de todos e de cada um, para garantir o direito ao trabalho para todos<sup>329</sup>.

Para gerir o banco, seria preciso a constituição de uma comissão especial que teria por objetivo redigir os estatutos e a própria regulamentação interna da instituição. Tal comissão seria responsável, também, por definir a quantia do capital social do banco, além de atuar federativamente com as sucursais regionais e atendendo as regiões agrícolas e industriais.

O capital social seria constituído do seguinte modo,

O Pleno declara que as Federações Locais de Sindicatos Confederais e os Comitês Regionais Confederais, radicados nas localidades em que tenha de iniciar primeiramente suas operações o Banco Sindical, deverão contribuir a parte de capital social-sindical que seja assinalada pela Comissão Especial indicada no acordo anterior. Esta mesma Comissão permanece facultada para fixar a escala de contribuições exigíveis a qualquer localidade que solicite a instalação de uma ou várias sucursais do Banco<sup>330</sup>.

A partir de uma análise da disponibilidade monetária das diversas regiões a Comissão do Banco pautaria o índice de contribuição que os sindicatos deveriam contribuir para formação do capital social. Por meio deste tópico podemos compreender como a intenção da instituição bancária seria planificar os recursos financeiros dos sindicatos, pois, poderia atuar de modo equitativo no desenvolvimento dos empreendimentos coletivos<sup>331</sup>. Isso seria importante para evitar a desigualdade de recursos entre as regiões, contribuindo com a diminuição da sobreposição da cidade em relação ao campo, dado que, com os recursos do BSI tanto coletividades agrícolas quanto industriais teriam as mesmas condições em garantir o financiamento para seu desenvolvimento socioeconômico.

Outro ponto que destacamos por ser importante é referente a geografia do banco, ele não ficaria restrito a uma região específica, mas cada localidade poderia solicitar a

---

329 GUILLÉN, Abraham. *Socialismo Libertario: ni Capitalismo de Monopólios, ni Capitalismo de Estado*. Móstoles: Ediciones Madre Tierra, 1990, p. 24-25. Tradução nossa.

330 CNT. *Op. cit.*, p. 15. Tradução nossa.

331 Sobre a criação do BSI o pleno não divulgou as organizações que referendaram o mesmo.

criação de uma sucursal do mesmo, podendo ser construída no interior de coletividades, tornando assim, mais fácil a requisição de recursos.

O BSI teria não apenas a atuação no financiamento do desenvolvimento das coletividades. O Pleno defendia a criação de uma “agência sindical administrativa de seguros”<sup>332</sup> que seria responsável por garantir *seguridad social* para trabalhadores e coletividades, cobrindo casos de doenças, acidentes de trabalho, aposentadoria, maternidade, etc., no caso das coletividades cobriria do mesmo modo os custos de reparos de maquinaria, incêndios, etc.

Ainda pautando as contribuições do Pleno para o aspecto construtivo, algo importante de ressaltar é a questão da distribuição. Como apontamos em passagens anteriores, no contexto do processo revolucionário houve momentos em que o abastecimento das regiões foi comprometido pela contrarrevolução que avançava simultaneamente à recomposição do Estado espanhol que, nesse processo, buscava dificultar as ações dos empreendimentos revolucionários. O Pleno era claro em apontar que as organizações operárias deveriam atuar numa distribuição equitativa que “daria confiança ao povo, evitando desacertos que se produzem através dos especuladores e partidários”<sup>333</sup>. Os possíveis desacertos que o pleno destacou poderiam ser entendidos como os possíveis atritos que surgiam no intercâmbio entre o campo e a cidade com a participação de intermediadores que se enriqueciam com a especulação sobre a circulação e distribuição de mercadorias.

Para a distribuição era defendida a criação de *centros distributivos* que teriam uma política de preços justa garantindo para a população o fundamental para sua existência. Para uma política de preços justa era necessário ter em consideração a ideia de equidade entre a oferta e a demanda de produtos,

[...] dentro do pluralismo econômico, com tendência a prevalecer a cooperação e a autogestão, deverá facilitar a distribuição da riqueza social, sem grande desigualdade econômica, tratando de *equilibrar a oferta e a demanda de bens e serviços*, para acabar com a inflação derivada do desperdício de forças produtivas, dos monopólios, do excesso de consumo improdutivo de burocratas e burgueses<sup>334</sup>.

Com a possibilidade de equilibrar a oferta com a demanda, facilitando assim a distribuição de produtos sem que se crie desigualdade econômica, conforme destacou

---

332 CNT. *Op. cit.*, p. 16. Tradução nossa.

333 Idem, p. 27. Tradução nossa.

334 GUILLÉN, Abraham. *Op. cit.*, p. 21. Grifos do autor e tradução nossa.

Guillén, podemos relacionar essa ideia com a perspectiva de que os centros distributivos se tornavam elementos importantes na democratização dos recursos que favoreciam acesso mais equitativo em relação ao intercâmbio campo-cidade. Dessa forma, poderiam diminuir consideravelmente os conflitos entre as duas esferas que geralmente ocorrem quando a circulação de mercadorias e serviços estão beneficiando apenas uma delas.

Os centros distributivos também estariam coordenados como podemos ver em sua diretriz,

Não há autonomia. Se coordena, centralizando a distribuição com arranjo das estatísticas. E centraliza-se a compra, para alcançar economia nos produtos, economia de que somente o povo se beneficiará, posto que os centros de distribuição são organismos a seu serviço, que não pretendem e não podem se enriquecer<sup>335</sup>.

A questão da autonomia citada é interessante, dado que se cada centro pautasse uma política de distribuição poderia aumentar a crise do abastecimento. Por isso que o Pleno apontava que era necessário centralizar a distribuição dos centros, coordenando uma política unitária de preços que levasse em consideração a própria dinâmica social de cada região, garantindo, assim, um abastecimento mais equilibrado entre as regiões. A coordenação desses centros dificultaria também a especulação sobre produtos fundamentais para a população.

Sobre a distribuição, o Pleno apontou a importância de intensificar-se a criação das cooperativas de consumo. O papel que elas cumpririam no processo de abastecimento era bem amplo, suas principais funções seriam,

1º As seções de distribuição dos sindicatos, de comum acordo com as locais e comarcais, procederão a criação imediata, em todos os povoados, de grandes armazéns de distribuição que poderão adotar o nome e a forma que as circunstâncias determinem em cada região.

2º Para estabelecer nexos de relação entre estes armazéns distributivos, se criará uma Seção de Estatística em cada Conselho Local, Comarcal ou Regional de Economia, os quais terão seu reflexo no Conselho Nacional de Economia Confederal.

3º As atribuições destas Seções de Estatística serão: a) levar os dados estatísticos diários para os distintos armazéns para repartir equitativamente entre as localidades segundo suas necessidades; b) intervir nas operações de compra; c) fixar os preços de venda, levando em conta os gastos gerais, transportes, etc., etc., que variarão segundo a procedência dos artigos e característica da localidade.

---

335 CNT. *Op. cit.*, p. 27. Tradução nossa.

4º A compra, no exterior, dos produtos se efetuará pelo órgão regular confederal.

5º Ao estabelecer estes armazéns distributivos, se levará em conta que seus serviços serão para a população em geral.

6º A regulamentação do funcionamento das Seções de Estatísticas, se fará pelo Conselho de Economia Confederal, com base nos pontos anteriormente expostos<sup>336</sup>.

As cooperativas de consumo nesse caso seriam os armazéns de distribuição que estariam coordenados federativamente e vinculados à seção de distribuição dos sindicatos. Pelos armazéns serem um dos elementos principais para a circulação dos produtos é interessante destacar a importância da seção responsável pelos dados estatísticos e pela padronização dos preços. Esse destaque é importante porque a partir desses dados seria possível pensar uma política de planificação que considerasse as particularidades e necessidades de cada uma das regiões<sup>337</sup>.

A importância dada pelo Pleno à questão da coordenação econômica levou a refletir sobre a ideia de planificar a economia confederal. Por mais que setores da CNT, principalmente o Comitê Nacional, ainda ancorassem perspectivas voltadas para o colaboracionismo governamental, a planificação era problematizada a partir da noção de economia confederal, sem depender da decisão *oficial* do Conselho Nacional de Economia<sup>338</sup> que era o organismo governamental que tinha, como base, uma perspectiva mista estatal-sindical.

A planificação defendida pelo Pleno teria como principal tarefa o desenvolvimento da economia nacional. Era pautada a busca por aumento da capacidade produtiva, do aperfeiçoamento das indústrias, da redução no custo da produção e de simplificar a relação entre produtor e consumidor<sup>339</sup>. O projeto de planificação ficaria a cargo do Conselho Econômico Confederal que teria que realizar “um estudo prévio necessário para a elaboração do projeto de planificação geral da economia confederal”<sup>340</sup>.

---

336 CNT. *Op. cit.*, p. 28. Tradução nossa.

337 Acerca das cooperativas de consumo, ela foi aprovada pela Federação Local de Sindicatos Únicos de Valência, Federação Local de Sindicatos Únicos de Madri, Federação Local de Sindicatos Únicos de Barcelona, Federação Regional de Camponeses do Levante e pela Federação Local de Sindicatos Únicos de Sabadell.

338 Quando falamos do Conselho Nacional de Economia é em referência ao órgão estatal, a representação da economia confederal era pelo *Conselho Econômico CONFEDERAL*, por mais que sejam nomenclaturas semelhantes não podemos confundi-las.

339 CNT. *Op. cit.*, p. 31.

340 CNT. *Op. cit.*, p. 31.

Dentre um dos apontamentos em relação à planificação há que mencionar a ideia de rearranjo industrial. Um dos objetivos era encerrar as atividades em indústrias com pouca capacidade produtiva já que elas não conseguiam oferecer a mesma quantidade e qualidade de produtos como as mais desenvolvidas conseguiam, além disso, o fechamento delas contribuiria para uma maior efetividade econômica e redução no preço de custo dos produtos. Não obstante, o Pleno ressaltava que não poderia prosseguir com o encerramento de indústrias, fábricas e oficinas até que o conjunto dos trabalhadores da respectiva unidade produtiva não tivesse sido realocado para outras unidades, essa preocupação era para não criar desemprego<sup>341</sup>.

A ideia de realocação de mão de obra após o encerramento de espaços de trabalho pouco produtivos também contribuía para o remanejamento demográfico. Isso porque, durante as duas primeiras décadas do século XX as cidades mais industrializadas da Espanha receberam grande contingente de trabalhadores e com o processo de realocação essas cidades poderiam remanejar parcelas da classe operária para regiões que careciam de mão de obra, resultando na melhora da capacidade produtiva e, conseqüentemente, no desenvolvimento econômico das mesmas.

No sentido de planificar a economia era necessário também combater os diversos conflitos que poderiam surgir entre os comitês de fábrica, sindicatos e coletividades agrícolas. Esses conflitos eram, geralmente, entre empreendimentos mais prósperos que outros e também resultante de atrito entre trabalhadores. Esse era um problema que poderia ser comum no decorrer dos processos revolucionários e o Pleno defendia a hipótese de que a central anarcossindicalista havia “compreendido que não pode existir economia próspera, coletivamente falando, sem um controle e uma coordenação centralizada no aspecto administrativo”<sup>342</sup>.

Desse modo, seria preciso “converter a propriedade individual ou de grupo em comunal: centralizar a administração, sem violentar os princípios federalistas que encarnam nosso movimento”<sup>343</sup>. A partir dessa postura, era buscado como resultado,

1º Que o proletariado anulará as diferenças que o dividem, em muitas ocasiões, em consequência da situação vantajosa ou desvantajosa que ocupa

341 Referendado pelo Comitê Nacional da CNT, Federação Local de Sindicatos Únicos de Barcelona, Federação Comarcal de Cardoner e Alto Llobregat, Federação Local de Sindicatos Únicos de Madri, Federação Local de Sindicatos de Indústrias de Mataró e pela Federação Local de Sindicatos de Indústrias de Valência.

342 CNT. *Op. cit.*, p. 33. Tradução nossa.

343 CNT. *Op. cit.*, p. 33. Tradução nossa.

no lugar de produção ou indústria, em frente de outros lugares de produção ou indústrias, estabelecendo-se uma fórmula de igualdade nas atuais circunstâncias.

2º Manter viva a iniciativa individual, dando facilidades para a constante superação das indústrias e aperfeiçoamento das mesmas<sup>344</sup>.

Na chave da centralização administrativa que garante base para a planificação da economia confederal apontamos que as unidades produtivas estariam sempre federalizadas em torno da ideia de coordenação, valendo-se para as coletivizações agrícolas como as industriais. A centralização da economia confederal pode ser resumida nos seguintes tópicos,

1º As empresas coletivizadas ou as que adotem esta denominação em qualquer parte do território nacional, quaisquer que sejam as leis que as legalizem ou as consentem.

2º As indústrias socializadas, isto é, aquelas denominadas assim pelos trabalhadores por terem realizado um grau maior de perfeição em seu coletivismo e estarem vinculadas diretamente ao Sindicato de Indústria ou Federação Regional ou Nacional da indústria respectiva.

3º As oficinas e estabelecimentos confederais devem compreender-se este grupo como contendo todas aquelas oficinas, etc. denominadas desse modo por depender diretamente da economia dos Sindicatos de Indústria ou estarem vinculadas à sua direção e decisão.

4º As cooperativas de produção constituídas conforme as leis em vigor ou legalizadas a qualquer momento, sendo os cooperadores trabalhadores da CNT.

5º Coletividades camponesas totalmente da CNT independentemente de qual seja sua regulamentação ou legalização.

6º Companhias mercantis, seja qual for sua denominação, na qual o capital pertença aos trabalhadores da CNT.

7º A Sucursal do Banco Sindical Ibérico

8º As Cooperativas de Consumo ou centros mercantis que foram criados ou que possam ser pela CNT.

9ª As mutualidades de Seguros, Agências Sindicais Administrativas de Seguros, etc.<sup>345</sup>

O processo de centralização administrativa da economia nos permite compreender que o Pleno buscou estabelecer uma série de diretrizes para alcançar a planificação econômica por meio das organizações sindicais cenetista e também em aliança com sindicatos da UGT. Essas diretrizes tiveram um papel programático nesse contexto, mas que evidenciaram um caráter organizativo do anarquismo, no plano

---

344 Idem, p. 33. Tradução nossa.

345 Idem, p. 36. Tradução nossa.

teórico, que analisava as possibilidades de coordenar a economia nacional, tanto a agrícola quanto a industrial.

As diretrizes do Pleno avançaram em muitos aspectos, contribuindo com as questões econômicas no anarquismo espanhol, mas é preciso destacar que elas só foram possíveis devido ao próprio desenvolvimento da experiência revolucionária surgida naquele julho de 1936. Essas diretrizes buscaram atualizar a base teórica anarquista para responder aos desafios daquele momento histórico, um exemplo que pode elucidar esse ponto era a proposta de criação do BSI que foi influenciada pelos debates surgidos na Federação de Coletividades de Aragão em relação a criação de um banco baseado na ideia proudhoniana sobre o *Banque du Peuple*<sup>346</sup>.

Ainda na perspectiva de destacar as contribuições em relação aos desafios que a Revolução Espanhola impunha a teoria anarquista, principalmente na ideia de planificar a economia sobre uma base autogestionária, o Pleno resgatou as discussões sobre as Federações Nacionais de Indústrias que eram motivos de debates entre os anarquistas desde meados dos anos 1910. Destacamos que as Federações Nacionais de Indústrias não eram órgãos restritos ao meio urbano, mas abarcavam tanto a organização econômica da produção no campo quanto da cidade. A estruturação da Federação Nacional de Indústria foi esboçada pelo Pleno<sup>347</sup> do seguinte modo: na indústria se constituiria um conselho ou delegação que seria responsável por tarefas técnico-administrativas, posteriormente um determinado seguimento industrial formaria uma seção com os mesmos atributos sob sua responsabilidade, nessa estrutura que se constituía a indústria local formaria um organismo de gestão que, além da função técnico-administrativa, também seria responsável pela manutenção das informações estatísticas da produção e assim por diante, até alcançar o nível nacional do setor industrial.

Para uma efetiva estrutura de planificação, o Pleno defendeu a criação, em cada localidade, do Conselho Local de Economia que seria responsável pela coordenação da produção, na qual teria funções delegadas pelo Conselho Regional que, por sua vez, estaria vinculado ao Conselho Econômico Confederal. A gestão econômica confederal seria estruturada pelo Conselho,

---

346 Sobre a ideia do Banco do Povo (*Banque du Peuple*) teorizada por Pierre-Joseph Proudhon, ver: PROUDHON, Pierre-Joseph. *Solução do problema social*. São Paulo: Intermezzo Editorial; Edusp, 2015.

347 CNT. *Op. cit.*, p. 37.

O Conselho Econômico Confederal terá a seu cargo o controle técnico, administrativo e estatístico de todas as indústrias, centros mercantis e cooperativas, pertencentes à CNT, assim como os organismos bancários, assessoria técnica de seguros, fundos de compensação familiar, associação nacional de técnicos e outros organismos que nossa organização tenha criado ou que criará<sup>348</sup>.

O Pleno concebia o Conselho Confederal como um elemento de convergência entre as federações nacionais, pois são elas que transmitiriam ao conselho as informações e orientações e com base nelas, ele tomaria decisões para o desenvolvimento da economia confederal. Como podemos ver, o Conselho Confederal seria o órgão responsável por coordenar a planificação da economia, atuando de acordo com uma base estatística provinda das federações. A partir disso, subentendemos que sua política econômica seria pautada nas especificidades de cada região do país por meio dos dados obtidos. Sua composição era por delegados escolhidos e aprovados pela Federação Local de Sindicatos, pelo Comitê Regional e Nacional da CNT<sup>349</sup>.

É importante destacar que durante o Pleno foi discutido a participação dos sindicatos filiados a UGT nos processos de reconstrução econômica,

A CNT persiste em seu propósito de alcançar a unidade de ação com a UGT. Unidade de ação que deve estar baseada em um programa claro e concreto que nos responsabilize por igual ante as tarefas a desempenhar no aspecto construtivo, tarefas que competem às organizações sindicais, pilares básicos da nova sociedade<sup>350</sup>.

Outro ponto que a planificação também abarcaria era no que se referia a dinâmica da composição do regime de trabalho, buscando atrelar o mesmo ao aumento da capacidade produtiva. O Pleno<sup>351</sup> defendeu que a economia libertária por ser comunista também poderia ser racionalizada e planificada desde que sua base esteja atrelada em uma perspectiva autogestionária.

Em economia, esta democracia, se compreende pelo direito de todos a serem donos e administradores do bem comum, criando as formas orgânicas de seu discurso, dispondo dos métodos necessários de trabalho que se distinguem através de normas gerais, orgânicas e individuais, com deveres compensatórios ao desfrutar dos direitos da copropriedade socialista libertária<sup>352</sup>.

Era uma forma de conectar a ideia de planificação com a perspectiva do socialismo libertário. Seria, desse modo, uma coordenação buscando efetividade

348 CNT. *Op. cit.*, p. 39. Tradução nossa.

349 Aprovado pela Federação Local de Hospitalet, Federação Local de Elda e Federação Local de Villanueva e Getrú.

350 CNT. *Op. cit.*, p. 52. Tradução nossa.

351 Idem, p. 43.

352 Idem, p. 43. Tradução nossa.



econômica. A questão da efetividade nos leva a analisar um outro ponto que foi discutido, a proposta de desligamento de trabalhadores.

Para que um trabalhador fosse sancionado com o desligamento de uma referida indústria seria necessário que o conselho de fábrica apresentasse uma justificativa de tal sanção que poderia ser reincidentes conflitos com outros trabalhadores, sabotagem na produção, etc. Caso a sanção fosse aplicada, o trabalhador poderia recorrer a uma Junta Sindical que teria a assessoria do Conselho Técnico-Administrativo e caso sua justificativa não fosse aceita ele seria desligado. No entanto, ele não ficaria desempregado, mas seria direcionado para outra indústria e se acontecesse novamente problemas que levassem novamente ao desligamento, seria necessário que fosse direcionado para indústrias de outras localidades. É interessante que a ideia era sempre de remanejamento e não que seu desligamento resultasse no desemprego como anteriormente<sup>353</sup>. Esse era um ponto que, novamente, contribuía com a possibilidade de remanejar trabalhadores para regiões carentes de mão de obra e desenvolvê-las economicamente, diminuindo, desse modo, a desigualdade inter-regional.

Outro ponto que merece menção em relação à questão do trabalho e dos trabalhadores é a educação. O Pleno acatou a proposta que atribuía ao Conselho Econômico Confederal a criação de Escolas Técnicas-Industriais para o conjunto dos trabalhadores e seus filhos, tais escolas teriam a perspectiva de desenvolver, a partir dos trabalhadores, os quadros profissionais que seriam responsáveis por gerir a economia confederal<sup>354</sup>. Essa proposta era recuperação de experiências que foram postas em práticas no decorrer da revolução pela base cenetista como, por exemplo, a *Escola de Militantes de Monzón*<sup>355</sup> que tinha aulas em que era ensinado técnicas agrícolas e pecuárias avançadas, que iam desde o estudo genético para melhora de sementes até ao desenvolvimento de fertilizantes, inseminação do gado, etc.

O Pleno representou uma teorização no campo anarcossindicalista a respeito da planificação econômica, conforme expomos, contudo ele também explicitou, em alguns momentos, a própria crise<sup>356</sup> no interior do movimento anarquista. Se por um lado, os tópicos levantados e defendidos no Pleno econômico rumavam para uma compreensão

---

353 Ponto aprovado pela Federação Local de Puerto Sagunto, Federação Local de Villafranca del Panadés, Federação Regional de Camponeses do Centro, Federação Local de Badalona e Comitê Nacional Ferroviário.

354 Ponto defendido pela Comarca de Elda.

355 CARRASQUER, Félix. *La escuela de militantes de Aragón: una experiencia de autogestión educativa y económica*. Barcelona: Ediciones Foil, 1978.

da economia em escala nacional expressando, assim, a necessidade de sua coordenação e planificação, por outro lado, ainda mantinha a defesa em torno da *unidade* do campo antifascista que, como vimos, era, em sua maioria, contrário à revolução.

O Pleno, em algumas deliberações, defendia que a CNT e as demais organizações deveriam atuar em torno de um programa coeso e sem sectarismos para vencer a guerra e reerguer uma economia quebrada<sup>357</sup>. Pautando essa política de unidade com esses organismos, mostrava certa ingenuidade em setores do anarquismo espanhol, dado que, essa unidade seria feita com organizações com projetos socioeconômicos distintos, muitos deles contraditórios com o que era defendido no aspecto construtivo do Pleno.

Mesmo com tal contradição em relação a unidade, era ressaltado no Pleno que as tarefas de “desenvolver a ordem econômica e construtiva” eram de responsabilidade “das organizações sindicais, pilares básicos da nova sociedade”<sup>358</sup>. Chamamos atenção para a postura adotada pelo anarcossindicalismo nesse ponto, a unidade sindical para eles poderia permitir a construção de uma nova sociedade, ou seja, a transformação de um novo modo de produção baseado nas premissas do socialismo libertário, principalmente a autogestão. Não obstante, defender, em 1938, essa possibilidade era não levar em consideração a repressão às coletivizações, aos militantes anarquistas e a própria recomposição do aparato estatal que se punha como o principal gestor da economia no campo antifascista. Não seria possível, construir uma transformação radical da sociedade para uma nova estrutura socioeconômica em um contexto que uma parcela do movimento anarquista ainda defendia a colaboração com setores que adotavam políticas contrárias a revolução, mantendo a estrutura da economia capitalista.

O Pleno concluiria redigindo que a CNT não “admitiria que prosperassem as agressões sistemáticas ao desenvolvimento legal dos sindicatos e coletividades”<sup>359</sup>. No entanto, o vigor nascido no 19 de julho já não era mais perceptível no interior do campo antifascista, a repressão à revolução conseguiu limitar praticamente todo processo

---

356 A crise que nos referimos é resultado das divergências entre os defensores da continuidade da política de colaboração com o governo e os críticos dessa política que buscavam enfatizar a necessidade de aprofundar a revolução. Essa crise não permitia que o movimento anarquista construísse, internamente, unidade de ação, permitindo assim o avanço da contrarrevolução e, conseqüentemente, a retração das conquistas revolucionárias.

357 CNT. *Op. cit.*, p. 52.

358 Idem, p. 52. Tradução nossa.

359 Idem, p. 52. Tradução nossa.

revolucionário, tornando o Pleno conteúdo programático que para ser de fato colocado em prática seria necessário adotar uma política antiestatista e lutar pelo aprofundamento da revolução.

Se, como pudemos analisar, o Pleno tinha como objetivo central a proposta de coordenação da economia confederal, no plano prático o que ocorria era o aumento da escassez de produtos e alimentos, principalmente na Catalunha. De acordo com José Peirats<sup>360</sup>, setores do governo buscavam culpar os comitês de controle pela crescente miséria da população. Como forma de demonstrar que a escassez era resultado de uma política desastrosa do governo e não dos comitês, o Solidaridad Obrera destacava que desde o decreto de coletivização de 24 de outubro de 1936 e o decreto de 18 de janeiro de 1937, as ações dos comitês de controle abarcavam um plano secundário no processo de distribuição de mercadorias,

[...] o artigo 13 do decreto de 18 de janeiro de 1937 diz textualmente: “a representação patronal se encarregará da celebração de contratos, da custódia e serviços de caixa, do uso de assinatura, etc.”, queremos dizer que os patrões seguem sendo, a todo efeito, os responsáveis diretos<sup>361</sup>.

Isso nos mostra como a situação real da zona antifascista era complicada na questão do abastecimento e que a própria revolução já estava no “auge” do seu declínio. Para frear o aumento da miséria, o governo Negrín lançou um programa que ficou conhecido como “13 pontos do Doutor Negrín” que buscou, por meio do Estado, concentrar ainda mais o controle da economia justificando que era necessário para equilibrar a distribuição de mercadorias.

Em um de seus 13 pontos, o documento ressaltava que o Estado garantiria a propriedade na medida em que respeitasse os produtores, mas defendendo o controle estatal da vida econômica. Ainda destacava que garantiria uma legislação social para o trabalhador pautada na condição econômica do Estado espanhol. Por fim, propunha uma reforma agrária que eliminaria a velha estrutura praticamente feudal da velha Espanha<sup>362</sup>.

Como podemos ver, os caminhos que a recomposição estatal tomou resultou na ideia da república democrática, como a que queriam empreender desde 1931. Se no

---

360 PEIRATS, José. *La CNT en la Revolución Española, volume 3*. Cali: La Cuchilla, 1988, p. 86.

361 SOLIDARIDAD OBRERA. *La logica y los comités de control*. Barcelona, 26 de maio de 1938, p. 8. Tradução nossa.

362 PEIRATS, José. *La CNT en la Revolución Española, volume 3... Op. cit.*, p. 88.

discurso ainda havia comentários de respeito as criações revolucionárias iniciadas após o 19 de julho, na prática elas não seriam mais viáveis para essa reformulação do Estado sob a direção de Negrín.

A república democrática que se constituiu era respaldada pelo Comitê Nacional da CNT que acusava as críticas da base cenetista como derrotistas<sup>363</sup>, apontando que era dever da organização defender a “República Socialista Democrática e Federal”. Isso demonstrava como tinha se constituído um caráter de viés parlamentarista no interior da cúpula da central anarcossindicalista, abandonando uma trajetória cenetista de quase 3 décadas de militância de ação direta e antiestatista.

Uma declaração conjunta da CNT-UGT dizia que,

Nosso governo da Frente Popular, em seu recente programa, condensado em 13 pontos, há formulado as exigências fundamentais de nossa luta: independência nacional íntegra e absoluta, defesa ante o mundo, em posição de vanguarda, do presente e do futuro da humanidade civilizada, sem poupar esforços e sacrifícios, conquista para nossa pátria do posto que lhe corresponde, defendido como interesse coletivo, direito a dispor do destino do nosso país e que seja a vontade nacional que dê a República a estrutura jurídica, social e de convivência que se estime humana e justa<sup>364</sup>.

A declaração feita pelas centrais sindicais era mais um capítulo da crise interna do movimento anarquista. Se o Comitê Nacional cenetista compreendia como seu o programa de Negrín, o Comitê Peninsular da FAI criticou essa postura, enviando informe aos seus Comitês regionais com os seguintes dizeres,

[...] a nota feita pública pelo governo a respeito das finalidades que persegue a República nesta guerra, constitui um documento transcendental, enquanto consagra uma linha de conduta que significa praticamente a volta ao regime existente antes de 19 de julho com todas as consequências que dele podem derivar para o proletariado. O processo de restauração que seguia de modo vergonhoso há de acelerar, sem dúvida agora, de maneira ostensiva. Não há dúvida que o motivo fundamente desta declaração resida na situação difícil que nossa guerra se encontra<sup>365</sup>.

Essa postura dúbia do movimento anarquista limitava seu próprio campo de atuação, pois, os debates internos, entre os defensores de uma política de colaboração com o Governo Negrín e os partidários de retorno às bases, não permitiam tomar uma decisão coesa que refletisse a vontade da base cenetista. Também é preciso destacar que Negrín vinha sistematicamente minando a autonomia dos organismos dos trabalhadores,

---

363 Sobre essa postura do Comitê Nacional da CNT e a crítica da base cenetista indicamos o trabalho de Danny Evans, ver: EVANS, Danny. *Revolution and the state: anarchism in the Spanish Revolution, 1936-1939*. Califórnia: AK Press, 2020.

364 PEIRATS, José. *La CNT en la Revolución Española, volume 3... Op. cit.*, p. 89. Tradução nossa.

365 PEIRATS, José. *La CNT en la Revolución Española, volume 3... Op. cit.*, p. 89. Tradução nossa.

como exemplo desses ataques podemos mencionar o caso do Comissariado de Eletricidade que, por decisão do Comitê Nacional, foi entregue à Juan Peiró em 15 de abril de 1938, contudo, no dia 26 do mesmo mês, Negrín dissolveu os Serviços Elétricos Unificados da Catalunha e o comissário geral deveria “nomear interventores do Estado em cada uma das empresas que recobravam automaticamente sua personalidade, ou seja, sua antiga forma de sociedade anônima” e, assim, poderia “dissolver os conselhos de empresa e comitês de controle operário”<sup>366</sup>. Portanto, essa supressão do poder operário contou com a participação de membros cenetistas que participavam do comissariado.

Esse evento de perda de autonomia por parte dos trabalhadores estava inserido em um contexto mais amplo de recrudescimento do aparato estatal. Com o intuito de ganhar a guerra, as fábricas passaram por um processo de militarização que limitou muito mais a participação dos trabalhadores. De acordo com Igor Pomini, o que aconteceu nesse processo foi a imposição autoritária de inspetores, técnicos, etc., que, por sua vez, resultou no aumento da insatisfação dos trabalhadores, faltas e, conseqüentemente na queda da produtividade<sup>367</sup>. Pomini ainda resgatou uma carta redigida pelo Sindicato Siderometalúrgico de Onil em que era dito que o que se passava no interior das fábricas era um terror absurdo muito maior do que ocorria na época das ditaduras<sup>368</sup>.

A recomposição do Estado e a crescente concentração econômica por parte dele continuou até o final da Guerra em abril de 1939. Quando os militares conquistaram Barcelona em 26 de janeiro de 1939 já não existia mais a revolução iniciada naquele 19 de julho de 1936.

---

366 Idem, p. 94. Tradução nossa.

367 POMINI, Igor Pasquini. “Dos Comitês de Defesa da CNT às Coletivizações: origens e derrocada da autogestão durante a Revolução Espanhola (1936-1939)” In MARTINS, Angela Maria Roberti; MORAES, José Damiro de. *Dimensões da cultura e da experiência libertárias*. Rio de Janeiro: Ayran, 2020, p. 304.

368 Idem, p. 304.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Espanha no contexto dos anos 1930 ainda mantinha estruturas arcaicas de trabalho, principalmente no plano agrícola, isso era resultante da concentração de terras por parte dos latifundiários que mantinham a posse da terra com objetivo de angariar prestígio social e não direcioná-la para o desenvolvimento da economia espanhola. Em contrapartida, nas regiões mais industrializadas pudemos identificar a utilização de técnicas mais modernas e o incremento de maquinário para o aumento da capacidade produtiva. Nas grandes indústrias, principalmente na Catalunha, havia participação de capital estrangeiro que, por sua vez, contribuiu para desenvolver industrialmente a região.

Esse quadro nos permitiu compreender como a Espanha na entrada da década de 1930 ainda era um país subdesenvolvido. Parte de suas indústrias eram majoritariamente controladas por conglomerados estrangeiros e seu campo ainda lidava com técnicas precárias para manusear o solo. Olhando para esse aspecto da estrutura espanhola foi possível identificar elementos operando a dialética dos tempos históricos, o arado romano e a indústria metalúrgica moderna eram partes constitutivas da estrutura socioeconômica do país.

A análise do lado social desse cenário nos permitiu compreender a atmosfera conflituosa resultante das flutuações econômicas que se aprofundaram no decorrer dos anos 1930. Vimos séries de greves tanto no plano agrícola quanto industrial que pautavam como principais reivindicações: melhores condições de trabalho, a resolução do problema da carestia de vida e, não raramente, o fim do próprio capitalismo enquanto sistema econômico. Pautando o fim do capitalismo, houve diversas tentativas insurrecionais, impulsionada pelos anarquistas, em várias regiões do país, levando à violenta repressão do aparato estatal, tanto por governos vinculados aos socialistas quanto aos dirigidos pela extrema-direita espanhola.

Refletindo sobre as revoluções que haviam fracassado no início dos anos 1930, os anarquistas começaram a debater sobre os rumos da economia espanhola. Propunham teorias para construção de estruturas econômicas que se baseassem na perspectiva do controle operário da produção, ou seja, da autogestão. Autores como Diego Abad de Santillán, Pierre Besnard e Isaac Puente esboçaram importantes reflexões que evidenciaram a dinâmica econômica do pensamento anarquista. Em seus textos foram desenvolvidas ideias como a descentralização industrial como forma de romper com a

desigualdade entre as diversas regiões, a mecanização do campo como forma de desenvolvê-lo e melhorar a qualidade do trabalho do campesinato, também pautaram a defesa do intercâmbio mediado pelas organizações operárias sem intermediadores, dentre outras ideias interessantes que contribuíram para o pensamento econômico anarquista.

Essas ideias desenvolvidas pelos autores impactaram o quarto congresso realizado pela CNT em 1936. Nas deliberações do congresso as resoluções buscavam tornar mais equitativas as relações entre o campo e a cidade, um dos aspectos para essa relação era a dinâmica intercambial, pois ela seria pautada entre as organizações operárias como os sindicatos e as cooperativas de consumo, com isso ficaria excluída a figura do intermediador que se enriquecia através da especulação na circulação das mercadorias.

A questão do intercâmbio foi aprofundada durante a Revolução Espanhola. As diversas coletividades, agrícolas e industriais, buscaram construir relações entre as cooperativas de consumo, formavam federações de coletividades e redigiram propostas interessantes para a integração campo-cidade. A federação em Aragão propôs a criação de um banco para financiar as coletivizações que enfrentavam dificuldades e também para padronizar as relações intercambiais.

Para combater a sobreposição da cidade em relação ao campo foi proposto também a padronização dos preços dos produtos. Essa padronização partiria de uma decisão conjunta dos diversos sindicatos como forma de tornar mais dinâmica a circulação de mercadorias. Acreditamos que isso foi uma inovação importante no campo teórico do anarquismo, pois essa proposta buscava atender as diferentes necessidades das regiões espanholas.

No entanto, as propostas foram dificultadas de serem postas em prática pelas escolhas feitas pelo Comitê Nacional da CNT. Isso porque, em vez de manter a estratégia de destruir o aparato estatal, garantindo o poder às organizações operárias, acreditavam que essa estratégia seria a aplicação da ditadura anarquista sobre as demais forças políticas, então optaram por colaborar com o Estado republicano espanhol. Acreditavam poder utilizar o aparelho de estado para legalizar e manter as conquistas revolucionárias, como a redação do decreto de coletivizações, que se de um lado

poderia dar uma diretriz para os empreendimentos revolucionários, de outro lado permitia, com a recomposição do Estado, o controle da economia.

Mas é importante destacar que a base da CNT sempre foi crítica da colaboração com o governo por parte do Comitê. A partir da imprensa, ela apontava que a revolução não poderia ser aprofundada, muito menos defendida, em colaboração com organizações com perspectivas diversas em relação aos rumos da economia. Com essa pressão vinda da base a cúpula da CNT propunha atender duas perspectivas, a revolucionária e a reformista, isso resultou na dualidade estratégica no interior da central anarcossindicalista que contribuiu para o avanço da contrarrevolução e enfraquecimento da própria CNT.

Com seu enfraquecimento, os setores contrários à revolução começaram a campanha contra as coletivizações. O resultado desse processo foram as jornadas de maio de 1937 em Barcelona e a dissolução do Conselho de Aragão em agosto do mesmo ano. Os dois eventos têm uma simbologia importante para a Revolução Espanhola, o primeiro representava a destruição das conquistas revolucionárias da autogestão na Catalunha e o segundo a destruição das coletividades agrícolas.

Com a retração da revolução e a pressão da base da CNT foi realizada uma plenária de cunho econômico para discutir os rumos do anarquismo espanhol e de sua teoria econômica. O *Pleno Econômico* realizado em janeiro de 1938 na cidade de Valência, ocorreu em um contexto polêmico, era o período em que a revolução já estava em completo declínio. Não obstante, ele tem sua contribuição teórica para o anarquismo, nesse pleno é defendida a planificação econômica a partir das organizações operárias, de modo que as estruturas agrícolas e industriais fossem desenvolvidas pelos sindicatos e que a dinâmica intercambial fosse levada em consideração como elemento de integração campo-cidade. Para essa integração também era considerada a proposta, que foi discutida, primeiramente, na Federação das Coletividades de Aragão, para a criação de um Banco Sindical Ibérico, que seria responsável por financiar os empreendimentos da classe trabalhadora e também desenvolver a produção agrícola e a industrial.

A discussão sobre a planificação econômica que realizamos nesse trabalho buscou contribuir não apenas com teoria econômica dentro do anarquismo, mas sim



com o debate de modo mais amplo da planificação econômica em suas diversas escolas socialistas.

Nessa pesquisa foi possível identificar elementos importantes para o anarquismo espanhol. O primeiro deles era o apreço que os anarquistas tinham em relação as teorizações econômicas e as propostas de integração campo e cidade que pudemos ver ao longo dos capítulos, o segundo era olhar para as contribuições que a Revolução Espanhola legou ao anarquismo do ponto de vista de pensar o intercâmbio como forma de integração do campo-cidade sem a sobreposição de uma à outra e, já concluindo, uma questão importante para pensarmos é a de que o anarquismo desenvolveu um debate interessante sobre a planificação econômica não estatizada e sim a pensando a partir das organizações sindicais, buscando destacar a importância da participação equitativa de camponeses e operários. Esse último ponto destaca a possibilidade de contribuição com os debates e experiências sobre a planificação da economia.

## FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### Fontes

#### a) Arquivos consultados:

- Cedall – Centre de Documentació Antiautoritari i Llibertari. Disponível online: <http://www.cedall.org/>. Último acesso em: 20/10/2022

- Hemeroteca Digital BNE – Biblioteca Nacional de España. Disponível online: <https://hemerotecadigital.bne.es/hd/es/advanced>. Último acesso em: 11/07/2022

#### b) Documentos utilizados

ALBEROLA, José. *Federaciones de Industrias*. Tierra y Libertad. 12 de setembro de 1931, p. 2

\_\_\_\_\_. *Interpretación anarquista de la revolución*. Lérida: Ediciones Juventudes Libertarias, 1937.

ALVAREZ, J. *Dos palabras oportunas*. Solidaridad Obrera. Barcelona, 24 de dezembro de 1936, p. 3.

ATARCA. *La pequeña burguesía y la revolución*. El Amigo del Pueblo. Barcelona, 22 junho de 1937.

BAJATIERRA, Mauro. *La Expropiación de la tierra y el municipio libre*. Tierra y Libertad, Barcelona, 24 de outubro de 1931, p. 1.

BESNARD, Pierre. *Los sindicatos obreros y la revolución social*. Barcelona: Ediciones de la CNT, 1931.

BERNERI, Camilo. *El problema de la relación entre la ciudad y el campo*. Tierra y Libertad. Barcelona, 13 de março de 1937, p. 5.

\_\_\_\_\_. *El problema de la relación entre la ciudad y el campo*. Tierra y Libertad. Barcelona, 27 de março de 1937, p. 2.

CAMPO, Severino. *Problemas del anarquismo, la revolución social y su defensa económica*. Tierra Y Libertad, Barcelona, 9 de agosto de 1934, p. 4.

CNT. *Ata do III Congresso da CNT, 11 a 16 de junho de 1931*. Disponível em: <https://www.cntvalladolid.es/IMG/pdf/congresosCNT/IIIcongreso.pdf>. Acesso em: 10 de dezembro de 2020.

\_\_\_\_\_. *Ata do IV Congresso da CNT, 1 a 10 de maio de 1936*. Disponível em: <http://www.cgtmurcia.org/cultura-libertaria/anarkobiblioteca/memoria-libertaria/de-1910-a-1939/1158-cuarto-congreso-de-cnt-acuerdos>. Acesso em 20/05/2021.

\_\_\_\_\_. *Acuerdos del Pleno Económico Nacional ampliado*. Barcelona: Artes Gráficas CNT, 1938.

\_\_\_\_\_. *Manual del Militante*. Barcelona: Ediciones de las Oficinas de Propaganda CNT-FAI, 1937.

EL AMIGO DEL PUEBLO. *La guerra y la revolución*. Barcelona, 26 de maio de 1937.

\_\_\_\_\_. *Todo el poder económico a los sindicatos*. Barcelona, 31 de setembro de 1937.

GRUPO RECLUS. *El grupo anarquista “Reclus” propone a Hermanos de ideas y a todos los hombres de buena voluntad unas sugerencias referentes a la vida económica de Lérida y sus comarcas*. Tierra Y Libertad. Barcelona, 27 de agosto de 1936, p. 4.

MODINO, A. *La miséria en el campo*. Tierra y Libertad. Barcelona, 20 de agosto de 1935, p. 2.

NUÑEZ, Alfonso Nieves. *El problema del campo*. Tierra y Libertad. Barcelona, 13 de maio de 1932, p. 4.

OLIVER, Juan Garcia. “El Comitê Central de Milícias Antifascistas de Catalunha” In CNT. *De julio a julio: un ano de lucha*. Valência: Oficinas de Propaganda e Imprensa, 1937, p. 193-200.

PEIRATS, José. *La CNT y la Revolución Española, 3 vols*. Cali: La Cuchilla, 1988<sup>369</sup>.

PUENTE, Isaac. *El comunismo libertário: sus posibilidades de realización en España*. Valência: Biblioteca de Estudios, 1932.

RIVAS, M. *Federaciones Nacionales de Industrias*. Tierra y Libertad. 18 de julho de 1931, p. 2

---

369 Incluímos a obra de Peirats tanto como bibliografia quanto como fonte por ser um trabalho rico em um acervo documental, com boa parte da documentação reproduzida na íntegra.

SÁNDER, M. López. *Voces campesinas: el problema constructivo*. Solidaridad Obrera. Barcelona, 5 de maio de 1936, p. 6.

SANTILLÁN, Diego Abad de. “El congreso de la Confederación Nacional del Trabajo” In SANTILLÁN, Diego Abad de. *El anarquismo y la revolución en España: escritos (1930-1938)*. Madri: Editorial Ayuso, 1976, p. 328-332.

\_\_\_\_\_. “La bancarrota del sistema económico y político del capitalismo”. In SANTILLÁN, Diego Abad. *El anarquismo y la revolución en España: escritos (1930-1938)*. Madri: Editorial Ayuso, 1976, p. 111-158.

\_\_\_\_\_. “Los anarquistas españoles y la insurrección de octubre” In SANTILLÁN, Diego Abad de. *El anarquismo y la revolución en España: escritos (1930-1938)*. Madri: Editorial Ayuso, 1976, p. 214-229.

\_\_\_\_\_. *Organismo econômico da revolução: a autogestão na Revolução Espanhola (1936)*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1980.

\_\_\_\_\_. “Sobre la anarquía y las condiciones económicas” In SANTILLÁN, Diego Abad de. *El anarquismo y la revolución en España: escritos (1930-1938)*. Madri: Editorial Ayuso, 1976, p. 199-207.

\_\_\_\_\_. “Un plan de emergencia” In SANTILLÁN, Diego Abad de. *El anarquismo y la revolución en España: escritos (1930-1938)*. Madri: Editorial Ayuso, 1976, p. 242-246.

SOLIDARIDAD OBRERA. *Aspectos económicos de nuestra revolución*. Barcelona, 3 de fevereiro de 1937, p. 4.

\_\_\_\_\_. *El congreso de la CNT: la gran fecha de la reconstrucción*. Barcelona, 29 de abril de 1936, p. 1.

\_\_\_\_\_. *El pleno de colectividades agrícolas de Aragón*. Barcelona, 1 de maio de 1937, p. 9.

\_\_\_\_\_. *La logica y los comités de control*. Barcelona, 26 de maio de 1938, p. 8.

\_\_\_\_\_. *Realizaciones: cooperativismo*. Barcelona, 29 de abril de 1936, p. 6.

TIERRA Y LIBERTAD. *El problema agrário esta en pie*. Barcelona, 01 de julho de 1932, p. 1.

\_\_\_\_\_. *España madre de la gran propiedad*. Barcelona, 03 de dezembro de 1935, p. 2.

\_\_\_\_\_. *La crisis actual del régimen burguês*. Barcelona, 29 de abril de 1932, p. 1.

\_\_\_\_\_. *La organización en el campo*. Barcelona, 27 de fevereiro de 1937, p. 6

\_\_\_\_\_. *Ponencia confederal sobre intercâmbio y economia agrária*. Barcelona, 10 de setembro de 1936, p. 2.

\_\_\_\_\_. *Se impone la socialización*. Barcelona, 30 de janeiro de 1937, p. 3.

### **Bibliografia utilizada**

ABENDROTH, Wolfgang. *A história social do movimento trabalhista europeu*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

ACKELSBERG, Martha. *Mulheres Livres: a luta pela emancipação feminina e a Guerra Civil Espanhola*. São Paulo: Elefante, 2019.

ANDRADE, Everaldo de Oliveira. “A experiência econômica da Espanha Revolucionária: polêmicas sobre a autogestão e planificação econômica centralizada” In ANDRADE, Everaldo de Oliveira (Org). *Oitenta anos da Revolução Espanhola*. São Paulo: ComArte, 2019, p. 69-117.

\_\_\_\_\_. *Economia Socialista: experiências históricas de planificação econômica e debates sobre a transição hoje*. São Paulo: Maria Antonia Edições, 2022.

BANCAL, Jean. *Proudhon: pluralismo e autogestão – os fundamentos*. Brasília: Novos Tempos Editora, 1984.

- BASUALDO, Victoria. “Prefácio” In FERREIRA, Fernando Sarti. *A contrarrevolução produtiva: refluxo e estabilização do conflito social em Buenos Aires, 1924-1930*. São Paulo: Maria Antonia Edições, 2022, p. 11-16.
- BEEVOR, Antony. *A batalha pela Espanha: a Guerra Civil Espanhola (1936-1939)*. Rio de Janeiro: Record, 2007.
- BERNECKER, Walther. *Colectividades y revolución social: el anarquismo en la guerra civil española, 1936-1939*. Barcelona: Editorial Crítica, 1982.
- BERTHIER, René. *Do Federalismo*. São Paulo: Intermezzo, 2016.
- BRAUDEL, Fernand. *Escritos sobre a história*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2014.
- \_\_\_\_\_. *Gramática das civilizações*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.
- BREITBART, Myrna Margulies. “Descentralismo anarquista en la España rural, 1936-1939: la integración de comunidade e medio ambiente” In PEET, Richard (org). *Anarquismo y geografía*. Barcelona: Oikos-tau, 1989, p. 253-290.
- \_\_\_\_\_. “El anarquismo español: ensayo introductorio” In PEET, Richard (org). *Anarquismo y geografía*. Barcelona: Oikos-tau, 1998, p. 195-222.
- BRICALL, Josep. “La economía española (1936-1939)” In LARA, Manuel Tuñon de (Org). *La Guerra Civil Española: 50 años después*. Barcelona: Editorial Labor, 1989, p. 360-417.
- BROUÉ, Pierre. *La revolución española (1931-1939)*. Barcelona: Ediciones Península, 1977.
- CAMARGO, Fernando Furquim. *O Brasil e a Guerra Civil Espanhola: fluxos econômicos e negociações oficiosas (1936-1939)*. Tese (Doutorado em História). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.
- CARRASQUER, Félix. *La escuela de militantes de Aragón: una experiència de autogestión educativa y económica*. Barcelona: Ediciones Foil, 1978.
- CASANOVA, Julian. *Anarchism, the Republic and Civil War in Spain: 1931-1939*. Nova Iorque: Routledge, 2005.

CASAS, Juan Gomez. *Historia del anarcosindicalismo español: epílogo hasta nuestros días*. Madri: La Malatesta Editorial, 2006.

\_\_\_\_\_. *Historia de la FAI*. Madrid: Fundación Anselmo Lorenzo, 2002.

CLAUDÍN, Fernando. *A crise do movimento comunista*. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

COGGIOLA, Osvaldo. *As grandes depressões (1873-1896 e 1929-1939): fundamentos econômicos, consequências geopolíticas e lições para o presente*. São Paulo: Alameda, 2009.

COLOMBO, Eduardo (Org.). *História do movimento operário revolucionário*. São Paulo: Imaginário, 2004.

COSTA, Emília Viotti da. “Estruturas Versus Experiência – novas tendências na história do movimento operário e das classes trabalhadoras na América Latina: o que se perde e o que se ganha” In COSTA, Emília Viotti da. *A dialética invertida e outros ensaios*. São Paulo: Unesp, 2014, pp. 157-176.

DELGADO, José Luis García; JÍMENEZ, Juan Carlos. “La economía”. In JULIÁ, Santos et. al. *La España del Siglo XX*. Madri: Marcial Pons, 2003, p. 333-529.

DAMIER, Vadim. *Anarcho-syndicalism in the 20th century*. Edmonton: Black Cat Press, 2009.

EALHAM, Chris. *Living anarchism: José Peirats and the spanish anarcho-syndicalist movement*. Oakland: AK Press, 2015.

ELORZA, Antonio. *La utopia anarquista bajo la Segunda República española: precedido de otros trabajos*. Madri: Editorial Ayuso, 1973.

EVANS, Danny. *Revolution and the state: anarchism in the Spanish Revolution, 1936-1939*. Califórnia: AK Press, 2020.

FINN, Mike. *Debating Anarchism: a history of actions, ideas and movements*. Londres: Bloomsbury, 2021.

GERSCHENKRON, Alexander. *O atraso econômico em perspectiva histórica e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2015.

GUILLAMÓN, Agustín. *Los comités de defensa de la CNT em Barcelona (1933-1938): de los cuadros de defensa a los comités revolucionarios de barriada, las patrullas de control y las milicias populares*. Barcelona: Aldarull Edicions, 2011.

GUILLÉN, Abraham. *Socialismo Libertario: ni Capitalismo de Monopólios, ni Capitalismo de Estado*. Móstoles: Ediciones Madre Tierra, 1990.

HOBBSAWM, Eric. *Era dos Extremos: o breve século XX (1914-1991)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

\_\_\_\_\_. “O contexto espanhol” In HOBBSAWM, Eric. *Revolucionários: ensaios contemporâneos*. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

\_\_\_\_\_. “Flutuações econômicas e alguns movimentos sociais desde 1800” In HOBBSAWM, Eric. *Os trabalhadores: estudos sobre a história do operariado*. São Paulo: Paz e Terra, 2015, p. 173-214.

\_\_\_\_\_. *Rebeldes primitivos: estudo sobre as formas arcaicas dos movimentos sociais nos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1970.

JULIÁ, Santos. “Idade contemporânea”. In VALDEÓN, Julio *et al.* *História de Espanha*. Lisboa: Edições 70, 2014, p. 289-489.

JUNCO, José, Álvarez. *La ideologia política del anarquismo español (1868-1910)*. Madri: Siglo XXI, 1991.

KONDRATIEV, Nikolai. *As ondas longas da conjuntura*. São Paulo: ComArte, 2018.

KROPOTKIN, Piotr. *A conquista do pão*. São Paulo: Biblioteca Terra Livre, 2022.

\_\_\_\_\_. “Fatalidade da revolução” In KROPOTKIN, Piotr. *O princípio anarquista e outros ensaios*. São Paulo: Editora Hedra, 2007, p. 39-77.

\_\_\_\_\_. *Fields, factories and workshops*. Londres: Freedom Press, 1985.

\_\_\_\_\_. *Obras*. Barcelona: Editorial Anagrama, 1977.

LARA, Manuel Tuñon de. *El movimiento obrero en la historia de España II*. Madri: Sarpe, 1985.

\_\_\_\_\_. *La España del Siglo XX*. Barcelona: Editorial Laia, 1978.



\_\_\_\_\_. *Tres claves de la Segunda República*. Madrid: Alianza Editorial, 1985.

LEVAL, Gaston. *Collectives in the Spanish Revolution*. Oakland: PM Press, 2018.

\_\_\_\_\_. “Concepções Construtivas do Socialismo Libertário” In LEVAL, Gaston (org). *Autogestão e anarquismo*. São Paulo: Editora Imaginário, 2002

LINDEN, Marcel van der. *Trabalhadores do mundo: ensaios para uma história global do trabalho*. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.

MAURO, Frédéric. *História econômica mundial (1790-1970)*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.

MAXIMOFF, G. P (Org.). *The political philosophy of Bakunin*. Nova York: The Free Press, 1964.

MINTZ, Frank. *Autogestão e anarcossindicalismo: análise e críticas relativas à Espanha (1931-1990)*. São Paulo: Intermezzo, 2016.

\_\_\_\_\_. *Autogestión y anarcosindicalismo en la España revolucionaria*. Madrid: Traficantes de Sueños, 2006.

\_\_\_\_\_. *O anarquismo social*. São Paulo: Imaginário, 2005.

\_\_\_\_\_. “Reflexões sobre a formação do conceito de ‘comunismo libertário’ nos anos 1930 na Espanha” In COLOMBO, Eduardo (org.). *História do movimento operário revolucionário*. São Paulo: Imaginário, 2004, pp. 323-334.

MOREIRA, Ruy. *O movimento operário e a questão cidade-campo no Brasil: estudo sobre sociedade e espaço*. Petrópolis: Editora Vozes, 1985.

MARTINEZ, Enric Mompó. “Trotsky e a Guerra Civil Espanhola”. In COGGIOLA, Osvaldo. *Trotsky Hoje*. São Paulo: Ensaio, 1994, p. 151-167.

NADAL, Jordi. *El fracaso de la revolución industrial en España (1814-1913)*. Barcelona: Ariel, 1975.

PAULINO, Davi Luiz. *A economia nacional no pensamento libertário de Isaac Puente*. Anais do XXV Encontro Estadual de História – história, desigualdades e diferenças, São Paulo, SP, 2020.

\_\_\_\_\_. *“A revolução não se faz em servidão, mas sim em liberdade”*: o anarquismo de Buenaventura Durruti (1910-1936). Monografia (Bacharelado em História). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2018.

\_\_\_\_\_. *“Campos, fábricas e oficinas”*: um livro de Piotr Kropotkin na Revolução Espanhola (1936-1939). In XII Congresso de História Econômica - PPGHE, 2021, São Paulo. Anais do XII Congresso de História Econômica do PPGHE-USP, 2021. v. 1. p. 82-90.

PAZ, Abel. *O povo em armas: Buenaventura Durruti e o anarquismo espanhol, Vol. I*. Lisboa: Assírio e Alvim, sd.

PEIRATS, José. *La CNT y la Revolución Española, 3 vols*. Cali: La Cuchilla, 1988.

\_\_\_\_\_. *Los anarquistas en la crisis política española (1869-1939)*. Buenos Aires: Anarres, 2006.

POMINI, Igor Pasquini. “Dos Comitês de Defesa da CNT às Coletivizações: origens e derrocada da autogestão durante a Revolução Espanhola (1936-1939)” In MARTINS, Angela Maria Roberti; MORAES, José Damiro de (Orgs). *Dimensões da cultura e da experiência libertárias*. Rio de Janeiro: Ayran, 2020, p. 271-306.

\_\_\_\_\_. *Revolução Espanhola: uma análise dos processos autogestionários (1936-1939)*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Uberlândia, 2013.

PROUDHON, Pierre-Joseph. *Sistema de las contradicciones económicas o la filosofía de la miseria, 2 vols*. Madri: Ediciones Júcar, 1975.

\_\_\_\_\_. *Solução do problema social*. São Paulo: Intermezzo Editorial; Edusp, 2015.

RODRIGUES, Glauco Bruce. *Comunas e federações, territórios libertários: a espacialidade anarquista durante a Guerra Civil Espanhola (1936-1939)*. Tese

(Doutorado em Geografia). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

ROVIDA, Giorgio. “A revolução e guerra na Espanha”. In HOBBSBAWM, Eric (Org.). *História do marxismo: volume VI*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985, p. 337-375.

SALVADÓ, Francisco J. Romero. *A guerra civil espanhola*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2008.

SANTILLÁN, Diego Abad. *El anarquismo y la revolución en España: escritos (1930-1938)*. Madri: Editorial Ayuso, 1976.

\_\_\_\_\_. *Por qué perdimos la guerra*. Barcelona: Plaza e Janes Editores, 1977.

SAORNIL, Lucía Sanchez. “Soluções imitativas – o Stakanovismo” In RAGO, Margareth; BIAJOLI, Maria Clara Pivato. *Mujeres Libres da Espanha: documentos da Revolução Espanhola*. São Paulo: Biblioteca Terra Livre, 2017, p. 108-118.

SILVA, Rafael Viana da. “Os revolucionários ineficazes de Hobsbawm: reflexões críticas de sua abordagem do anarquismo” In Felipe Corrêa et al. *Teoria e História do Anarquismo*. Curitiba: Prisma, 2015.

SIMPSON, James. *Spanish agriculture: the long Siesta (1765-1965)*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

SOUCHY, Agustin; FOLGARE, Paul. *Colectivizaciones: la obra constructiva de la Revolución Española*. Barcelona: Editorial Fontamara, 1977.

SUÁREZ, Michel. *Considerações críticas sobre a Revolução Espanhola (1936-1937)*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2012.

THOMAS, Hugh. *A guerra civil espanhola, Vol. I*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.

TORRE, Alejandro R. Diez. *Trabajan para la eternidade: colectividades de trabajo y ayuda mutua durante la Guerra Civil en Aragón*. Madrid: LaMalatesta Editorial; Prensas Universitarias de Zaragoza, 2009.

TROTSKY, Leon. *History of the Russian Revolution*. Chicago: Haymarket Books, 2008.

VIÑAS, Angel. “Las condiciones internacionales” In LARA, Manuel Tuñon de (Org). *La Guerra Civil Española: 50 años después*. Barcelona: Editorial Labor, 1989, p. 123-197.

VIVES, Jaume Vicens. *Coyuntura económica y reformismo burgués*. Barcelona: Ariel, 1969.

WALLERSTEIN, Immanuel. *Capitalismo histórico e civilização capitalista*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.

WHEALEY, Robert H. “La intervención extranjera en la guerra civil española” In CARR, Raymond (org). *Estudios sobre la Republica y la Guerra Civil Española*. Barcelona: Editorial Ariel, 1974, p. 266-297.